YOLANDA VIEIRA DE ABREU
(Org.)

OLHARES SOBRE O ESTADO DO TOCANTINS:
ECONOMIA, SOCIEDADE E MEIO AMBIENTE

VOLUME I

ALINE CARDOSO ALMEIDA
CLEVSON ALMEIDA GONCALVES
ELISEU PEREIRA DE BRITO
WILL FLAVIO DIAS GOMES

Digitized by Google

YOLANDA VIEIRA DE ABREU

(Org.)

Olhares Sobre o Estado do Tocantins: Economia, Sociedade e Meio Ambiente

Autores

Aline Cardoso Almeida

Clevson Almeida Gonçalves

Eliseu Pereira de Brito

Will Flavio Dias Gomes

Yolanda Vieira de Abreu

Palmas (TO), Brasil

2010

Digitized by Google

Revisão:
Cintia Vieira Muniz e
Renata Vieira Muniz
revisoresusp@hotmail.com

Capa:
Weleks Sousa Guimarães
wsgproducoes@gmail.com

EUMED.NET
Consejo Editorial: http://www.eumed.net/libros/consejo.htm

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP

O45 Olhares sobre o Estado do Tocantins: economia, sociedade e meio ambiente. / organizadora Yolanda Vieira de Abreu. - Málaga, Espanha: Eumed.Net, Universidad de Málaga, 2010.

171 p.

Referências adicionais : Espanha/Português.

Meio de divulgação: Meio digital, Home page: http://www.eumed.net/libros/2010a/667/index.htm

ISBN: 978846932154-6

Nº Registro Biblioteca Nacional de Espanha: 10/42472

1. Economia. 2. Tocantins. 3. Economia Regional. I. Abreu, Yolanda Vieira de(org.) . II. Título.

CDD 333.8117

Digitized by Google

Ao

Jean Carlos

que nasceu

em 07/01/2010

Seja bem-vindo!

Digitized by Google

AGRADECIMENTOS

À família, aos amigos e aos alunos das disciplinas de
Formação Econômica do Brasil,
Economia Brasileira e de
Economia do Meio Ambiente do
Curso de Ciências Econômicas
da Universidade Federal do Tocantins.

Profª Drª Yolanda Vieira de Abreu (Org)
Aline Cardoso Almeida
Clevson Almeida Gonçalves
Eliseu Pereira de Brito
Will Flavio Dias Gomes

Núcleo em Interunidades em Desenvolvimento
Econômico, Social e Energético
UFT/TO.

Digitized by Google

"A cidadania não é atitude passiva,
mas ação permanente,
em favor da comunidade"
(Tancredo Neves)

Digitized by Google

RESUMO

Esta compilação apresenta cinco partes. A primeira trata de apresentar um panorama sobre o Estado do Tocantins, citando alguns dados sociais, ambientais e econômicos, para que o leitor tenha uma visão sobre o Estado, objeto de estudo de todos os artigos aqui publicados. O segundo aborda o planejamento da capital do Estado, de como, para quê e para quem a cidade de Palmas foi planejada, análise crítica realizada tendo como base a teoria marxista e o conceito de cidade sustentável. O terceiro trata da comparação entre a produção de soja nos estados do Tocantins e Mato Grosso, levando em consideração preço, produtividade e outros fatores. O quarto expõe a questão do emprego e desemprego na cidade de Palmas, através de um estudo sobre as qualidades, dificuldades e o desempenho do SINE-TO (Sistema Nacional de Empregos – TO) e o quinto e último capítulo trata sobre os costumes e a cultura da tribo Krahô. Todos os artigos foram escritos por estudantes da Universidade Federal do Tocantins, menos a introdução, a partir de suas monografias. Três desses estudantes cursaram Economia no campus de Palmas e um deles Geografia no campus de Porto Nacional.

Palavras-chave: Estado do Tocantins; Planejamento Espacial; soja; emprego e desemprego; Tribo Krahô.

Digitized by Google

SUMÁRIO

1. **INTRODUÇÃO** **01**

Yolanda Vieira de Abreu

2. **A ocupação do espaço urbano de Palmas – Tocantins** **18**

Eliseu Pereira de Brito

3. **Panorama comparativo entre a soja no Mato Grosso e Tocantins** **44**

Aline Cardoso Almeida; Yolanda V. de Abreu

4. **Análise do Sistema Nacional de Emprego de Palmas (SINE/TO) como intermediador de mão-de-obra e fonte de renda** **90**

Clevson Almeida Gonçalves; Yolanda V. de Abreu

5. **Os Krahô: sua história, sua cultura e seu povo** **136**

Will Flávio Dias Gomes; Yolanda V. de Abreu

Digitized by Google

Digitized by Google

Capítulo I

Introdução

Digitized by Google

Introdução

O estado de Tocantins é o delfim na Republica, por isso é necessário que sejam elaborados estudos visando a construir sua fortuna crítica. A condição de professora da Universidade Federal do Estado, desta organizadora, associada a estudantes da mesma permite que sejam dados os primeiros passos nesse sentido. Decorrente disso será feita a compilação de cinco estudos desenvolvidos nessa linha. Considere-se que tais estudos que aqui serão apresentados ainda carecem de mais detalhes, de avaliação crítica de dados e de distanciamento dos acontecimentos.

Esta compilação apresenta cinco partes. A primeira trata de apresentar um panorama sobre o Estado do Tocantins, citando alguns dados sociais, ambientais e econômicos, para que o leitor tenha uma visão sobre o Estado, objeto de estudo de todos os artigos aqui publicados. O segundo aborda o planejamento da capital do Estado, de como, para quê e para quem a cidade de Palmas foi planejada, análise crítica realizada tendo como base a teoria marxista e o conceito de cidade sustentável. O terceiro trata da comparação entre a produção de soja nos estados do Tocantins e Mato Grosso, levando em consideração preço, produtividade e outros fatores. O quarto expõe a questão do emprego e desemprego na cidade de Palmas, através de um estudo sobre as qualidades, dificuldades e o desempenho do SINE-TO (Sistema Nacional de Empregos – TO) e o quinto e último capítulo trata sobre os costumes e a cultura da tribo Krahô. Como já mencionado, todos os artigos foram escritos por estudantes da Universidade Federal do Tocantins, a partir

Digitized by Google

de suas monografias. Três desses estudantes cursaram Economia no campus de Palmas e um deles Geografia no campus de Porto Nacional.

1.1. Caracterização do Estado do Tocantins[1]

O Estado do Tocantins é uma das unidades federativas do Brasil e faz parte da região denominada Amazônia Legal. Foi criado pela Constituição Federal de 5 de outubro de 1988, em seu Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), artigo 13, tendo sido instalado em 1º de janeiro de 1989. A cidade de Palmas foi escolhida como capital definitiva e instalada em 1º de janeiro de 1990. Esta foi planejada para ser a capital do Estado e também foi a última a ser criada no Brasil no século XX. Este Estado foi resultado do desmembramento do Estado de Goiás e faz divisa com os seguintes Estados: Goiás, Bahia, Piauí, Maranhão, Pará e Mato Grosso (ver Fig. 01).

Figura 1 : Mapa Brasil - Grandes Regiões
Fonte: IBGE, 2009

[1]A caracterização do Estado do Tocantins foi realizada com dados das seguintes fontes: informações históricas disponíveis na página eletrônica do Governo do Estado do Tocantins (http://www.seplan.to.gov.br/), dados sobre população e PIB disponíveis na página eletrônica do IBGE (http://www.ibge.gov.br/), a Constituição Federal de 1988 disponíveis na página eletrônica da Presidência da República (http://www.planalto.gov.br/).

Digitized by Google

O PIB do Tocantins registrado em 2006 foi de R$ 9,6 bilhões (a preços correntes) e o PIB per capita daquele ano foi de R$ 7.210,00. A principal atividade econômica é a agropecuária, tendo como destaque a indústria da soja e a pecuária bovina. A indústria ainda é incipiente, com predomínio das atividades alimentares. A autonomia energética e a pavimentação asfáltica da maioria das estradas estaduais estão facilitando a entrada de novos investidores na área de agroindústria. No setor terciário, as principais atividades estão concentradas em Palmas e nas cidades às beiras da rodovia Belém-Brasília (BR-153), por onde passa o principal fluxo de transporte de cargas e pessoas.

Conforme a Contagem da População em 2007 do IBGE, o Estado possui 1.248.158 habitantes nos seus 139 municípios. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE de 2006 mostra que a população é composta de brancos (25,5%), negros (4,0%), pardos (70,2%) e amarelos ou indígenas (0,3%), sendo estes dados obtidos por meio de autodeclaração. As etnias indígenas são Apinajé, Krahô, Xerente, Xambioá, Karajá, Javaé e Avá-Canoeiro e Krahô-Canela.

O Tocantins tem uma área de 277.620,914 km², que representa cerca de 3,3% do território nacional, 7,2% da Região Norte do Brasil e cerca de 5,4% da região da Amazônia Legal. As áreas de conservação ou com alta limitação natural para uso da terra no Estado perfazem um total de 59.516,2 km², o correspondente a 21,3% do seu território, e estão divididas conforme demonstrado na Fig. 2.

Digitized by Google

As principais cidades, no que tange aos dados demográficos, econômicos, agroindustriais, pecuária e as universidades existentes são: Palmas, Araguaína, Gurupi, Paraíso do Tocantins e Porto Nacional

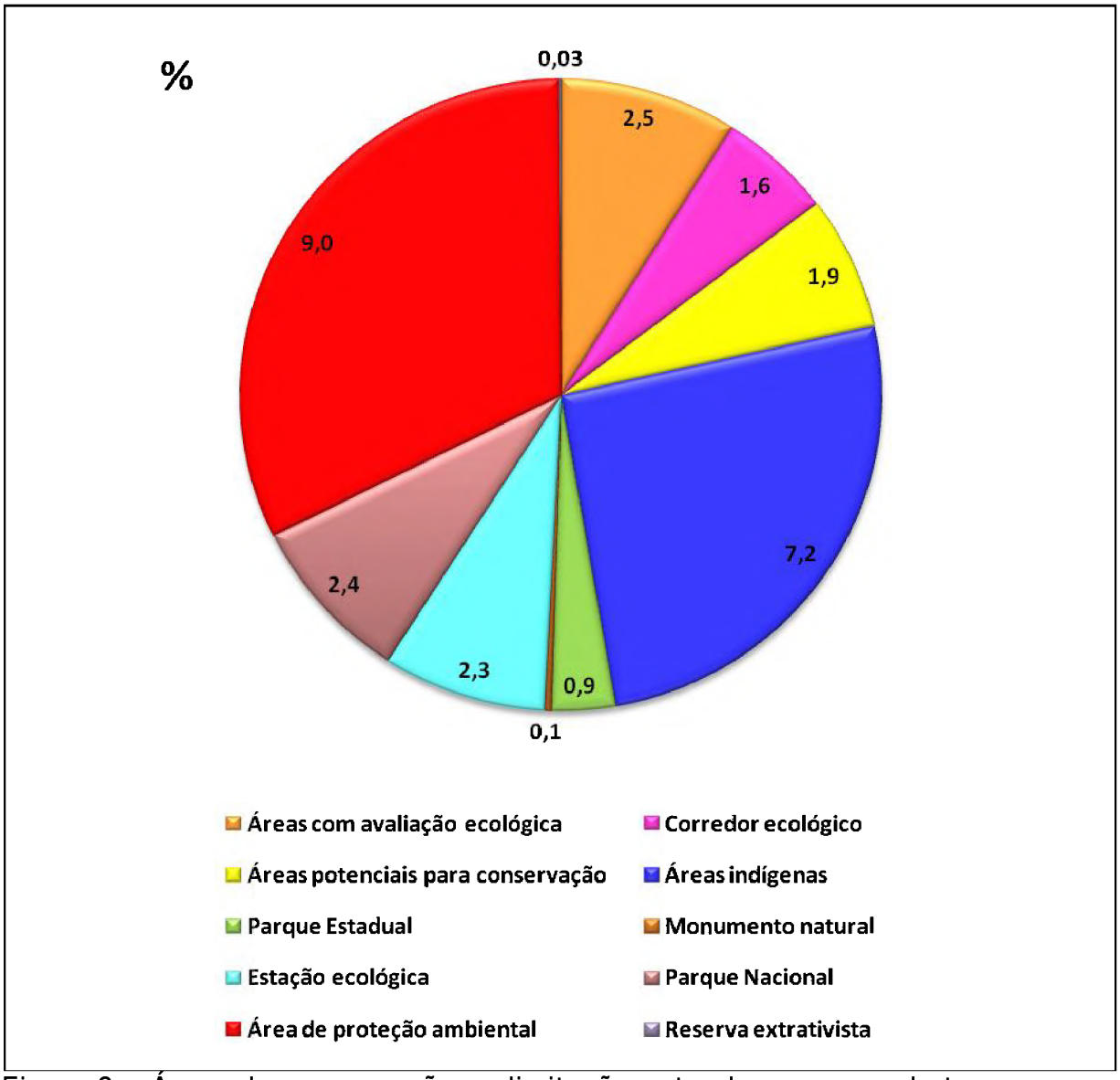

Figura 2 – Áreas de conservação ou limitação natural para o uso da terra
Fonte: *apud* SEPLAN – TO. 2008

Nas tabelas abaixo, podem ser observados os dados referentes à demografia e à economia das três maiores cidades do Estado. É necessário citar que existem outras cidades pequenas com representatividade econômica significativa, mas essas juntamente com Paraíso do Tocantins e Porto

Digitized by Google

Nacional, formam o conjunto de cidades satélites onde, de alguma forma, todas as outras se relacionam.

Tabela 1. Aspectos Demográficos de Araguaína, Gurupi e Palmas.

Discriminação	Araguaína	Gurupi	Palmas
Área territorial (km²)	4.000,4	1.836,1	2.218,9
População em 2006 (Hab)*	130.105	72.831	220.889
Densidade Demográfica (Hab/km²)	32,5	39,7	99,5
Participação na População Estadual	9,8%	5,5%	16,6%
Taxa Geométrica de Crescimento 2000/2006	7,2%	5,8%	26,8%

Fonte: IBGE/DIPEC.
*Estimativa

Tabela 2. Produto Interno Bruto e Per Capita de Araguaína, Gurupi e Palmas

Discriminação	Araguaína	Gurupi	Palmas
PIB a preços correntes em 2003 (R$ 1.000,00)	544.114,0	291.746,0	868.382,0
Participação no PIB Estadual	13,0%	7,0%	20,7%
Tx Geom. Cresc. 2000/2003 do PIB	24,2%	17,9%	43,9%
PIB Per Capita em 2003 (R$ 1,00)	4.448	4.213	4.756
Tx Geométrica. Crescimento. 2000/2003 do PIB Per Capita	20,2%	14,8%	28,0%

Fonte: IBGE/DIPEC.

As cidades de Araguaína, Gurupi, Porto Nacional, Paraiso e outras já existiam na antiga configuração do Estado de Goiás. São cidades que tinham uma importância significativa para o antigo Norte do Estado de Goiás e ao ser criado o Estado do Tocantins elas continuaram sendo cidades satélites. A

Digitized by Google

capital Palmas é conhecida por ser o centro administrativo, burocrático e político do Tocantins e as cidades de Araguaína, Gurupi, Porto Nacional, Paraíso e outras são importantes centros agropecuário do Estado.

Tabela 3. Distribuição das Empresas em Araguaína, Gurupi e Palmas Segundo a Forma Jurídica - 2005

Forma Jurídica	Araguaína		Gurupi		Palmas	
	Total	Percentual	Total	Percentual	Total	Percentual
Informal	1844	56,15%	1030	45,68%	1797	44,25%
Firma individual	767	23,36%	649	28,78%	1364	33,59%
Sociedade limitada	634	19,31%	528	23,41%	782	19,26%
Sociedade anônima	25	0,76%	21	0,93%	54	1,33%
Cooperativa	8	0,24%	18	0,80%	45	1,11%
Associação	5	0,15%	7	0,31%	12	0,30%
Fundação	1	0,03%	2	0,09%	7	0,17%

Fonte: SEBRAE/TO - Censo Empresarial 2005.

Tabela 4. Distribuição das Empresas em Araguaína, Gurupi e Palmas Segundo o Porte - 2005

Porte	Araguaína		Gurupi		Palmas	
	Total	Percentual	Total	Percentual	Total	Percentual
Micro	3064	92,40%	2106	88,30%	3682	90,07%
Pequena	229	6,91%	257	10,78%	345	8,44%
Média	13	0,39%	12	0,50%	31	0,76%
Grande	10	0,30%	10	0,42%	30	0,73%

Fonte: SEBRAE/TO - Censo Empresarial 2005.

Digitized by Google

1.2. Bacias Hidrográficas e as Hidrelétricas

As principais bacias hidrográficas são a do Tocantins, Araguaia, do Sono, das Balsas, Paraná, e Manuel Alves. O sistema hidrográfico é composto por dois grandes rios principais que cortam o Estado de Norte a Sul: Araguaia e o Tocantins. O Rio Araguaia possui uma extensão de 104.990,8 km2 e ocupa em percentagem 37,7% da área total do Estado e o Rio Tocantins com 173,429,9 km2 ocupa em percentagem 62,3% desta. Sendo que as hidroelétricas construídas ao longo do Rio Tocantins e de seus afluentes correspondem a cerca de 1,46% da produção brasileira. (SEPLAN, 2008)

O Estado possui um parque de geração de energia elétrica composto de 20 usinas hidroelétricas (ao longo de 12 rios) e 1 usina termoelétrica. Cabe destaque para as Usinas Hidroelétricas de Luís Eduardo Magalhães (UHE Lajeado) e de Peixe Angical, que são as duas maiores, em geração de energia no Estado que juntas têm uma potência de 1,4 GW (92,1% do total produzido no Estado), sendo ambas Produtoras Independentes de Energia (PIE).

A UHE Lajeado foi construída pela Investco S.A., um consórcio formado pelo Grupo REDE, Cemig Eletricidade de Portugal (EDP), Companhia Energética de Brasília (CEB) e a Norte-Americana CMS Energy. Sua construção foi executada no tempo recorde de 39 meses, sendo o maior empreendimento de geração realizado pela iniciativa privada no Brasil. A usina está localizada no rio Tocantins, a 1.030 km de distância da foz, abrangendo os municípios de Miracema do Tocantins e Palmas. A área total do reservatório é de 630 km2 e uma extensão de 170 km de lago. Além disso,

Digitized by Google

possui uma potência instalada de 902,5 MW, podendo abastecer uma cidade ou região com aproximadamente 8 milhões de habitantes.

Já a construção da Usina Hidroelétrica de Peixe Angical foi iniciada em 2002 e completou sua entrada em operação comercial em 2006. A usina está localizada no rio Tocantins, entre os municípios de Peixe, São Salvador do Tocantins e Paraná, na região sul do Estado. A área inundada do reservatório é de 294,1 km2 totalizando um volume de água de 2,74 bilhões m³. Possui uma potência instalada de 498,75 MW, podendo abastecer uma cidade ou região com aproximadamente 4 milhões de habitantes. A geração é enviada ao SIN (Sistema Interligado Nacional) por uma linha de transmissão de 500 kV, através da subestação de Furnas na cidade de Gurupi.[2].

Os demais empreendimentos de energia são de porte menor: dez pequenas centrais hidrelétricas (PCH), seis centrais geradoras hidrelétricas (CGH) e uma usina termelétrica de energia (UTE) que juntas têm uma potência de 1.642.783kW (SEPLAN, 2008).

1.3. Logística de Transporte

No Estado do Tocantins ainda é muito utilizado o modal rodoviário, mas encontra-se em andamento a construção da ferrovia Norte-Sul que favorecerá a entrada e saída de produtos produzidos no Estado.

A Ferrovia Norte-Sul (FNS) irá trazer para o Estado uma redução de fretes de longa distância. Esta ferrovia irá se conectar ao Norte com a Estrada de Ferro Carajás (EFC) e ao Sul com a Ferrovia Centro Atlântico (FCA). A FCA é a maior de todas as concessões ferroviárias brasileiras e será

[2]Disponível em: <http://www.furnas.com.br/hotsites/sistemafurnas/usina_hidr_peixe.asp>. Acesso em: 15 mai. 2009.

Digitized by Google

responsável por conectar a FNS aos maiores portos nacionais como Santos, Vitória e Rio de Janeiro e às regiões industriais de São Paulo e Minas Gerais. A FNS absorverá 30% do volume de carga transportada pelas principais rodovias, sendo a carga transportada composta de: commodities minerais e produtos agrícolas, partindo do Norte em direção ao Sul, e de combustíveis e carga geral, partindo do Sul em direção ao Norte. Como a ferrovia já está interligada com a Estrada de Ferro Carajás, da Companhia Vale do Rio Doce, que tem como destino o Porto de Itaqui (MA), essa será o principal meio de escoamento da região Norte do país e isso reduzirá o preço do frete.

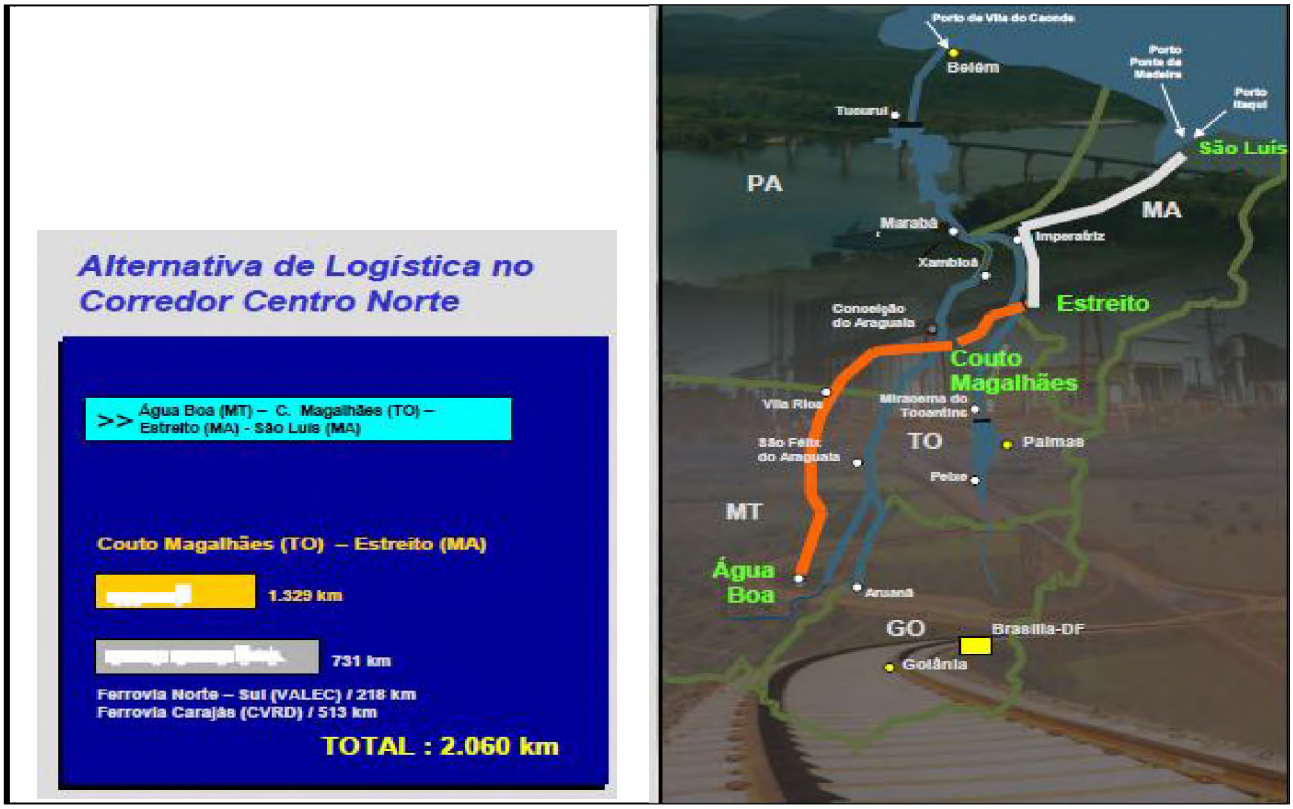

Figura 3 – Alternativa de Logística no Corredor Centro Norte/Ferrovias/Hidrovias
Fonte: Apresentação feita por Gregório de Rabelo (2006)

Segundo a proposta proferida na palestra do Diretor da ANTT, Gregório de Rabelo (2006), existem duas possibilidades, dentre outras, de logística de transporte das cargas do Estado do Mato Grosso e do Tocantins chegarem ao Porto para embarque, seja para o exterior ou para o mercado interno. A

Digitized by Google

primeira somente utilizando dois modais, ferrovia/hidrovia (Fig. 3) e a segunda utilizando além desses a rodovia até chegar ao porto de Itaqui - São Luís do Maranhão (Fig. 4).

Figura 4 – Alternativa de Logística no Corredor Centro Norte/ Ferrovia e Hidrovia
Fonte: Apresentação feita por Gregório de Rabelo (2006)

Pode-se observar, através dos dados demonstrados até aqui, que o Estado do Tocantins está em plena expansão e construção. Em um futuro, próximo, deve ser muito de êxito e expansão uma vez que a localização é privilegiada - no centro do Brasil - e faz divisas com grandes Estados, possui uma rede rodoviária desenvolvida e terá uma malha de transporte ferroviária e hidroviária em curto espaço de tempo. Tem produção de energia em seu

Digitized by Google

território e ainda possui um potencial considerável a ser desenvolvido utilizando fontes renováveis.

Por estar em construção, ainda não desenvolveu instituições fortes e outras, comuns em outros estados brasileiros, ainda não se constituíram. Tem uma universidade federal que está presente em sete cidades de Norte a Sul do Estado, com 25 cursos de graduação, 10 de mestrado e um de doutorado. Como também Escolas Técnicas e Institutos Tecnológicos Federais de nível superior, além das Universidades particulares.

As informações gerais contidas neste capítulo são suficientes para que o leitor tenha uma visão geral sobre o Estado do Tocantins e possa compreender melhor os capítulos que se seguem. No anexo I incluí-se alguns mapas e fotos da capital Palmas.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ANTT: Agência Nacional de Transportes Terrestres. Consultado os seguintes endereços eletrônicos:
www.antt.gov.br/
http://www.antt.gov.br/relatorios/ferroviario/concessionarias2006/1-apresentacao.pdf

ANTAQ: Agência Nacional de Transportes Aquaviários. Palestra Gregório Rabelo, 2006.
http://www.antaq.gov.br/Portal/pdf/Palestras/PalestraGregorioRabelo.pdf

Brasil: Constituição Federal. http://www.planalto.gov.br/

FURNAS (FURNAS Centrais Elétricas S.A.) Acesso em: 15 mai. 2009.
http://www.furnas.com.br/hotsites/sistemafurnas/usina_hidr_peixe.asp.

IBGE : Instituto Brasileiro de Geografia E Estatística Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Rio de Janeiro, 2007, v. 28, p. 1-129. Volume Brasil. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2007/brasilpnad2007.pdf>. Acesso em: dez/2008 a out/2009.

Digitized by Google

IBGE : INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA Mapas http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/mapas/brasil_regioes.htm , acessado em dezembro, 2009.

DNIT - Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes –. Acesso através do site http://transportes.gov.br. Consultado em dezembro de 2009.

SEBRAE/TO. Censo Empresarial 2005. www.sebrae.to.gov.br

SEPLAN: Secretaria do Planejamento do Estado do Tocantins. http://www.seplan.to.gov.br/seplan/br/. Consultado em novembro 2008.

Digitized by Google

Anexo I

Fotos Sobre Palmas (TO)

e

Mapas do Tocantins e do Brasi

Digitized by Google

Fotos de Palmas (TO) , retiradas do site:

Fonte:: http://www.skyscraperlife.com/brazil/9175-doze-fotos-de-palmas-com-algumas-aereas.html

Digitized by Google

Mapa do Estado do Tocantinsr

http://www.stellatour.net/images/mapas/tocantins.jpg ou

http://images.google.com/imgres?imgurl=http://www.stellatour.net/images/mapas/tocantins.jpg&imgrefurl=http://www.stellatour.net/english/e_mapas.html&usg=__CpwX7n0LjyBlu8E2bXVlzDWRCQ0=&h=866&w=600&sz=85&hl=pt-BR&start=5&um=1&tbnid=xrRaqnXO1TQ95M:&tbnh=145&tbnw=100&prev=/images%3Fq%3Dmapas%2Btocantins%26hl%3Dpt-BR%26rls%3Dcom.microsoft:pt-br:IE-SearchBox%26rlz%3D1I7RNTZ_pt-BR%26sa%3DX%26um%3D1

Digitized by Google

Mapa do Brasil

http://www.zonu.com/brazil_maps/Brazil_States_Map.htm

Digitized by Google

Capítulo II

A ocupação do espaço urbano de Palmas – Tocantins

Digitized by Google

A OCUPAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE PALMAS – TOCANTINS

Eliseu Pereira de Brito[3]

Não é a consciência que determina a vida (social), mas a vida que determina a consciência. A libertação é um fato histórico e não um fato intelectual. Impossível libertar os homens enquanto eles não forem capazes de adquirir o que lhes é necessário para viver: alimentação, bebida, habitação, vestuário em qualidade e quantidade perfeitas.

Henri Lefebvre

1. Introdução

A cidade de Palmas foi criada no ano de 1989, pós-concretização do clamor popular do Norte Goiano em ter conquistado, no dia 5 de outubro de 1988, a criação do Estado do Tocantins. Na Depressão Tocantins, entre o Rio Tocantins e a Serra do Lajeado, sobre antigas fazendas, a cidade foi construída para ser a sede do governo estadual. Norteou a construção da cidade um plano urbanístico "inventado" rapidamente, marcando a primeira etapa de desenvolvimento do Tocantins.

Por compreender que o Estado do Tocantins representava uma nova estrutura de vida para os habitantes do então Norte Goiano, o Governador

[3] Bacharel em Geografia pela Universidade Federal do Tocantins –UFT. Mestre em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD – e Pesquisador do NURBA/UFT.

Digitized by Google

Siqueira Campos decidiu criar uma nova cidade planejada, com um estilo "pós-moderno" em seu projeto ou um modelo conservador de planejamento dos anos de 1960 de Brasília.

O local escolhido para a construção da cidade foi o centro do Estado do Tocantins, no município de Porto Nacional. Uma localização justificada pelo isolamento que essa região sofria desde a crise econômica da produção do ouro, área que vinha tendo baixa ocupação de suas terras.

Pensar em uma nova capital passou a exigir um projeto de cidade que tivesse o papel de irradiar um novo tempo, transmitido nos discursos do então governador. O papel mais importante desse processo estava direcionado para a formação de um mercado consumidor e produtor, capaz de viabilizar um parque industrial no Tocantins.

Autores como Gomes (2005) e Lira (1995) afirmam que, assim como Brasília, Palmas é uma cidade geopolítica, criada para sustentar o poder de segmentos sociais e de pessoas de importante influência política e econômica.

Em nossas análises, a cidade se divide em dois momentos importantes: o primeiro vai até o ano de 2000, o qual chamou-se de cidade canteiro de obras (BRITO, 2006). Após essa etapa de construção, consolidou-se na rede urbana uma cidade com uma dinâmica econômica e que, de certa forma, possui uma centralidade econômica e ideológica, o que entendemos como uma cidade com papéis geoeconômicos.

A partir dessas considerações, propõe-se analisar os processos de criação e ocupação de Palmas e sua consolidação, entre a armação de concreto e a formação ideológica de capital regional no Tocantins.

Digitized by Google

2. Da decisão ao projeto

Com a criação do Estado do Tocantins, as lutas políticas para sediar a capital passaram a ser vistas, formavam blocos de poder, tanto por fazendeiros, como por comerciantes de centros importantes do antigo Norte Goiano, que agora era apenas história. Se os gurupienses achavam-se no direito de sediar a capital, por ser um próspero centro comercial desenvolvido a partir da consolidação da rodovia Belém-Brasília, Araguaína, por ter as mesmas características de centralidade regionais, julgava seus representantes ter a cidade sua relevância para sediar a capital, tornando-se centro de poder para garantir sua importância regional em detrimento a Imperatriz.

Porto Nacional, capital regional pós-crise da produção do ouro e de incorporação da luta separatista do norte de Goiás, colocava tal importância como garantia ao direito de ser capital. Ao tratar da questão, Lira (1995) afirma que

> ao contrário de Araguaína e Gurupi, que concentram suas campanhas para sediar a capital através da força econômica e da mídia, Porto Nacional buscou o caminho popular para sua luta pela capital. Os jornais da época, segundo o Sr. Joaquim Medrado de Souza, então presidente da Associação Comercial de Porto Nacional, davam para Araguaína 85%, para Gurupi 10% e para Porto Nacional 5% de chances para sediar a capital provisória do novo Estado do Tocantins...., quando eles floriam os elogios para Araguaína, não dando a devida importância a Gurupi e rotulam Porto Nacional como uma cidade tradicional, desconhecendo eles que Porto Nacional também tem tradição na luta popular, talvez adquirida na própria luta pela criação do Estado do Tocantins (LIRA, 1995, pp. 222- 223).

Digitized by Google

A luta pelo poder era visível entre os centros tocantinenses, quando, por decisão do então governador Siqueira Campos, a capital do Estado seria a cidade de Miracema do Norte. Pequena cidade, que teve sua importância comercial com a navegação no Rio Tocantins. Essa cidade seria, porém, apenas uma capital provisória, com um prazo delimitado de apenas um ano, porque um outro local já tinha sido visualizado, numas fazendas a alguns quilômetros daquele local, decisão que ninguém esperava, principalmente as forças políticas regionais.

Mas poderia ser um processo revogável, e a capital ser instalada em alguns daqueles centros. No entanto, no dia 20 de maio de 1989, o governador Siqueira Campos e centenas de pessoas chegaram ao local em que se mandara erguer uma cruz de pau-brasil, e onde o bispo da Diocese do Porto Nacional, D. Celso Pereira de Almeida, celebrou a missa do batismo de Palmas. Com um trator, cercado por centenas de pessoas, deu início à abertura da Avenida Theotônio Segurado, colocando um ponto final nas esperanças de possibilidade da capital ser em uma cidade já consolidada.

Ao nos referirmos sobre a cidade de Palmas, em certo ponto enfatizamos que se trata de uma cidade pensada em meses dentro de um escritório (BRITO, 2005). Mas entendemos também que a cidade foi “objetivo das elites tocantinenses”, no intuito da formação de uma cidade para o poder.

A forma de concepção urbana ficou muito direcionada para uma abstração daquilo que se imaginava ser Palmas. Em outras palavras, apenas na imaginação se era possível ver o lago, a Praça dos Girassóis, a Ponte da Integração, enfim, o formato da cidade.

Digitized by Google

2.1 Do sonho ao plano de construção de Palmas

Um projeto com traços arquitetônicos "pós-modernos" e faraônicas construções no cerrado setentrional, a capital se tornou um baluarte do poder geoeconômico que emergia no Tocantins. Tinha o princípio de proporcionar a consolidação do Estado, e também um novo tempo para a política regional.

Refletindo sobre a questão, Brito (2007) analisa tal conjuntura a partir da construção da Praça dos Girassóis, ponto estratégico do poder criado e consolidado.

Uma concepção era a da criação do Tocantins e, outra, a da criação de Palmas. Criado o Estado, o discurso girava em torno da questão de um novo tempo de vida para a população tocantinense, que se refletiria ainda nos primeiros anos da construção da capital. Para tal constatação, um exemplo é a ideologia impregnada na Praça dos Girassóis, que originalmente tinha o sol como centro do projeto. O sol, por entender ser ali o local da irradiação de um novo tempo. O esplendor, a luz ou a ideia de que exerceria grande influência, do sol de uma nova manhã que remetia seus primeiros raios e que emanava do centro do poder administrativo, onde a esperança de um futuro promissor era imaginada sobre os projetos, emergia das decisões políticas que se realizariam na Praça dos Girassóis e que reverberariam por todo o Estado do Tocantins.

Com o passar do tempo, olhando para o projeto da praça e, provavelmente, inconsciente, o sol foi trocado pelo girassol, não mais significando a luz que iluminava a cidade, mas uma flor que receberia a luz para viver e que cresceria rapidamente – o girassol.

Digitized by Google

Essa praça teve importância ainda nos primeiros anos de implantação da capital, até porque a construção principal da cidade – o Palácio Araguaia – se encontrava na colina central que formaria mais tarde a praça. Com o asfalto das avenidas Theotônio Segurado e JK, criou-se um grande balão, tendo o palácio como torre da construção da capital.

A leitura nos levou até a afirmação de que não era apenas o nome da praça que estava em jogo, mas também a forma de conceber a cidade pelas suas autoridades governamentais e como esse poder de persuasão já havia se estruturado sobre uma pessoa que se tornava "herói" diante da luta de construção de um Estado. Isso implica dizer que o poder das palavras é dado por quem as pronuncia, mas depende de um consenso, porque é uma adesão, ou seja, o símbolo girassol não tem valor em si, mas é estabelecido pelas relações que os sujeitos (moradores de Palmas) estabeleceram em torno deles sobre a cidade.

O sentimento e a grandeza do projeto modernista foram construídos em torno da magnitude do Novo Eldorado que se intentava criar na Amazônia. Para Vicentini (2004), referindo-se ao plano urbanístico, ele "contém a maioria dos ingredientes modernistas" (VICENTINI, 2004, p. 244). Contudo, ressalta que foi um "modelo modernista fora do lugar e do tempo, (...) lembrando mais uma insensatez da razão" (Idem, p. 248). Não conseguimos ver em Palmas aspectos puramente modernistas, mas um ecletismo. Houve em parte uma ruptura com a ideia de desenvolvimento centrado em planos racionais e eficientes na cidade, ou seja, uma ruptura com a Escola Modernista Progressista de Le Corbusier por parte do Grupoquatro sobre o plano urbanístico de Palmas.

Digitized by Google

Os espaços da cidade tornam-se efêmeros; os espaços da particularidade, da singularidade, e até da monumentalidade da arquitetura, passaram a ter importância nos projetos dentro de uma concepção de grupo (coletivo). A arquitetura pós-modernista não pretende impor soluções, é antivanguardista, tendo alguns autores como Baudelaire que afirmam que essa busca à memória coletiva é agregada ao historicismo. Portanto, as cidades pós-modernistas são em si contraditórias, pois a materialidade é instável, moldada pelo imitar das imagens da mídia, podendo ser mudado ao apertar de um botão, ser adaptado onde e como quiser.

Refletindo sobre o pensamento de Harvey (1989), podemos afirmar que o pós-modernismo é eclético e produz uma intensidade de esforço na imagem, provocando uma perplexidade, mas também uma popularização, a fim de conciliar a vida das pessoas ao não-estranhamento do cenário.

2.2 Entendendo a construção da cidade

A nova forma de concepção da cidade fez com que se deixasse de ver apenas seu projeto arquitetônico e, de maneira restrita para o Tocantins, passou a visualizar uma capital regional com desdobramentos econômico e político. Pensar em uma nova cidade passou a exigir um projeto geoeconômico, de uma cidade que tivesse o papel de irradiar um novo tempo, que era transmitido nos projetos do Estado.

A concepção de Palmas na rede de integração levou a objetivar uma cidade que tivesse papel primordial na reorganização regional do Sudeste da Amazônia Oriental. Projetou-se uma cidade em grandes proporções,

Digitized by Google

visualizando-se uma organização metropolitana, sonhada em apenas cinco anos de formação. Os discursos frequentes feitos pelo Estado sobre o canteiro de obras passaram a sensibilizar as pessoas para vir a Palmas, não apenas no intuito de morar, como também no de investir no novo Eldorado da Amazônia. A oportunidade de ganhar a vida, um projeto de cidade organizada, atrelados a um discurso chamativo, foram fundamentais para que Palmas ganhasse população e também se estruturasse como principal centro do Tocantins. Aos poucos, a dependência que tinha de muitos serviços de Goiânia, Brasília, ou até mesmo de Imperatriz, Araguaína ou Marabá, passou a ser reduzida.

Uma estrutura para o atendimento dos serviços de saúde e educação se tornou necessária e premente. Em pouco tempo, a cidade conseguiu criar uma aparelhagem hospitalar que garantiu um atendimento regional. O sistema de comunicação foi estruturado e a informação que passou a ser vinculada no Estado começou a ser produzida na cidade. Com a produção da informação monopolizada por Palmas, a venda da cidade por meio de seu projeto e conforto também se viu facilitada.

A imagem divulgada era de uma cidade bem planejada e com oportunidades de trabalho para todos até o ano 2000, período que chamamos de cidade canteiro de obras, um intervalo de tempo de onze anos que vai desde a sua fundação, em 1989, até o ano 2000. Fase em que a propaganda da cidade girava em torno da oferta de trabalho e do investimento em imóveis. Depois desta data, até os dias atuais, a cidade vive um período de cidade em consolidação, em que o chamativo não é mais concentrado na oferta de

Digitized by Google

serviços ou de imóveis, mas principalmente na oferta de serviços de saúde e educação.

Para que Palmas pudesse ter o papel decisivo de capital regional, foram necessários, além de investimentos em infraestrutura, a criação de um canteiro de obras faraônico, com construções grandes e caras, um investimento em *marketing* e propaganda de uma possível cidade, que garantiria um nível de qualidade de vida acima do padrão regional e igual ao das capitais de outros Estados, com boa oferta de lazer, ampla estrutura de locomoção, sem problemas no trânsito.

Após o período de euforia de cidade em construção efervescente, Palmas conseguiu certo equilíbrio e se estruturou sobre os alicerces deixados pelo período áureo. Vale ressaltar que a cidade não convive com uma crise; antes, convive com um novo processo estrutural e equilibrado, um desenvolvimento saudável, pois cresce de acordo com a oferta de trabalho para seus habitantes.

Não tem mais um discurso de busca pelo poder, pois ele foi conquistado; a imagem da cidade foi criada como capital regional incrustada no Sudeste da Amazônia Oriental. Uma imagem não apenas de uma arquitetura pós-moderna, como a Ponte da Integração "Fernando Henrique Cardoso" ou a Praça dos Girassóis, mas de um empreendedorismo baseado na construção civil, na carreira educacional, adicionado a uma qualidade de vida oferecida pela oferta de transportes diários aéreos ou rodoviários, pela diversidade gastronômica, pela variedade de atrativos naturais como praias, cachoeiras e desertos, bem como pelos eventos regionais, como o carnaval e a Fenepalmas.

Digitized by Google

3. Processo de ocupação do espaço urbano de palmas

3.1 Ocupação por fase

O Plano Diretor de Palmas foi elaborado pelo escritório de planejamento - Grupoquatro. Esse plano legalizava sobretudo os traçados urbanísticos da capital, delimitando também a área do município e sua localização, dimensionando objetivos na planta da cidade. Dentre eles, grifamos o princípio *5° - Flexibilidade na transformação do solo garantindo a expansão ordenada da superfície*, como base para traçarmos algumas considerações sobre a ocupação de Palmas.

A princípio, a estratégia de implantação da área de ocupação de Palmas obedeceria às seguintes fases:

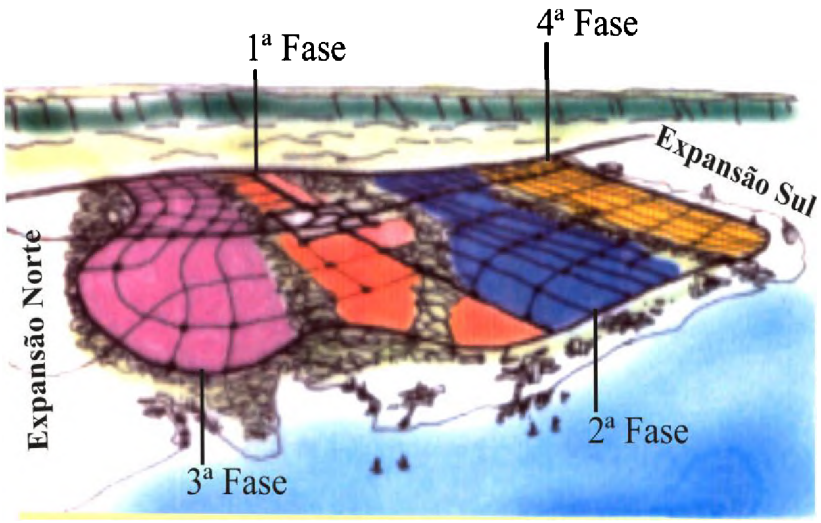

Figura 01: Fases de implantação da ocupação de Palmas

Fonte: Palmas (2003). Elaboração própria

Digitized by Google

1ª- Fase de implantação

A primeira fase de ocupação de Palmas consistia numa faixa de três quilômetros compreendida entre os córregos Brejo Comprido e Suçuapara. Seriam as quadras que margeiam a Avenida JK.

Essa fase abrigaria uma população estimada de 230.000 habitantes, considerando a densidade de 300 hab/ha, conforme previsto no projeto urbanístico. Em 1991, de acordo com dados das cadernetas de setores do IBGE, a população nessa primeira fase era de 4.312 pessoas. No projeto, para se operacionalizar, na primeira fase previa-se a implantação de canteiros de obras, complementada por alojamentos e vila residencial que abrigariam uma população estimada de 3.000 pessoas, correspondendo às famílias de 1.000 trabalhadores que estariam construindo a cidade.

Todo o processo foi feito para amenizar gastos públicos em infraestrutura, que ficaria então a cargo da iniciativa privada, que abriria os loteamentos, faria a infraestrutura, e as áreas, mesmo para fins públicos, teriam que ser adquiridas através de um departamento estatal criado para resolver interesses comerciais. Inclusive, as terras de Palmas foram todas comercializadas primeiramente pela Codetins[4], e, mais tarde, pela Agência de Desenvolvimento do Tocantins, órgãos que pertencem ao Governo Estadual, estranhamente ficando apenas para o poder público municipal a responsabilidade da fiscalização e manutenção básicas.

Um dos principais aspectos dessa etapa era a instituição de restrições e condicionantes que determinavam que as terras só seriam vendidas com

[4] - Companhia de Desenvolvimento do Tocantins.

Digitized by Google

tempo determinado para nelas se construir, e no caso do descumprimento, o proprietário sofreria severas sanções. Mas esse princípio só ficou no papel, pois o planejamento foi ineficiente e inoperante. O Plano Diretor, diante do avanço da especulação imobiliária, que passou a ser o ponto fundamental para a ocupação urbana nessa fase, foi totalmente corrompido. De acordo com dados levantados pelo autor, das 21 quadras pertencentes à primeira fase, apenas dez foram legalizadas até o ano de 1991, demonstrando que já no início dessa implantação o Plano Diretor fugiu do objetivo almejado: "planejar" o ordenamento do solo urbano.

2ª- Fase de implantação

Esta fase compreende os loteamentos entre os córregos Brejo Comprido e Prata. A ocupação aí teve início no primeiro período de implantação da capital. Uma área que revela a segregação socioespacial, pois foram nos loteamentos 504 Sul e 604 Sul que os funcionários públicos de menor prestígio no governo foram abrigados. O loteamento 504 Sul possuía, em 1991, uma população de 1.089 habitantes (IBGE, 1991), sendo a quadra mais populosa do Plano Diretor.

Com a transferência da rodoviária para a 401 Sul, iniciou-se em suas proximidades uma pequena favela, possuindo, em 1991, 126 habitantes, composta por comerciantes e por famílias que se misturavam entre os barracos de madeira, entre lojas de confecções e bares, sem um mínimo de infraestrutura e os esgotos correndo a céu aberto pelas ruas.

Digitized by Google

A proximidade de loteamentos irregulares ao córrego Brejo Comprido possibilitou uma ocupação desordenada das suas margens por famílias de trabalhadores que, para fugir do incômodo do abastecimento de água pelo carro-pipa, recorriam a lugares próximos aos córregos. Isso levou também as várias famílias de desempregados a se refugiarem debaixo da ponte da Avenida Theotônio Segurado, causando problemas socioambientais desnecessários devido à grande expansão de áreas não-ocupadas pela cidade.

Nessa fase, o nível de ocupação foi baixo, chegando em 2000, conforme dados do IBGE (2000), a uma população de 11.211 habitantes, sendo a segunda menor população de Palmas por fase. Isso se deve a alguns fatores como: a pista do antigo aeroporto de Palmas, que dificultou sobremaneira a ocupação dos loteamentos adjacentes devido à locomoção. Muitas famílias que instalaram suas residências nos loteamentos da 409 Sul e 407 Sul tinham de percorrer uma distância de mais ou menos 2.500 metros para efetuar qualquer tipo de compra ou para pegar um coletivo a outras áreas da cidade, pois essas quadras eram desprovidas de infraestrutura.

Muitos loteamentos só foram comercializados em 2000, e outros continuam sem ser comercializados, aguardando a valorização do solo. Um outro fator que se leva em consideração é que o loteamento registrado em 11 de setembro de 1991, e cedido para os funcionários públicos, não apresentou os requisitos básicos do tamanho dos lotes, estabelecido em 360m², sendo os lotes de tamanho grande de 250m² e, os de tamanho pequeno, de 200m².

3ª- Fase de implantação

Digitized by Google

A terceira fase de implantação compreende os loteamentos que se encontram entre o córrego Suçuapara e a Avenida Parque. Essa fase tem um dos mais problemáticos processos de implantação e ocupação. As ocupações iniciaram-se por meio da proliferação de barracões de lona preta que serviam de abrigo aos pedreiros, carpinteiros, serventes e desempregados. A maioria dos barracões se instalou à margem do córrego Suçuapara devido à disponibilidade de água; dali surgiu uma das "favelas" de Palmas, denominada "Golfo Pérsico", em homenagem à Guerra do Golfo, surgindo também o processo de "invasão", ocupações populares das ARNOs 31 e 32, "desvirtuando" as leis até então rígidas do Plano Diretor.

A primeira "invasão" recebeu o nome de Vila União (301 Norte, 304 Norte, e posteriormente, 303 Norte, 305 Norte e 307 Norte). Em 1994, iniciou-se o processo de invasão da 607 Norte, 605 Norte, 603 Norte e 503 Norte, loteamentos que ficaram conhecidos como "Sapolândia" (nome dado devido à proximidade à represa dos parques das Emas) e, mais tarde, de Vila Independência.

A terceira fase de implantação possuía, em 2000, uma população de 32.526 (IBGE, 2000), sendo a segunda maior população das áreas de ocupação por fase em Palmas, tendo o início da aprovação e do registro dos loteamentos em 1991.

4ª- Fase de implantação

Digitized by Google

Esta fase compreende a área entre o Ribeirão Prata e o Ribeirão Taquaruçu. Com uma ocupação mais intensa no sentido leste, a porção oeste encontra-se quase totalmente desabitada. A ocupação dos loteamentos 1.106 Sul e 1.206 Sul se deu por um processo rápido, provendo os loteamentos com maior número de habitantes. Já a maioria dos loteamentos do oeste é de propriedades do governo estadual, quadras que em sua maioria ainda não foram loteadas.

As quadras 712 Sul, 812 Sul, 912 Sul, 1.012 Sul e 1.112 Sul formam o setor industrial de Palmas. Sua localização próxima à TO-050 facilita o escoamento da produção e reduz o tráfego de veículos pesados pelo centro da cidade. Apesar da direção do vento ser leste/oeste, essa é a área mais aconselhável para abrigar o setor industrial, pois as áreas do lado oeste de Palmas ficam às margens do lago, o que provocaria a contaminação das águas.

No ano de 1991, esse estágio possuía 1.241 habitantes, distribuídos principalmente nas quadras 704 Sul, 706 Sul e 804 Sul, loteamentos povoados por funcionários públicos. Em 1996, a população contabilizou 12.949 habitantes, possuindo uma distribuição geográfica mais dispersa no sentido leste. No ano de 2000, é a terceira fase mais populosa, com 22.391 habitantes.

5ª Fase de implantação/ expansão Sul

A quinta fase de implantação compreende as regiões de Taquaralto e Aureny's. Essa fase só seria preenchida após uma ocupação de 70% da

Digitized by Google

região do Plano Diretor ou Plano Básico de Ocupação, mas em 1991 a sua população somava mais de 12.000 habitantes, chegando em 2000 como a fase mais populosa de Palmas, com 46.851 habitantes.

É bom lembrar que essas fases de ocupação planejada de Palmas nunca aconteceram. Aliás, o que tem acontecido é uma ocupação desordenada de todas as áreas da cidade, seguindo às vezes muito mais as necessidades e interesses do capital do que propriamente da moradia.

4. A especulação imobiliária

A cidade de Palmas tem sua história marcada por um processo especulativo muito conflituoso. Criada em meio a um período de alta inflação no país, em que investir em terra tornava-se uma segurança contra a desvalorização da moeda, Palmas era uma terra fértil para proliferar uma valorização do solo confusa e sem critérios.

O processo especulativo em Palmas possui características contraditórias próprias, cabendo aqui explicitá-las:

- Especulação incitada por *marketing* feita pelo Estado, principalmente no período do governo de Siqueira Campos (1989/1990 e 1995/2000);
- O perfil topográfico não é determinante da valoração dos imóveis, 90% dos lotes estão em terreno plano.
- Estão disponíveis lotes para uma população de mais de um milhão de habitantes na área do Plano Básico e, no entanto, a maioria dos lotes só pode ser adquirida por pessoas com poder aquisitivo alto, devido ao preço ser especulado de forma alta.

Digitized by Google

O governo do Estado, após a criação de Palmas, iniciou uma intensa propaganda da viabilidade da cidade. Esse projeto ainda se encontrava no papel, mas, mesmo assim, atraiu empresários para especular, pequenos comerciantes para ampliar e assegurar seus capitais, trabalhadores desempregados para aventurar a sorte em uma nova fronteira na Amazônia aberta exclusivamente para o capital internacionalizado.

Nessa propaganda, em páginas de jornais, revistas, ou pelo discurso eloquente e emocionado do então governador Siqueira Campos, uma imagem projetada e fantasiada era vendida, transmitida em rede nacional. Vendia aquilo que não era real, imaginário, só existia no projeto. A cidade de ruas largas, banhada por um maravilhoso lago que só seria construído dez anos depois. A cidade dos sonhos dos políticos; do mesmo canteiro de obras aberto à construção civil; das novas possibilidades de trabalho nos diversos segmentos produtivos, etc.

Possuindo 178 mil pessoas em 2007, com sua população distribuída pelos mais diversos loteamentos, com uma ocupação concentrada mais à periferia, as áreas centrais são um espaço promissor de progressiva especulação. Especulação gerada pelo mercado imobiliário, que impõe um preço irreal, com interesses de um lucro maior. Nesse caso, passam a vender uma projeção de nome sobre o loteamento em que está inserido o lote, e não propriamente o lote e a produção social.

Segundo Santos (1996) e Rodrigues (2003), o valor do lote é basicamente uma aquisição social em que os moradores em conjunto reivindicam melhorias, que, depois de conquistadas, cada um se beneficia

Digitized by Google

individualmente. Assim, é certo que muitos lotes vazios serão valorizados pela construção vizinha, podendo ser supervalorizados.

Na visão de Vicentini (2004), o planejamento da cidade de Palmas obteve, desde a sua origem, uma distorção da função social da cidade. O Plano Diretor, mesmo tendo como exemplo o planejamento urbanístico de Brasília, com sua complexidade na ocupação do solo, reescreveu os mesmos erros de planejamento e condução inicial da ocupação do solo, provocando um processo contraditório entre o que foi planejado para ser a cidade e sua posterior produção socioespacial; entre o que seria ideal e o que se tornou real. Para tanto, o segmento social que mais sofreu foi a classe de poder aquisitivo baixo, devido principalmente à forma de apropriação do solo no "Novo Eldorado", expressão utilizada para denominar a capital do Estado do Tocantins. Nesses termos, o plano pós-modernista de Palmas não conseguiu sobreviver à especulação urbana e à desregulamentada ocupação do solo urbano.

Segundo Vicentini (2004, p. 248),

> A primeira regra rompida foi no princípio de implantação e crescimento da cidade. A ocupação, que deveria começar na parte central (...), não foi obedecida. Por razões que para nós não são claras, o governo resolveu abrir frentes de ocupação de maneira diferente daquela planejada, doando lotes em áreas afastadas da parte central da cidade para migrantes (...). Na cabeça deles (governo), parece que não entrou o conceito de que as diversas classes sociais eram indistintas para efeito do plano (...) o governo deu terreno de graça para a população pobre: criou, a cerca de 20 km de Palmas, próxima a uma

Digitized by Google

> localidade chamada Taquaralto (...), a Vila Aureny; depois a Vila Aureny II, III (...).

Se compararmos a ocupação e o valor dos lotes, constataremos que na área central, pouco ocupada, os lotes são maiores e mais caros, e na periferia, onde a ocupação é maior, os lotes são mais baratos. Se isso é uma lei do mercado, é um contraste para a lei do direito a moradia. Ver o vazio urbano na Região do Plano Básico e assistir à exclusão social nas periferias tornou-se contraditório à função social da cidade de Palmas. Limpar o centro da cidade significa apenas deslocar os problemas de sobrevivência e de más condições de moradia para outro lugar.

5. A produção do espaço urbano de Palmas

A cidade é social e não apenas um projeto, é uma montagem socioespacial onde as pessoas produzem o espaço e este se reproduz. Dentro dessa (re)produção existem vários indivíduos representantes de classe: movimentos sociais urbanos; as incorporadoras imobiliárias; empresários; o Estado; o município; as igrejas; etc.

Carlos (1994) afirma que a produção planejada está basicamente ligada ao controle do Estado sobre o crescimento da cidade, que se dá pelo macrozoneamento. Nesse caso, podemos dizer que Palmas teve uma produção planejada desde a sua fundação por meio do Plano Básico, que direcionava os primeiros traçados urbanísticos da cidade. Em 1994, foi aprovado pela Câmara Municipal de Palmas, sancionado e promulgado pelo então prefeito da capital, Eduardo Siqueira Campos, o PDUP – Plano Diretor Urbanístico de Palmas – através da Lei Municipal n° 468, de 06 de janeiro de

Digitized by Google

1994. Em 2002, por meio da Lei Complementar n° 58, de 16 de setembro de 2002, foi instituído o macrozoneamento territorial do município de Palmas. Depois de doze anos de rompimento com o 5° princípio do Plano Diretor, foi proposta uma ocupação novamente planejada para a cidade.

Conforme o macrozoneamento, a cidade teve seu território definido em áreas: Restritas, Preferenciais e Prioritárias. As Áreas Restritas foram subdivididas em I, II e III. A Área Restrita I corresponde à antiga Área de Expansão Urbana Norte, hoje Palmas Norte. A Área Restrita II corresponde ao Distrito de Taquaruçu, e a Área Restrita III, ao Distrito de Buritirana, onde não será permitida abertura de novos loteamentos. A Área Preferencial se localiza a oeste do Ribeirão Taquaruçu, norte do Ribeirão São João e sul da TO-050. Essa área só será habitada após a ocupação de 50% das Áreas Prioritárias.

As Áreas Prioritárias são subdivididas em I e II. A Área Prioritária I corresponde ao Antigo Plano Diretor, e a Prioritária II corresponde aos Jardins Aureny's e Taquaralto. Nas Áreas Prioritárias concentram-se 70% da população absoluta do município de Palmas.

CONCLUSÃO

A organização da cidade sobre a base do planejamento obedece a um fetichismo e, observando esse aspecto na cidade de Palmas, vemos que ela representa o poder que intentaram impor com o fito de construir uma cidade milionária, capaz de ser uma metrópole regional em um curto período de tempo, como o girassol que cresceria rapidamente, esbanjando sua beleza e preponderância na região.

Digitized by Google

Pensar a forma de entendimento da cidade é visualizar para além das perspectivas de uma construção arquitetônica. A cidade não é apenas concreto e vidro, de ruas largas ou da exclusão social; ela é também o centro de poder político e econômico que se entrelaça com a Amazônia Oriental e que ganha a cada dia mais importância em sua supremacia como capital regional.

Palmas é uma cidade criada em meio ao movimento social pró-Reforma Urbana, que ganhou importância nos Artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988. Na cidade, a proposta "inovadora" da lei foi rompida, surgindo assim, em meio ao cerrado tocantinense, Palmas, uma cidade cheia de utopias no plano "ideal" e marcada pela ausência de cidadania no plano real.

Uma cidade criada pelo interesse político, em que prevalece o interesse privado e que vive sob o interesse híbrido dos capitais público/privado, precisa ser repensada para que seu espaço urbano possa ser um espaço onde as relações sociais determinam como deve ser o usufruto desse espaço.

Finalmente, a ocupação do espaço urbano de Palmas conseguiu contraditoriamente absorver os velhos problemas de planejamento das cidades brasileiras, acentuando ainda mais o processo de segregação social próprio do sistema capitalista.

Digitized by Google

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

BELTRÃO SPOSITO, Maria Encarnação. Espaços urbanos: territorialidades e representações. In: SPOSITO, Eliseu S. *Dinâmicas econômicas, poder e novas territorialidades*. Presidente Prudente: UNESP/FCT: GAsPERR, 1999, p. 13 – 29.

_____. Reflexões sobre a natureza da segregação espacial nas cidades contemporâneas. In: *Revista de Geografia*. Dourados: AGB, 1996, p.71 – 85.

BEZERRA, Maximiano Santos. *Palmas, Processo de Implantação da Capital do Tocantins, 1989-1991.* Palmas, 1999. (Monografia de Especialização em História - Universidade do Tocantins).

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. São Paulo: Bertrand Brasil, 1998.

_____. *A economia das trocas simbólicas*. 2.ed, São Paulo: Perspectiva, 1982. (Coleção Estudos).

BRITO, Eliseu Pereira de. O papel de Palmas na rede de integração regional. Dourados-MS, 2009. (Dissertação de Mestrado em Geografia – Universidade Federal da Grande Dourados)

_____. A ocupação e os vazios urbanos na cidade de Palmas. In: *VII Encontro Nacional da ANPEGE*. Niterói-RJ, Anais, 2007. Cd-Rom.

_____. Reprodução espacial da última cidade planejada na Amazônia brasileira do século XX, Palmas Tocantins. In: *VII ENGETO*. Araguaina, Anais, 2006. Cd-Rom.

Digitized by Google

_____. *A (Re) Produção do Espaço Urbano de Palmas*. Porto Nacional, 2005. (Monografia de Conclusão de Curso em Geografia – Universidade Federal do Tocantins).

BRITO, Eliseu Pereira de, e LIRA, Elizeu. R. O Processo de Ocupação do Espaço Urbano: A partir de um Olhar em Palmas. In: (Anais) *VI Congresso Brasileiro de Geógrafos*. Goiânia, Anais, 2004. Cd-Rom.

CAVALCANTI, Lana de Souza. (org). *Geografia da cidade: a produção do espaço urbano de Goiânia.* Goiânia: Editora Alternativa, 2001.

CARLOS, Ana Fani Alessandri**.** *A cidade*. 5. ed., São Paulo: Contexto, 2001.

_____. *A (Re) produção do espaço urbano.* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

CHOAY, François. *O urbanismo. Utopias e realidades. Uma antologia*. São Paulo: Perspectiva, 1979 (Coleção Estudos/urbanismo).

GOMES, Horieste. *Geografia: Goiás-Tocantins*. 2. ed., Goiânia: Editora da UFG, 2005.

IBGE. *Censos Demográficos*: 1970, 1980, 1991 e 2000.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

Digitized by Google

_____. *Condição pós-moderna*. 5. ed., São Paulo: Edições Loyola, 1989.

JEANNERET, Charles – Edouard. *Planejamento Urbano*. 3.ed., São Paulo: Perspectivas, 1984. (Coleção debates – urbanismo).

LEFVEBVRE, Henri. *A cidade do capital*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

_____. *O direito à cidade.* São Paulo: Editora Moraes Ltda., 1991.

LIRA, Elizeu R. *A gênese de Palmas-TO*. Presidente Prudente, 1995. (Dissertação de Mestrado em Geografia - Universidade Estadual Paulista).

PALMAS, Prefeitura Municipal de. *Decreto n° 35, de 4 de fevereiro de 2004.* Palmas-TO, 2004.

_____. *Palmas Sul – Plano Diretor de Ordenamento Territorial.* Palmas-TO, 2003.

_____. *Lei Complementar n° 58, de 16 de setembro de 2002.* Palmas-TO, 2002.

PINHEIRO, Adriana. Palmas-última cidade planejada do século XX. In: *Informativo do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado do Tocantins*. Ano II, n° 06. Abril/maio de 1997.

RIBEIRO, Miguel A. Campos. A dimensão urbana da questão ambiental na Amazônia. In: *Boletim Goiano de Geografia.* Instituto de Química e Geociências, Departamento de Geografia – UFG. Vol. 6, N° 1, Goiânia: Editora da Universidade Federal de Goiás, 1996.

Digitized by Google

RODRIGUES, Arlete Moysés. *Moradia nas Cidades Brasileira.* 10. ed., São Paulo: Contexto, 2003. (Repensando a Geografia).

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo/razão e emoção.* São Paulo: HUCITEC, 1996.

_____. *Urbanização Brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.

SOJA, E. *Geografia pós-moderna - a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

VICENTINI, Yara. *Cidade e história na Amazônia*. Curitiba: EdUFPR, 2004.

Digitized by Google

CAPÍTULO III

Panorama comparativo entre a soja no Mato Grosso e Tocantins

Digitized by Google

Panorama comparativo entre a soja no Mato Grosso e Tocantins[5]

Aline Cardoso Almeida[6]

Yolanda Vieira de Abreu[7]

RESUMO

A soja tornou-se um dos principais produtos agrícolas do país. Com o passar dos anos, a sua produção evoluiu em ritmo crescente, expandindo-se para vários Estados brasileiros. Neste trabalho, pretende-se analisar a competitividade da produção da soja entre Mato Grosso e Tocantins. Neste estudo, buscou-se determinar os desafios de crescer de modo competitivo atendendo ao mercado e identificando os fatores críticos. O presente trabalho foi elaborado através de pesquisa descritiva e quantitativa, utilizando-se das seguintes variáveis: produção, área colhida, produtividade, tecnologia e custo de produção. Essas foram utilizadas para analisar as características dos ciclos da soja nos seus aspectos produtivos e as concorrências nas regiões do Tocantins e Mato Grosso. Verificou-se que aumentou a quantidade de terras destinadas ao plantio no Tocantins, enquanto que a tecnologia cresce a taxa contida e poderá comprometer as safras futuras.

Palavras-chave: competitividade, preço, produção, área colhida, produtividade, cadeia produtiva e custo de produção.

---

[5] Este texto foi retirado e modificado da monografia de Produção de Soja no Estado do Tocantins: Aspectos de Competitividade entre os Municípios de Dianópolis e Pedro Afonso de Aline Cardoso Almeida. Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Faculdade Federal do Tocantins – UFT – Campus de Palmas, para a obtenção de Bacharel em Ciências Econômicas, 2007.

[6] Economista, formada pelo Curso de Ciências Econômicas da UFT/TO – alicar18@gmail.com

[7] Professora Adjunta da UFT/TO no Curso de Ciências Econômicas e no Mestrado de Agroenergia da UFT, Campus de Palmas - yolanda@uft.edu.br.

Digitized by Google

1. - O surgimento da soja no Brasil

1.1 Introdução

No Brasil a soja foi introduzida a partir de 1882, quando se iniciaram estudos de algumas variedades para ser plantadas no Estado da Bahia. A partir de 1908, a soja foi introduzida em São Paulo por imigrantes japoneses e, em 1914, oficialmente no Rio Grande do Sul (Embrapa, 2001).

O grande impulso para a expansão da soja no Brasil se deu por volta das décadas de 60 e 70, com o aumento do preço no mercado internacional. Durante a primeira crise do petróleo em 1973, o governo brasileiro, ainda sob o efeito do milagre econômico, lançou o I e o II Plano Nacional de Desenvolvimento que mudou as bases da política industrial brasileira e enfatizou a modernização do setor agrícola e promoveu a abertura de novas fronteiras.

O aumento do preço da soja no mercado mundial, em meados de 1970, despertou o interesse dos agricultores e do próprio governo. O Brasil tem vantagens competitivas que o beneficia, tais como: solo, clima e espaço em relação aos outros países produtores. Desde então, passou a investir em tecnologia para adaptação dessa cultura às condições brasileiras.

O fenômeno da expansão da soja nos anos 70 ocorreu dentro de um contexto econômico, político e social que incentivou também o desenvolvimento de outras culturas. Esse período ficou conhecido pelo processo de modernização da agricultura brasileira e em relação à soja pelo

Digitized by Google

desenvolvimento de novos processos e de várias cultivares. Tal progresso vem se mantendo, por três décadas, incentivado pelo interesse crescente da indústria de óleo e a ampliação da demanda mundial.

No século XX, a soja foi responsável por profundas modificações no campo brasileiro. Com rápido crescimento de sua produção o Brasil se tornou um dos maiores produtores e exportadores mundiais tanto de grãos quanto do farelo e do óleo. Para o BNDES (1998), a expansão da soja foi à principal responsável pela introdução do conceito de agronegócio no País. Tal fato ocorreu não só pelo volume físico e financeiro envolvido, mas também pela necessidade de desenvolvimento de uma visão empresarial de administração. A estratégia empresarial e administrativa envolvia o gerenciamento das atividades por parte dos produtores, fornecedores de insumos, processadores da matéria-prima e negociantes, de forma a manter e ampliar as vantagens competitivas em toda a cadeia produtiva desse produto.

A expansão da cultura contribuiu para uma série de mudanças na história do país, em parte, responsável pela aceleração da mecanização das lavouras, pela modernização do sistema de transportes, pela expansão da fronteira agrícola, pela profissionalização e incremento do comércio internacional, dentre outras contribuições, conforme destacado em estudo da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA, 2002).

O governo brasileiro preocupado com a dependência do país com relação ao trigo traçou uma política para que o Brasil fosse auto-suficiente nesse cereal. Assim a soja foi beneficiada pelas políticas publicas em vigor, visto que essa oleaginosa é freqüentemente usada como cultura de rotação com o trigo, usufruindo da estrutura corporativista montada em torno desse cereal.

Digitized by Google

A soja foi priorizada pelo seu potencial no mercado internacional e a conjuntura favorável, deu estabilidade aos preços e incentivou o aumento da área cultivada. Em 1975 a produção brasileira de soja era realizada com cultivares e técnicas importadas dos Estados Unidos. Assim a soja só produzia bem, em escala comercial nos estados do Sul, onde as cultivares americanas encontrava condições semelhantes às de seu país de origem. (EMBRAPA, 2003).

No Brasil a partir da década de noventa, a expansão da Soja, deu-se de forma expressiva com evolução da área colhida e do melhoramento genético e da técnica utilizadas no plantio. Isso devido aos avanços tecnológicos do processo de produção, pelo maior uso de insumos agrícolas e principalmente com a incorporação de novas áreas no cerrado brasileiro.

Em 1990, as áreas de produção já eram expressivas, na parte central do país, associando em grande medida à expansão da lavoura do cerrado. Essa expansão foi incentivada pelas melhorias de infra-estrutura, além das condições do cerrado e do desenvolvimento de tecnologias que viabilizassem o cultivo da lavoura em um agro- sistema e por investimentos na infra-estrutura de transporte.

Sendo a soja uma das principais *commodities* mundial seu preço no Brasil guarda relação direta os praticados na Bolsa de Chicago. Esse produto tem grande expressão na pauta de exportação brasileira sendo somente ultrapassado pelo de suco de laranja concentrado. (BNDES, 1998).

2. – O Preço da Soja Brasileira

Digitized by Google

O Preço da soja em grãos no Brasil guarda relação direta com o preço internacional e é praticado em estreita sintonia com a bolsa de Chicago. O preço que é pago ao produtor é baseado no preço internacional, descontado o valor referente ao frete e imposto, chamado de preço de internalização ou de paridade. (CONAB, 2003).

Segundo Marques e Mello (1999) a formação do preço da soja dá-se de fora para dentro. Os preços se formariam em mercados internacionais e os produtores seriam bem informados e passariam a reivindicar internamente preços compatíveis com os praticados nos mercados externos.

A Figura 2.1 mostra o histórico anual dos preços em valores reais da soja no Brasil no período de 1994 a 2006. Ao longo desse período, o preço médio apresenta oscilações, porém observa-se que o preço real médio no Brasil, declinou principalmente entre 1997 até 2000, saindo de R$ 39,59 por saca em 1997 de e R$ 31,66 por saca em 2000, uma queda de 7.18% ao ano. Em 2001 o preço da soja volta a crescer sendo cotado a R$ 35,56 por saca, e em 2002 aumenta para R$ 44,35 por saca, o que tornou-se o maior valor alcançado pela soja nos últimos 13 anos, o que é uma grande diferença com a relação ao verificado em 2000.

Digitized by Google

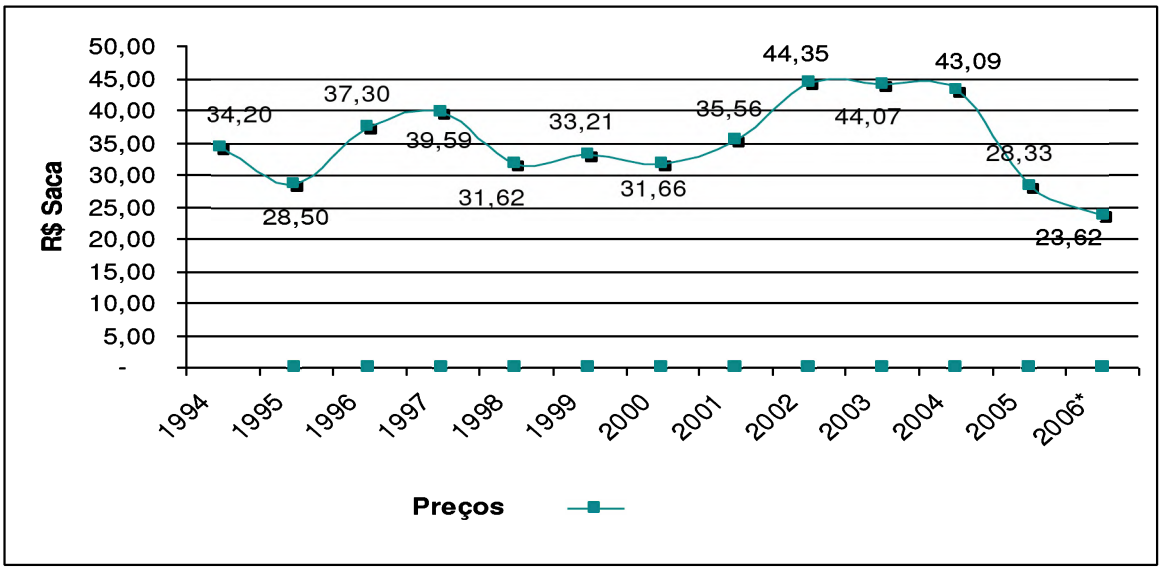

Figura 2.1 - Histórico dos Preços Médio Anual Real da Soja no Brasil de 1994 a 2006.
Fonte: Elaborado pelo autor dados colhidos em: www.contriel.com.br/Site13.htm
Nota: Valores referentes ao primeiro dia útil do mês.
Valores corrigidos a preço de Julho de 2006, utilizado o IGP-DI como deflator.
*Preço médio de 2006 correspondentes aos preços de janeiro a julho.

Observa-se (Fig. 2.1) que ocorreu uma queda mais acentuada nos preços a partir de 2004. Se analisar todo o período de 1994 a 2006, o preço médio histórico ficou em R$ 35,01 de forma que preço da soja em 2006 estava 32,53% abaixo do preço histórico médio dos últimos 12 anos. Esta queda poderá prejudicar os produtores e influenciar o plantio das próximas safras.

O agravamento da crise agropecuária no Brasil em 2005 foi conseqüência de uma série de fatores como a da política cambial, a queda dos preços internacionais da soja, milho e trigo e a estiagem que atingiu as principais regiões produtoras do País, com quebra de safra e redução da produtividade.

No período de 2004 a 2006 os preços internacionais apresentaram queda e ficaram abaixo da média histórica do período estudado (Fig. 2.1). A política cambial nesse período é apontada como sendo a principal causa dos prejuízos do setor agropecuário. Ocorre que os produtores adquiriram os insumos com o

Digitized by Google

dólar mais elevado e, conseqüentemente, custos de produção elevados e baixa disponibilidade de recursos para custeio à taxa fixa de 8,75% ao ano.

3. – Produção, Área Colhida e Produtividade da Soja no Brasil

No Brasil a soja vem tendo sucessivos recordes na produção, o maior problema é com relação à estocagem e armazenamento que vem chegando ao limite, contando que a perda da soja na semeadura é em torno de 2% a 3% da produção, mesmo com a forte queda na produtividade fase as estiagens prolongadas. (IBGE, 2005).

Observando os dados da figura 3.1 (abaixo), nota-se que a região Sul era o maior produtor nacional entre os anos de 1994 a 1998.

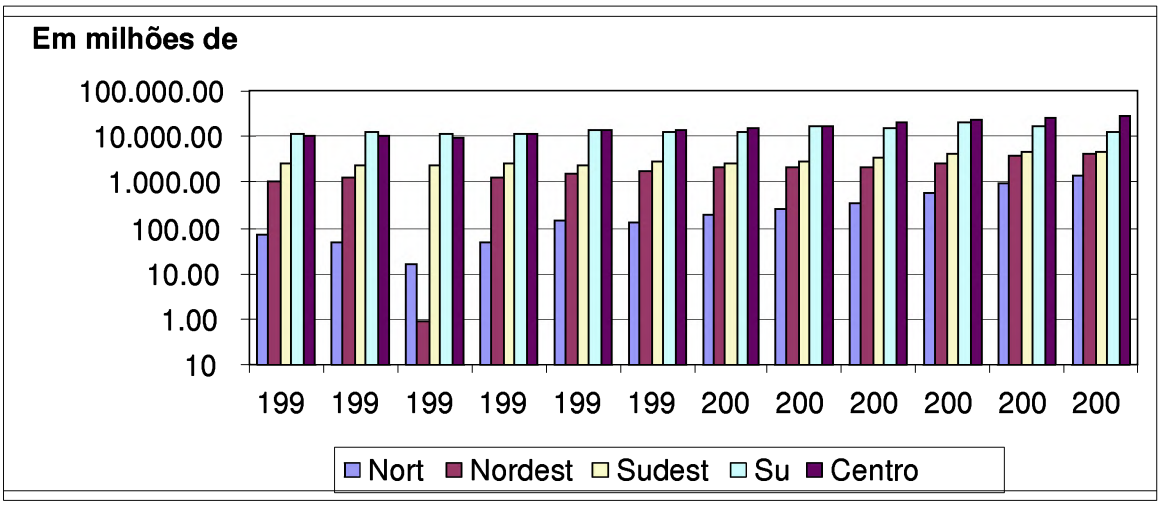

Figura 3.1: Evolução Anual da Produção do Brasil por Região – 1994 á 2005.
Fonte: Elaborado pela autora apud IBGE (2006).

A partir de 1999 a região Centro–Oeste tornou–se o maior produtor, o crescimento da produção entre 1994 a 2005 foi bastante consistente a taxas de 182,87% ao ano. As outras regiões apresentaram crescimentos

Digitized by Google

consistentes, mas a região que se destaca com um crescimento elevado em todo o período temporal é a região Norte que cresceu 1917,19% com média de 31,29% ao ano.

O Nordeste apresentou no período de 1994 a 2005 um crescimento de 286,55% com média de 109,17%, maior que a da região Centro-Oeste. Já o Sudeste apresentou um crescimento de 85,65% com média de 10,04% ao ano, o Sul cresceu a uma taxa de 5,69% ao ano, afirmando a transferência relativa para áreas como o Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

No Brasil os maiores Estados produtores são: Mato Grosso, Paraná, Rio Grande do Sul, Goiás e Mato Grosso do Sul, representando um conjunto de aproximadamente 80% da produção Nacional

A soja apresentou produção no ano de 2005 de 51.182.050 toneladas, mantendo sua condição de principal lavoura de grãos do país, mas houve queda na produção nacional porque a expectativa era de mais de 63 milhões de toneladas, o que não se concretizou principalmente devido à estiagem em Goiás, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e, em especial, no Rio Grande do Sul.

Conforme a Tabela 3.1 a expansão da soja no Brasil no período de 1993 a 2005 apresentou crescimento de 126,56% na produção sendo em média 7,05% ao ano, a área colhida cresceu 115,78% com média de 6,62% ao ano, já o produtividade cresceu 4,99% com média 0,41% ao ano.

Digitized by Google

Tabela 3.1: Produção, Área Colhida e Produtividade da Soja no Brasil de 1993 a 2005.

Brasil			
Ano	Produção (mil toneladas)	Área colhida (mil hectares)	Produtividade (Kg/há)
1993	22.590.978	10.635.330	2,124
1994	24.931.832	11.525.410	2,163
1995	25.682.637	11.675.005	2,199
1996	23.166.874	10.299.470	2,249
1997	26.392.636	11.486.478	2,297
1998	31.307.440	13.303.656	2,353
1999	30.987.476	13.061.410	2,372
2000	32.820.826	13.656.771	2,403
2001	37.907.259	13.985.099	2,710
2002	42.107.618	16.359.441	2,573
2003	51.919.440	18.524.769	2,802
2004	49.549.941	21.538.990	2,300
2005	51.182.050	22.948.849	2,230

Fonte: Elaborado pela autora apud IBGE – Produção Agrícola Municipal.

A produção de soja no Brasil em 1993 que era de 22,6 milhões de tonelada passou para 51,2 milhões de tonelada em 2005, a área colhida apresentava 10,6 milhões de hectares em 1993, para mais de 22,9 milhões de hectares em 2005, já o rendimento médio dessa cultura também apresentou

Digitized by Google

significativos acréscimos, saindo de 2,124 kg/há em 1993 para 2,230 kg/há em 2005.

Nota-se (fig. 3.1) que há um expressivo crescimento da evolução da soja, observa-se que de 1993 a 1996 houve uma oscilação na produção, crescendo 2,54%, a uma média de 0,21% ao ano. No entanto nos anos posteriores pode-se observar uma tendência crescente, apesar de indicar queda nos anos entre 2003 e 2005 equivalente a -1,42% com média de -0,12% ao ano.

A área colhida também apresentou oscilação durante o período de 1993 a 1996 diminuiu 3,15% com média de decréscimo de 1,06% ao ano. De 1997 a 2000 ocorre uma oscilação, mas volta a crescer de 2001 a 2005. Comparando o período entre 2003 e 2005 onde a produção apresentou queda a área colhida apresentou um crescimento a taxas de 23,88% com média de 11.30% ao ano.

Já a produtividade se mostrou crescente durante o período de 1993 a 1996, aumentando em 5,88%, uma média de 1,92% ao ano, mesmo crescendo continuadamente durante os períodos posteriores. Nota-se que entre os períodos de 1993 a 2001 ocorreu um crescimento consistente, tendo uma leve queda em 2002 voltando a crescer em 2003, no entanto, no período de 2003 a 2005 ocorreu uma queda na produtividade a taxa de 20,41% com média de 9.73% ao ano. Neste caso supõe-se que houve aumento da área plantada, Desta forma, o que nos mostra a fig. 3.2 é que o aumento da produção ocorreu com o aumento da quantidade de terras férteis destinada ao plantio da soja, insto é, expansão da fronteira agrícola e não com melhora da produtividade através de desenvolvimento tecnológico.

Digitized by Google

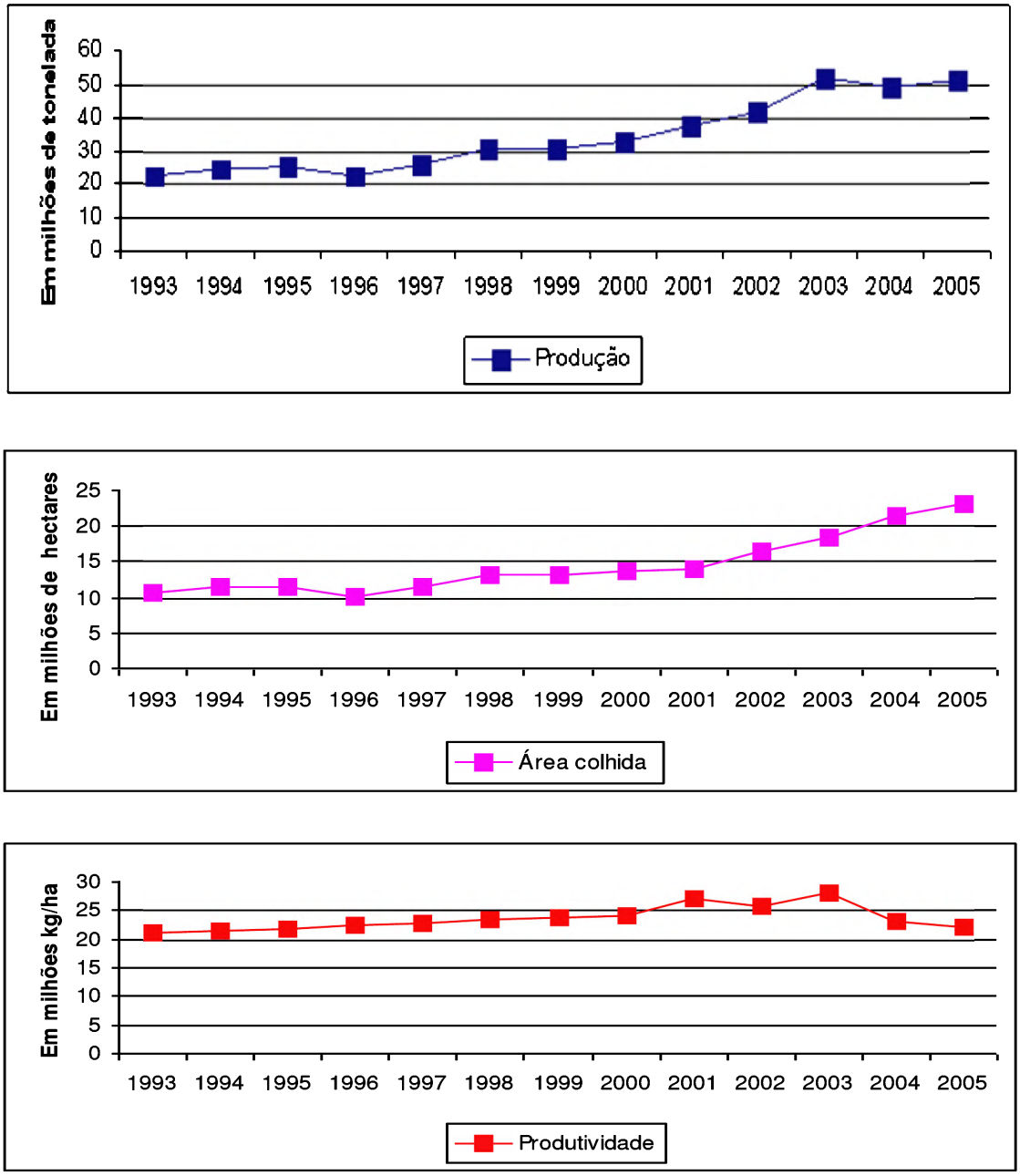

Figura 3.2 – Evolução da Produção, Área Colhida e Produtividade da Soja no Brasil entre 1993 a 2005.
Fonte: Elaborado pela autora apud IBGE – Produção Agrícola Municipal

4. – Custo de Produção no Brasil, Tocantins e Mato Grosso

A produção de soja no Brasil, em determinadas regiões, mais próximas dos grandes centros consumidores, torna-se mais competitiva do que outras

Digitized by Google

regiões do país. Tal fato ocorre porque mesmo que o custo de mão-de-obra e o preço das terras sejam menores do que nas regiões próximas dos centros de consumo, as regiões mais distantes têm seu custo mais alto por causa do custo de transporte. (EMBRAPA, 2000). Com o aumento do uso de tecnologias que são poupadoras de mão-de-obra no cultivo dessa cultura, ocasionou-se a redução do custo com produção, causando a diminuição do custo com mão-de-obra envolvida diretamente com a cultura. (EMBRAPA, 2003).

O cenário da safra de soja 2005/06 foi marcado pela forte elevação do custo de produção, pela baixa cotação da saca da soja e pela forte queda na taxa de câmbio, decorrente do intenso movimento do ingresso de capitais no país desde 2003. Pode-se recordar que, tanto na safra 2004/05 quanto na safra 2005/06, os produtores plantaram com uma cotação do câmbio bem superior ao que está sendo praticada na comercialização do produto. Porém, o principal entrave do ano foi à valorização do Real frente ao dólar, que reduziu os valores a serem recebidos em reais. Como o plantio, realizado em 2004, coincidiu com preços altos de insumos e, durante a venda da safra, os valores em reais do grão ficaram muito abaixo do esperado, a rentabilidade da cultura caiu, levando alguns produtores a ficarem em dificuldades financeiras (CEPEA, 2005).

Segundo dados da Associação Brasileira de Logística (ASLOG), o impacto da logística no custo final dos produtos de consumo no Brasil é de 7,2%, contra 4% nos Estados Unidos. Nesse contexto, o conhecimento e controle dos custos logísticos é um fator chave para a garantia da competitividade dos produtos (GELOG-UFSC, 2005).

Digitized by Google

Os custos são formados, na sua maior parte, por variáveis representadas pelas despesas com combustível, lubrificantes, filtros, manutenção e pedágios (78%). Já os custos fixos representam 22% do total, considerando as despesas com pessoal, veículo e administração (IEA, 2006). TABOADA (2005) indica que os custos logísticos dentro de uma empresa estão presentes principalmente em atividades de transportes, gerenciamento de estoques, armazenagem e processamento de informações. Os custos referentes à atividade de transportes, na grande maioria dos casos, é o que mais onera o custo final dos bens e serviços.

Tabela 4.1: Comparativo dos Principais Produtores Mundiais da Soja em 2006.

Descrição (US$/TON)	Brasil	EUA	Argentina
Distancia Média até o Porto	>1000 Km	>1000 Km	> 250 - 300 Km
Preço FOB porto	$ 216,00	$ 216,00	$ 216,00
Frete do interior até o Porto	($ 55,00)	($ 15,00)	($ 14,00)
Despesas Portuárias	($ 6,00)	($ 3,00)	($ 3,00)
Renda do Produtor Agrícola*	$ 155,00	$ 198,00	$ 199,00

Fonte: Abiove/Anvt
* Sem impostos e/ou subsídios
Os dados em () são negativos

Digitized by Google

A tabela 4.1, mostra de forma transparente que o Brasil, possui maior despesa é com fretes seguidos das despesas portuárias, isso faz com que a renda do produtor seja ainda menor do que realmente seria, enquanto que a Argentina possui o menor custo, apresentando uma renda maior que o principal produtor de soja, os Estados Unidos.

Este é um dos motivos que os custos do Brasil são tão altos, perdendo competitividade para Argentina e os Estados Unidos respectivamente, seria necessário um investimento na área de logística para sanar esses custos, e assim ganhar competitividade com relação aos mesmos já citados.

4.1. – A Soja no Tocantins

O cerrado é a segunda maior biodiversidade ecológica do planeta, possui 204 milhões de hectares, sendo 127 milhões aráveis o que corresponde a 62% do total (Embrapa Cerrados, 1999). Das terras aráveis, 49 milhões (38%) estão ocupadas por cultivares, 10 milhões com culturas anuais (78%); 2 milhões com culturas perenes e florestais (1,5%). Dos 10 milhões de hectares plantados com culturas temporárias, 5,6 milhões são de soja, o que representa 56% do total plantado. (Ribeiro, Almeida & Barros, in www.sbpnet.org.br).

O Tocantins esta se transformando na mais nova fronteira agrícola do Brasil. Teve um crescimento neste setor maior que o nacional, tornando-se a mais nova fronteira de produção de soja no país, onde apresentou um crescimento de 1.500% nos últimos sete anos. (OLIVEIRA, 2003).

As primeiras lavouras do Tocantins tiveram inicio no final da década de 80 e principio dos anos noventa, mostrando índices de produtividade maiores

Digitized by Google

do que o de Santa Catarina. Nas últimas safras vêem apresentando produção de média de 2000 tonelada/ano. Com cerca de 100 mil hectares de área colhida e com grande possibilidade de expansão. O Estado possui ainda uma localização geográfica favorável ao escoamento da produção, sendo eixo de integração com as demais regiões do país. Com a conclusão da Usina Hidrelétrica Luiz Eduardo Magalhães, surge um novo trecho navegável, que possibilitara o escoamento da produção de soja até o extremo Norte do Estado e a partir deste ponto serão transportados pelas ferrovias Carajás e Norte-Sul, que ainda estão sendo implantados, sua ultima parada ou terminal final é no Porto de Itaqui no Maranhão, propiciando assim diminuição no custo do frete e outros, se comparado a logística atual. (SOJA, 2006).

O Tocantins vem apresentando grande crescimento na produção de soja nos últimos dez anos, de 1996 á 2006 a taxa média de crescimento anual foi de 35% ao ano, enquanto que o Brasil cresceu em media 9,5% ao ano (IBGE, 2006). Tal fato é decorrente de fatores favoráveis em relação ao clima, solo, além do incentivo contínuo do uso de novas tecnologias, divulgada e aplicada pela Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seagro), Embrapa, Unitins Agro, Ruraltins, Adapec e outros parceiros (CONAB, 2006)

O Estado do Tocantins, assim como Sul do Maranhão, o Sul do Piauí, Sudeste do Pará e Nordeste do Mato Grosso são considerados áreas de expansão de fronteiras agrícolas, apresentando taxas de crescimento três vezes, ao crescimento médio, de outras regiões no Brasil.

Os fatores que contribuíram para o crescimento da soja no cerrado tocantinense foram:

- Mercado favorável para a produção de soja;

Digitized by Google

- Baixo valor da terra na região, comparado ao da região Sul/Sudeste;
- Boas condições físicas dos solos da região facilitando as operações do maquinário agrícola e compensando, parcialmente, as desfavoráveis características químicas desses solos;
- Topografia favorável à mecanização, favorecendo o uso de máquinas e equipamentos de grande porte, o que propiciava economia de mão de obra e maior rendimento nas operações de preparo de solo, trato cultural e colheitas;
- Desenvolvimento de um sucedido pacote tecnológico, para produção de soja na região, com destaque para as novas variedades adaptativas às condições de baixa latitude.

4.2 – Soja no Mato Grosso

A expansão da cultura da soja contribuiu para uma série de mudanças na história do país, tendo sido, em parte, responsável pela aceleração da mecanização das lavouras, pela modernização do sistema de transportes, pela expansão da fronteira agrícola, pela profissionalização e incremento do comércio internacional, dentre outras contribuições, conforme destacado em estudo da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA, 2002).

O Estado de Mato Grosso, além de compor, geográfica e economicamente, a Região Centro-Oeste, faz parte da Amazônia Legal Brasileira. O desenvolvimento econômico do Estado foi realizado, num primeiro momento, pela atividade pecuária, e, em seguida, pelo cultivo de arroz, soja, milho e algodão. A Soja representa hoje o elemento propulsor da economia da região. O progresso tecnológico permitiu a incorporação de

Digitized by Google

novas áreas de cultivo à dinâmica de ocupação do espaço amazônico, combinando desmatamento com novas atividades produtivas (BERTRAND; PASQUIS, 2004).

A cadeia da soja caracteriza-se pelo jogo de um pequeno número de atores, que são: produtores, geralmente provenientes do Sul do País (Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina), grandes grupos do agronegócio e de agroindústrias. Esses grupos compram o grão, comercializam sementes, fertilizantes, defensivos agrícolas, transformam e comercializam a soja, e fornecem crédito aos produtores com modalidades originais (CASTRO, 2002).

O sistema bancário privado, os grupos do agronegócio e das agroindústrias programaram um sistema de troca, o chamado "pacote", que consiste no fornecimento de insumos em troca de um valor correspondente em sacas de soja na época da colheita. Esse sistema de financiamento é rápido e flexível. Existe sob formas diversas e é um dos principais determinantes da expansão da soja no Estado (CONCEIÇÃO, 2003; GASQUES et al., 2004).

Os dois sistemas de troca mais desenvolvidos foram à venda antecipada da produção, por meio de um contrato conhecido como "soja verde", e a troca de soja por insumos. Os termos do contrato podem ser predefinidos ou determinados no futuro. A troca é uma forma original de enfrentar a queda de financiamento público (GASQUES et al., 2004; PIMENTEL, 2000: 118).

> "A cadeia da soja em Mato Grosso caracteriza-se pela existência de um pequeno número de atores, com um peso econômico importante: grandes produtores (> 10.000 ha.) e médios (500 a 3.000 ha.), modernos e mecanizados, empresas

Digitized by Google

multinacionais e grupos nacionais atuando tanto a montante como ajudante da produção agrícola (Caderno de Ciência & Tecnologia, 2005: 112)".

Essa nova fronteira da soja é produto de vários fatores que foram determinantes para a ocupação do espaço: o preço e a disponibilidade de terras, as características naturais propícias da região (clima e topografia plana) e políticas públicas de incentivos e subsídios. As políticas públicas tiveram um papel fundamental na exploração dessas fronteiras agrícolas, desenvolvendo infra-estrutura, investindo na pesquisa e financiando a atividade agrícola.

4.3 – Preço da Soja

O preço da soja no Brasil está relacionado diretamente com as cotações internacionais.

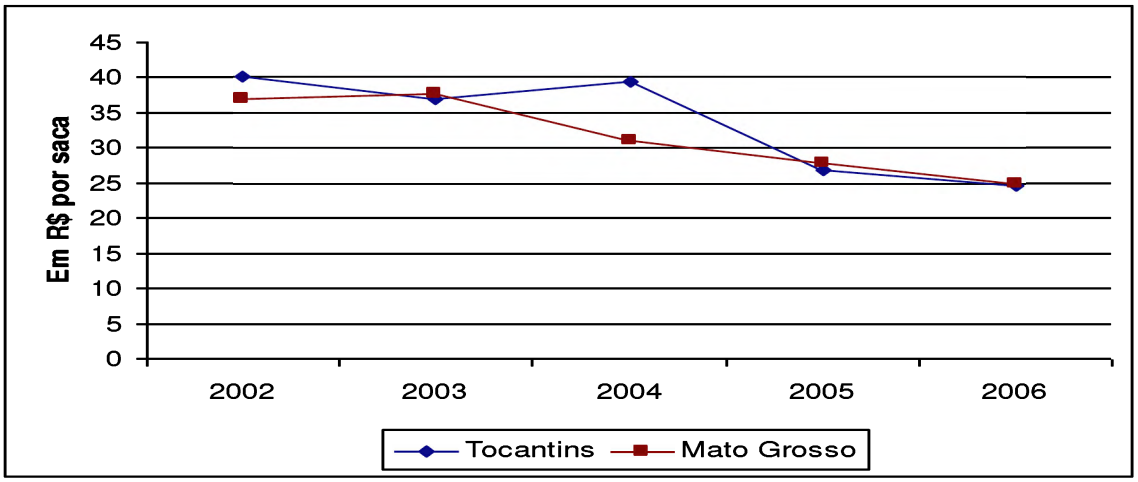

Figura 4.1: Preço Médio Anual da Soja em Mato Grosso e Tocantins entre 2002 á 2006.
Fonte: Elaboração própria *apud* preços recebidos pelos produtores (balcão); Relatório de Informação Trimestral da Atividade Agropecuária do Banco da Amazônia; Secretaria da Agricultura do estado do Tocantins; Cotação dos Produtos Agrícolas - CONAB
* Valores Nominais
** Média em R$ deflacionado segundo IGP -DI (FGV)

Digitized by Google

A Figura 4.1 mostra a oscilação do preço da soja no período de 2002 á 2006, tanto no Mato Grosso quanto no Tocantins

Essa relação do preço com a Bolsa de Chicago proporciona uma maior inconstância do preço, devido à influência de fatores externos na cotação do produto. MARQUES E MELLO (1999) explicam o caso do preço da soja no Brasil: a formação do seu preço dá-se de fora para dentro. Os preços se formariam em mercados internacionais e os produtores seriam bem informados e passariam a reivindicar internamente preços compatíveis com os praticados nos mercados externos.

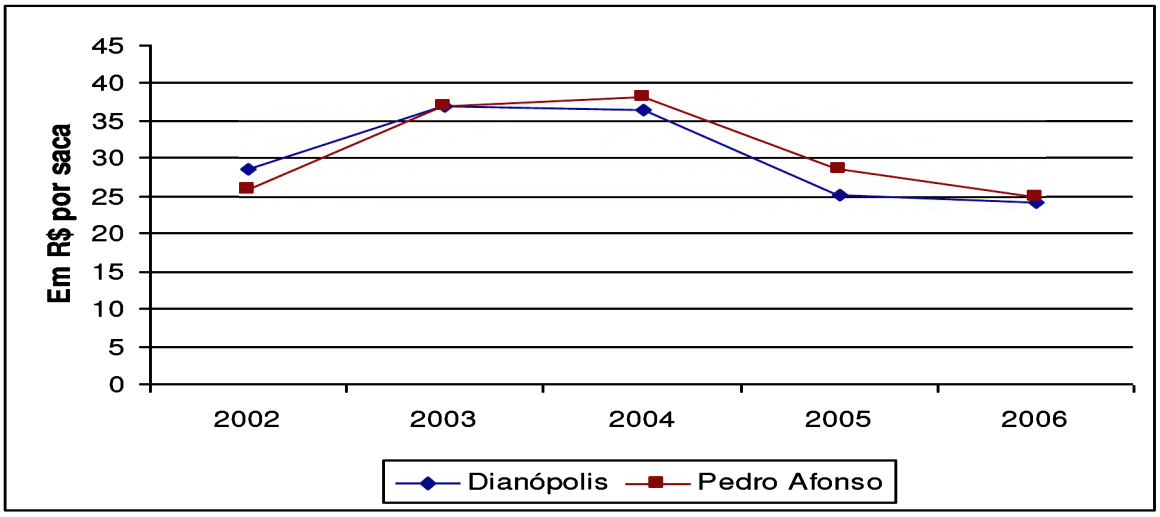

Figura 4.2: Preço Médio Anual da Soja em Pedro Afonso e Dianópolis em 2002 á 2006.
Fonte: Elaborado própria apud preços recebidos pelos produtores (balcão); Relatório de Informação Trimestral da Atividade Agropecuária do Banco da Amazônia; Secretaria da Agricultura do estado do Tocantins; Cotação dos Produtos Agrícolas - CONAB
* Valores Nominais
** Média em R$ deflacionado segundo IGP -DI (FGV)

As maiores cotações do preço de Mato Grosso foram apresentadas entre os anos de 2002 com R$ 36,00 e em 2003 com R$ 37,00. No ano de 2006 apresentou o menor preço, cotado a R$ 25,00, comparando com o ano de 2002 ocorreu uma queda de 32,37%, uma média de 7,52% ao ano. No

Digitized by Google

Tocantins os anos de 2002 e 2003, a soja foi cotada a R$ 40,00 e R$ 39,00 reais respectivamente, tendo o ano de 2006 o menor preço cotado R$ 24,58 apresentando uma queda de 38,76% com média de 9,34% ao ano.

No Figura 4.2, o Município de Pedro Afonso (TO), apresenta as maiores cotações do preço nos anos de 2003 e 2004 a soja custava R$ 37,00 e R$ 38,11 respectivamente, um aumento de 3%, no entanto no ano de 2002 a soja custava R$ 25,83 e no ano de 2006 a soja está custando R$ 25,00, uma queda de 3,21% com média de 0,65% ao ano.

No Município de Dianópolis (TO), a soja que em 2003 custava R$ 37,00 em 2004 teve queda de 1,46%, no seu preço, e foi cotada a R$ 36,46. Analisando todo o horizonte temporal de 2002 a 2006 o custo da soja teve grandes oscilações, como exemplo em 2002 que custava R$ 28,53 e em 2006 teve o menor preço do período em torno de R$ 24,00 reais uma diminuição de 15,32% com média de 3,27% ao ano. Houve um crescimento na cotação do produto entre 2002 e 2004, porém entre 2004 e 2006 houve uma queda ano a ano.

Nos últimos anos o preço da soja vem caindo, devido a vários fatores como valorização do real frente ao dólar, aumento da taxa de cambio dentre outros fatores. Estes fatores influenciam os preços tanto o do Estado do Tocantins quanto o do Mato Grosso, os preços cotados em 2006 foram os menores dos últimos 5 anos.

4.4 – Produção, Área Colhida e Produtividade da Soja no Tocantins e Mato Grosso

Digitized by Google

A produção de soja no Estado do Tocantins até 1997 era pequena, apresentando uma trajetória temporal descontinua na área plantada e na quantidade produzida. Mas a partir de 1999, com a introdução do programa PRODECER III[3] na cidade de Pedro Afonso (TO) em 1996, o crescimento da produção apresentou evolução consistente, cresceu entre 1999 á 2002 a uma taxa de 98,50%, contra 35,89% do crescimento brasileiro.

As maiores regiões produtoras do Estado do Tocantins são: Pedro Afonso, com o programa Prodecer III, que é responsável por cerca de 56% da produção estadual, sendo o maior produtor da região e também do Estado; a Região Administrativa de Goiatins, com o município de Campos Lindos – com o projeto Campos Lindos – cerca de 19% da produção; e a região de Gurupi, com destaque ao município de Formoso do Araguaia, com o Projeto Formoso (SOJA, 2006).

Os principais municípios produtores no Estado do Tocantins em 2004, conforme Tabela 4.2, são Pedro Afonso, Campos Lindos, Mateiros, Dianópolis, Formoso do Araguaia e Lagoa da Confusão. Os dez maiores produtores produzem atualmente aproximadamente 70% de toda a produção estadual. O maior produtor do estado é o município de Pedro Afonso com uma produção de 99.900 toneladas do grão, sendo 15,32% da produção do Estado.

Já o município de Dianópolis que vem apresentando grande evolução nessa cultura, sendo hoje citado como um dos maiores produtores estando em quarto lugar. Sua produção foi de 47.760 toneladas sendo 7,32% da produção do Estado. Isso será visto mais a frente com um estudo da evolução dessa cultura.

Digitized by Google

Tabela 4.2 - Produção da Soja nos Principais Municípios Produtores do Tocantins – 2004.

Municípios	Toneladas	%
Pedro Afonso	99.900	15,32
Campos Lindos	83.592	12,82
Mateiros	53.560	8,21
Dianópolis	47.760	7,32
Formoso do Araguaia	43.408	6,65
Lagoa da Confusão	37.400	5,73
Tupirama	29.700	4,55
Silvanópolis	21.600	3,31
Porto Nacional	20.400	3,13
Brejinho de Nazaré	18.720	2,87
Outros Municípios	196.282	30,09
Total	652.322	100

Fonte: IBGE (2006)

Como mostra à tabela 4.3 a área colhida da soja no Tocantins, era por volta de 16 mil hectares em 1993, aumentou em 64,99% entre esse ano e o de 1997, uma média de 10% ao ano, apesar da mesma apresentar variações e um crescimento consistente, saindo de aproximadamente 26 mil hectares em 1997 para mais de 355 mil hectares em 2005, uma evolução de 1.250%. Entre 2000 a 2005 temos uma taxa de crescimento de 513,44% uma média de 44,73% ao ano.

Analisando todo o período temporal de 1993 a 2005 nota-se um aumento expressivo da área colhida no Tocantins, passando de 15.945 hectares para 355.300 hectares, um aumento de 2.128,28% com média de 26,97% ao ano.

Nota-se na tabela 4.3 que Mato Grosso, tem uma área colhida por volta de 1.678.532 hectares em 1993 passando para 2.192.514 hectares em 1997, um crescimento de 30,62%, com média de 5,48% ao ano, apesar de

Digitized by Google

apresentar nesse período uma pequena queda em 1996. Em 2000 até 2005 tem-se um crescimento de 110,10% com média de 13,17% ao ano.

Tabela 4.3: Área Colhida, Produção e Produtividade um Comparativo entre Tocantins e Mato Grosso – 1993 a 2005.

Anos	Área Colhida (há)		Produção (t)		Produtividade (Kg/há)	
	MT	TO	MT	TO	MT	TO
1993	1.678.532	15.945	4.118.726	26.506	2.453	1.662
1994	2.022.956	31.110	5.319.793	57.585	2.629	1.851
1995	2.322.825	20.117	5.491.426	36.471	2.364	1.812
1996	1.956.148	7.019	5.032.921	14.077	2.572	2.005
1997	2.192.514	26.308	6.060.882	45.304	2.764	1.722
1998	2.643.389	56.862	7.228.052	123.085	2.734	2.165
1999	2.635.010	46.256	7.473,03	113.363	2.836	2.450
2000	2.906.490	57.919	8.774.470	144.362	3.018	2.492
2001	3.121.353	82.098	9.533.286	188.226	3.054	2.292
2002	3.818.231	107.377	11.684.885	244.329	3.060	2.275
2003	4.413.271	153.048	12.965.983	377.638	2.937	2.467
2004	5.263.428	253.466	14.517.912	652.322	2.758	2.573
2005	6.106.654	355.300	17.761.444	905.328	2.909	2.548

Fonte: IBGE – Produção Municipal (2006).

Analisando o período temporal entre 1993 a 2005 nota-se um aumento expressivo da área colhida no Mato Grosso, passando de 1.678.532 hectares para 6.106.654 hectares, um aumento de 263,81% com média de 10,44% ao ano.

A produção do Tocantins mostra-se também oscilante entre 1993 a 1997, apresentando uma taxa de crescimento de 70,92%, média de 11,32% ao ano. Já de 2000 a 2005 houve um crescimento de 527,12%, média de 35,8% ao ano. Analisando todo o período temporal de 1993 a 2005, temos uma evolução de 3.315%, um crescimento médio de 80,13% ao ano.

Digitized by Google

A produção de Mato Grosso em 1993 a 1997 era de 4.118.726 tonelada e 6.060.882 toneladas respectivamente, um aumento de 47,15% uma média de 8,03% ao ano. Analisando todo o período de 1993 a 2005 temos um crescimento de 331,24% uma média de 11,9% ao ano. Já de 2000 a 2005 temos um crescimento de 102,42% uma média de 12,47% ao ano.

A produtividade do Mato Grosso durante o período entre 1993 a 1997, mostrou-se oscilante, uma variação de 12,68% com média de 2,41% ao ano. Já de 2000 a 2005 apresentou queda de -3,61% com média de -0,61% ao ano. Analisando o todo o horizonte temporal entre 1993 a 2005, tem-se uma taxa de crescimento de 18,59% com um crescimento médio de 1,32% ao ano.

Em Tocantins a produtividade entre 1993 a 1997 cresceu 3,61% uma média de 0,71% ao ano. De 2000 a 2005 cresceu 2,25% com média de 0,37% ao ano. Analisando todo o período temporal de 1993 a 2005 o Tocantins apresentou crescimento de 53,31% uma média de 3,34% ao ano.

Analisando o Mato Grosso a expansão da soja mostrou-se consistente entre 2000 a 2005, indicando maior confiança dos produtores nessa cultura, enquanto o período de 1993 a 2005 tem um crescimento bastante expressivo na produção e na área colhida, mesmo a produtividades apresentando crescimento de forma contida a taxas menores que 4% ao ano, mostrando aumentos das fronteiras agrícolas mesmo a tecnologia crescendo de forma modesta.

Mas no caso da produtividade de Mato Grosso de 2000 a 2005 ocorreu uma queda de 3,61% com média de 0,72% ao ano, mostrando que nesse período houve somente aumentos das áreas destinadas ao plantio enquanto que a tecnologia utilizada foi menor durante esse período.

Digitized by Google

A expansão da soja no Tocantins entre 1993 a 1997 teve aumentos expressivos tanto na área colhida quanto na produção, crescendo em média 10% e 11,32% respectivamente, indicando aumentos das áreas de plantio, já a produtividade vem crescendo a taxa média de 0,71% ao ano, mas de 2000 a 2005 esse crescimento foi menor se comparado com 1993 a 1997, pois o investimento em tecnologia é menor que o investimento em áreas de plantio.

Comparando os dois estados vemos que ambos estão investindo em aumentos de áreas destinadas ao plantio da soja, mas o Tocantins esta investindo em tecnologia mesmo que de forma contida enquanto que o Mato Grosso a produtividade entre 2000 e 2005 veio a cair durante os anos.

Mato Grosso perde competitividade para o Tocantins no que se refere à taxa de crescimento da produção, área colhida e produtividade, perdendo na quantidade total apresentada por Mato Grosso.

A produção e área colhida foi o que mais cresceu durante todo o período, a preocupação é que a produtividade cresceu de forma contida. Indicando que a tecnologia utilizada tem que ser aprimorada e melhorada para a produção do cultivo nas próximas safras.

5. – Evolução da Soja entre os Estados do Tocantins e Mato Grosso.

Na região Norte, destacou-se o Estado do Tocantins que na safra de 2005 tinha como prespectivas produzir 883.003 toneladas assim se consolidando como importante pólo produtor. A disponibilidade de terras e a água explicam a expansão até agora observada. Alguns problemas com excesso de chuvas no período de colheita determinaram este pequeno decréscimo de 1,33% no

Digitized by Google

rendimento médio, segundo estudo do levantamento sistemático da produção agricola em março de 2005 do IBGE.

No Mato Grosso, principal Estado produtor, responde por 34,34% da produção nacional, tinha prevista uma safra em 2005 de 18.305.035 toneladas, aproximadamente 26,09% superior à obtida no ano anterior, porém a área utilizado para cultivo também apresentou um crescimento significativo. As condições climáticas, podem ser consideradas satisfatórias para o desenvolvimento da soja. Além disso, a região Sul do Estado vem enfrentando problemas com a ferrugem asiática, mas de certa forma controlada, com duas aplicações preventivas de fungicida. Este procedimento tem elevado o custo de produção, já que cada aplicação fica em torno de duas sacas de soja, segundo o levantamento da produção agricola de março de 2005 do IBGE. Além disso, a soja vem apresentando forte queda de produtividade, face às estiagens prolongadas, verificadas nos principais pólos produtores (IBGE, 2005). Na Figura 5.1, a produção do Tocantins e de Mato Grosso apresenta-se de forma crescente.

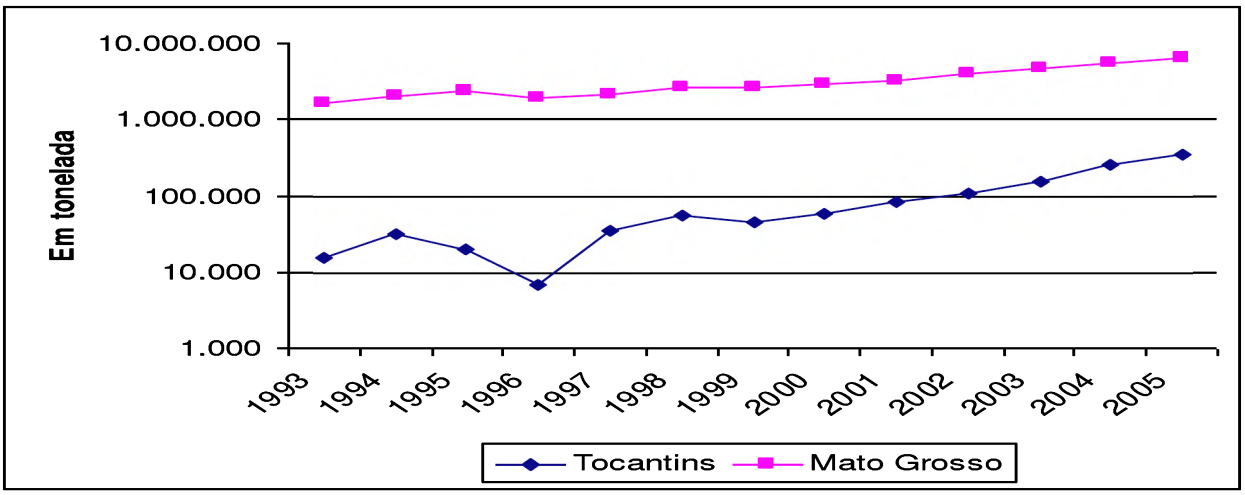

Figura 5.1.: Evolução da Produção de Soja no Mato Grosso e Tocantins entre 1993 a 2005.
Fonte: IBGE (2005) – Elaborado pela autora

Digitized by Google

Em Mato Grosso, ocorreu o crescimento entre 1993 a 1994, porém mostrando uma queda (61,40%) no período de 1995 a 1996. Já o Tocantins apresentou da mesma forma, com uma queda (8,79% a.a.) em 1995 a 1996, muito menor que a apresentando por Mato Grosso. Em 1993 a produção do Tocantins era de 26.506 toneladas caindo para 14.077 toneladas em 1996, uma queda de 46,89% na produção da mesma.

Analisando todo o horizonte temporal entre os dois Estados, observa-se que houve um aumento da produção tanto do Tocantins quanto do Mato Grosso. Indicando assim o grande potencial de ambos os Estados no cultivo desta cultura.

A evolução dos dados mostra que nos anos entre 1993 a 1996 ocorreram queda, tanto no Tocantins quanto no Mato Grosso, pois em todo o período a tendência é crescente, porém é necessário observar os limites e leis ambientais para o setor.

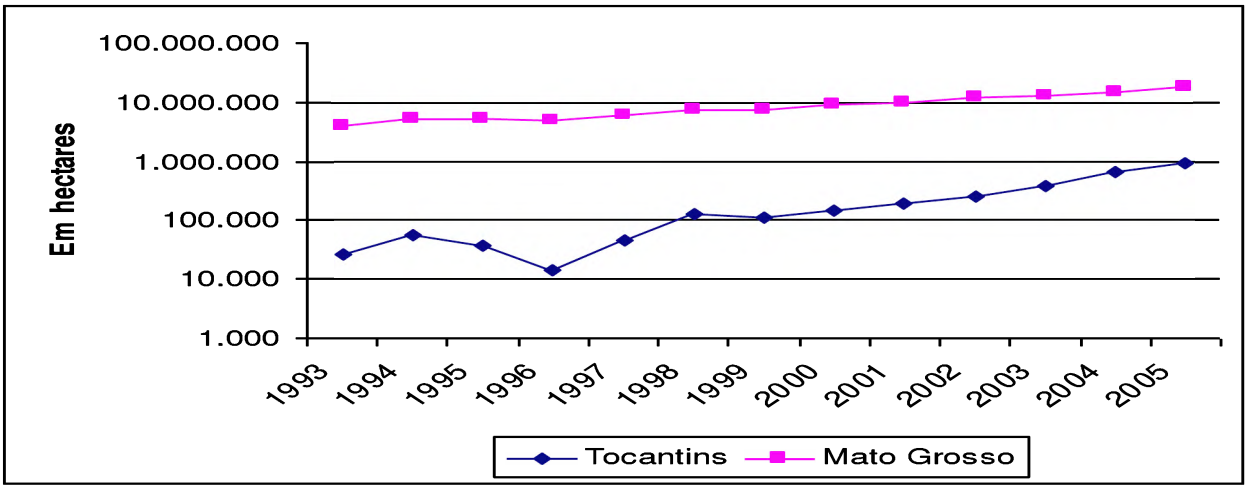

Figura 5.2: Evolução da Área Colhida da Soja no Mato Grosso e do Tocantins entre 1993 a 2005.
Fonte: IBGE (2005) – Elaborada pela autora

Digitized by Google

A área colhida conforme a Figura 5.2 mostra as mesmas características de produção, no Tocantins à área colhida de 1993 a 1996 se mostra de forma oscilante, apresentando uma queda significativa no ano de 1996, porém logo após este período houve crescimento até o período de 1998, tendo assim crescimento consistente nos períodos seguintes.

Mato Grosso mostrou-se, como o Estado do Tocantins, aonde o período entre 1993 a 1996 apresenta uma queda oscilante, voltando a crescer no período entre 1997 a 2005. Comparando os dois Estados nota-se que os valores mostram que ambos apresentam grandes diferenças, no ano de 2005, por exemplo, Mato Grosso apresentou uma área colhida de 6.106.654 hectares, contra 355.300 hectares do Tocantins, mostrando uma diferença de quase 94,18%. Analisando a evolução entre área plantado e produção nota-se um aumento da fronteira agrícola, porque a área colhida, nos últimos anos, vem crescendo, mas não só no Tocantins como em Mato Grosso e em outros Estados. Analisando todo o período temporal de 1993 a 2005, Mato Grosso apresenta um taxa de crescimento da área colhida de 263,81% com média de 10,44% ao ano, enquanto que Tocantins mostra um aumento de 2.128,28% com média de 26,96% ao ano, mostrando uma variação de 706,74% entre os dois Estados.

Já a produtividade, como mostra a figura 5.3 apresenta-se de forma oscilante em todo o período temporal de 1993 a 2005, tanto para o Estado do Tocantins quanto para o Mato Grosso. A diferença está nos valores dos níveis, enquanto o Mato grosso oscila entre a produtividade de 2.300Kg/ha a 3.100kg/há o Estado do Tocantins a produtividade oscila a entre 1.500kg/há, a 2.300kg/ha.

Digitized by Google

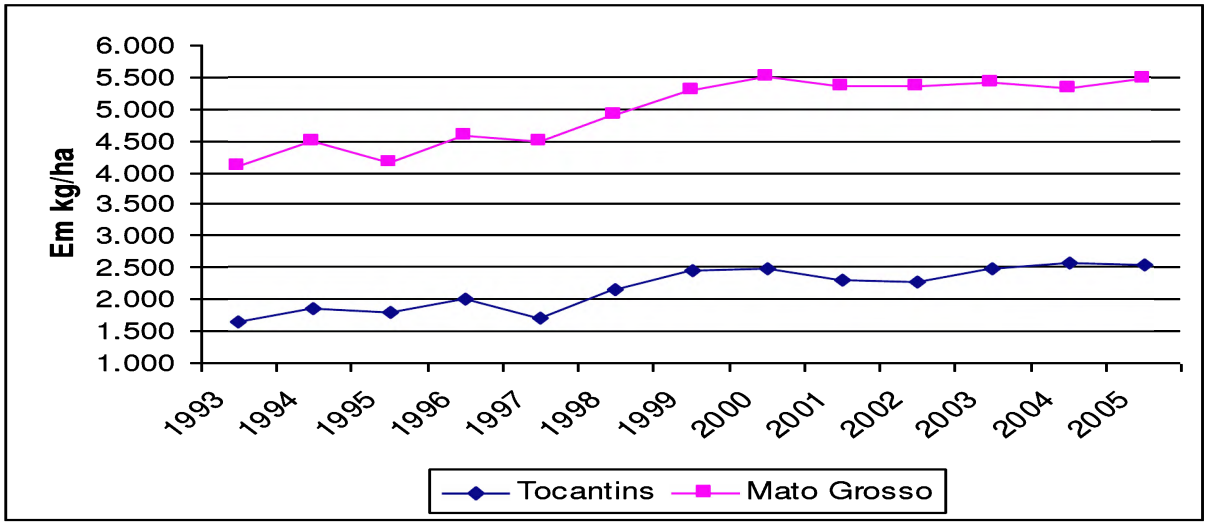

Figura 5.3: Evolução da Produtividade da Soja no Mato Grosso e Tocantins entre 1993 a 2005.
Fonte: IBGE (2005) – Elaborado pela autora.

No Tocantins há uma maior quantidade de hectares plantados. Porém, com uma produtividade total média menor que a do Mato Grosso.

Observa-se que o Tocantins perde competitividade para Mato Grosso, comparando a produtividade de ambos nota-se uma variação de 12,40 Kg/há esse resultado demonstra que existe uma defasagem em relação à produtividade mostrando que os produtores tocantinenses precisam melhorar suas técnicas de plantio e ao planejar sua produção aumentar o nível tecnológico a fim que aumentar a eficiência e a produtividade por hectare.

Analisando a evolução existe uma forte tendência do aumento em relação à área colhida e produção, enquanto a produtividade aumenta, mas a taxas contidas. Esses dados indicam um aumento na quantidade de terras destinadas ao plantio de soja, mas um menor índice de aplicação de tecnologia. O que mostra maior investimento em aumento das terras, do que na tecnologia que poderia ser empregada. Isso pode prejudicar o poder de

Digitized by Google

concorrência no mercado externo, devido ao prejuízo causado ao meio ambiente.

5.1. – Custo de Produção

A utilização de estimativas de custo de produção na administração de produtos agrícolas tem assumido uma importância crescente, quer na análise da eficiência da produção de determinada atividade, quer na análise de processo específico de produção aos quais indicam o sucesso de uma determinada empresa no seu esforço de produzir (IEA, 1994: 01).

Os dados com custo de produção além de sua importância em nível de administração rural, são também utilizados a nível de governo para como subsídio as políticas de crédito rural e de preços mínimos (IEA, 1994:02).

As organizações de produtores (cooperativas, sindicatos e associações) também têm intensificado a utilização de estimativas de custos agrícolas nas analises da situação das atividades agropecuárias e no apoio às suas reivindicações junto aos Governos Estaduais e Federais.

Segundo MATSUNAGA et. alii (1976) os custos de produção, para serem estimados, partem da utilização de fatores de produção em quatro grupos. Para cada operação é definido o número de horas de trabalho gastos por categoria de mão-de-obra, trator e/ou veículos e equipamentos envolvido na operação.

a) Operações agrícolas efetuadas através de empreita: envolvendo operações de manutenção, cultivo, colheita, transporte, etc.;

Digitized by Google

b) Material de consumo: constituem-se dos materiais que são utilizados no processo de produção, podendo ser próprio e/ou adquiridos pelo produtor; e

c) Por último são considerados os componentes de custos indiretos na produção, envolvendo obrigações sociais, seguro, encargos financeiros para capital de custeio, custo de uso da terra, outras despesas com impostos e administração e outros custos fixos com capital ou com a formação da cultura perene, quando o caso.

Tabela 5.1: Custo de Produção* entre Mato Grosso, Tocantins e Dianópolis de 2002 a 2005 - Valores Reais [1]

TERRITORIOS	2002	2003	2004	2005
MATO GROSSO	632,97	827,69	1377,13	1106,38
TOCANTINS	446,07	608,33	944,06	987,36
DIANÓPOLIS (TO)	491,73	703,6	643,78	684,27

Fonte: Elaboração Própria *apud* Embrapa; Conab-TO; AGROS Consultoria; EPA-Evolução e Planejamento Agropecuário; Banco do Brasil e Banco do Amazônia.

[1] Valores corrigidos a preço de dezembro de 2005, utilizando o IGP-DI como deflator.

* Dados Estimados por hectares

A tabela 5.1 mostra que os custos de produção de Mato Grosso são constantes e crescentes até o ano de 2004, só sofreu uma queda no ano de 2005, devido à estiagem e a desvalorização cambial seguido ainda com a baixa nos preços.

No caso de Mato Grosso houve a queda em 2004 comparado ao ano de 2005 foi de -19,66%. Comparando com o Tocantins vemos que os custos no mesmo período de 2004 a 2005 sofreram um aumento de 4,59%, todavia levando em consideração que os preços dos insumos e do adubo estavam aumentando o que acaba pesando nos custos. Analisando todo o período de

Digitized by Google

2002 a 2005 o Tocantins, cresceu 121,35% com média de 21,97% ao ano. O que mais pesa no custo de produção é o custo com fretes, fazendo com que o Tocantins perca competitividade, pois o custo com frete no Tocantins é maior do que em Mato Grosso, uma vez que este primeiro só pode utilizar o frete rodoviário e as distâncias são grandes até os centros de consumo ou de embarque utilizando navios ou ferrovia para outros Estados ou países.

Conforme dados nota-se que o município de Dianópolis teve uma taxa de crescimento de 2002 a 2005 de 39,15% com média de 8,61% ao ano, apresentando aumentos em todo período temporal, mostrando que apesar dos custos de Dianópolis serem menor que o do Tocantins, apontando uma vantagem, pois no ano de 2004 a produção aumentou e logo em seguido em 2005 diminuiu, enquanto que o custo se apresenta de forma contrária.

5.2 – Soja no Município de Dianópolis e em Pedro Afonso no Estado do Tocantins.

5.2.1. – Dianópolis

Na região Sudeste do Estado, Dianópolis (To) tornou-se o principal produtor de soja da região, até alguns anos atrás, possuía duas cooperativas que ajudavam no desempenho da soja, mas no ano de 2006, não existem mais, tão pouco dados detalhados de como anda a produção da soja no município, além dos conseguidos pelos IBGE, os produtores recorrem aos bancos em busca de soluções e até alguns foram consultados para obtenção de informações de custo, tecnologia e plantio.

Digitized by Google

Segundo a Embrapa o desenvolvimento tecnológico esteve presente desde o primeiro plantio de soja no Brasil. Desde o inicio da comercialização da soja no Tocantins, a EMBRAPA vem desenvolvendo pesquisas para correção, redução de custos e aumentos na produtividade.

Dianópolis possui terras com topografia favoráveis à mecanização, propiciando o uso de máquinas e equipamentos de grande porte, o que proporciona a economia de mão-de-obra e maior rendimento nas operações de preparo do solo, tratos culturais e colheita.

A mão-de-obra utilizada é composta por trabalhadores temporários permanentes ou contratados. O trabalhador temporário é o que tem vínculo com a propriedade durante alguns ciclos para desempenhar uma atividade específica, sendo remunerado por dias trabalhados, estando presente em áreas que geralmente não necessita de maior qualificação, enquanto que o trabalhador permanente ou contratado permanece o ano todo na propriedade, possui salário fixo e executa todos os serviços necessários.

Os produtores da região estão utilizando adubos orgânicos ou organomineral que mistura diferentes minerais com bactérias que aceleram o processo de melhoramento do solo, deixando o mais propício para semeadura, melhorando a fauna e a flora do solo e diminuindo doenças. Além de ser 15% mais barato que adubos usados atualmente

Na tabela 5.2.1, nota-se que a produção se apresenta oscilante tanto em Dianópolis quanto Pedro Afonso, nos anos de 1993 até 1999, e a partir de 2000 até 2005 ocorreu um crescimento significativo no município de Pedro Afonso de 89,56% com média de 11,25% ao ano. Enquanto o crescimento

Digitized by Google

entre 1993 a 1997 foi de 462,5% média de 92,50% a.a seu tempo de produção é 72 horas enquanto os adubos normais levam 90 dias.

Tabela 5.2 Comparativo entre a cidades de Pedr Afonso e Dianópolis do Estado do Tocantins entre 1993 à 2005

Ano	Produção (ton)		Área Colhida (há)		Produtividade (Kg/há)	
	Pedro Afonso	Dianópolis	Pedro Afonso	Dianópolis	Pedro Afonso	Dianópolis
1993	1.280	650	609	500	2,101	1,300
1994	6.600	860	2750	430	2,400	2000
1995	7.810	884	4080	680	1,914	1,300
1996	3.828	2.160	1440	1500	2,658	2,057
1997	7.200	1.050	8320	500	865	2,100
1998	4.800	11.830	20.000	5.477	2,400	2,159
1999	51.307	9.560	20360	4.195	2,519	2,278
2000	62.672	9.000	24870	4000	2,519	2,250
2001	62.208	7.471	28800	3.396	2,16	2,199
2002	78.174	7.725	30300	5150	2,58	1,500
2003	90.790	10.555	33.626	5.645	2,699	1,869
2004	99.900	53.560	37000	16230	2,700	3,300
2005	118.800	49.950	44000	18500	2,700	2,700

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

Dianópolis mostrou-se entre 1993 até 1999 de forma oscilante quanto ao a sua taxa de crescimento. Nos anos de 1993 a 1997 cresceu a taxas de 61,54% com média de 10,06% ao ano. Já nos anos 2000 e 2005 houve um acréscimo na produção de 455% uma média de 33,06% ao ano, maior do que o de Pedro Afonso.

Apesar de a tabela mostrar que no ano 2005, houve uma queda na produção do município de Dianópolis. A taxa de crescimento de Pedro Afonso

Digitized by Google

foi de 9.181,25% com média de 41,69% ao ano em todo o período temporal de 1993 a 2005, enquanto Dianópolis apresenta 7.584,61% com média de 39,65% ao ano, assim perde competitividade tanto na quantidade total da produção quanto na taxa de crescimento da mesma.

Já na área colhida apresentando-se ainda oscilante entre os anos de 1993 a 2000, no caso do município de Pedro Afonso ocorreu um crescimento entre os anos de 2000 a 2005, um acréscimo de 76,92% com média de 9,91% ao ano, já no município de Dianópolis, há uma oscilação entre os anos de 1993 a 2000, voltando a crescer nos anos posteriores. De 2000 a 2005 Dianópolis cresceu 362,50% com média de 29,07% ao ano. Enquanto nos anos de 1993 a 1998, Pedro Afonso crescia 3.184% uma média de 101,04% ao ano. Em Dianópolis no mesmo período o crescimento foi de 995,40% com média de 40,02% ao ano.

Em Pedro Afonso, se analisarmos todo o período temporal de 1993 a 2005, nota-se uma taxa de crescimento de 7.124,96% com média de 38,99% ao ano, já Dianópolis apresenta uma taxa crescimento de 3600% com média de 32,02% ao ano, mais uma vez perdendo competitividade para Pedro Afonso, tanto na quantidade total da área colhida quanto na taxa de crescimento.

Quanto à produtividade dos dois municípios se mostram oscilantes, mas Pedro Afonso mostra um crescimento de 2000 a 2005, a taxas 7,19% com média de 1,16% ao ano, em Dianópolis a uma oscilação em quase todo o período, só mostrando um crescimento entre os anos de 2000 a 2005, com taxas de 20% uma média de 3,8% ao ano. O interessante é que em 2005 os dois municípios mostram produtividade de 2,700 kg/ha.

Digitized by Google

No período de 1993 a 1997, Pedro Afonso sofreu queda de 58,83% com média de 163,12% ao ano, enquanto Dianópolis cresceu 61,54% com média de 100% ao ano.

Analisando todo o período temporal de 1993 a 2005 temos uma taxa de crescimento de Pedro Afonso de 28,51% com média de 1,94% ao ano, já Dianópolis apresentou uma taxa de 107,69% com média de 5,78% ao ano, ganhando competitividade, mostrando que a tecnologia usada no plantio pode ser fundamental nas safras dos anos seguintes. Dianópolis perde na quantidade total da produtividade, mas mostra que utiliza de forma mais eficiente sua tecnologia.

Analisando os dados nota-se que em Pedro Afonso mostrando um crescimento superior na produção e na área colhida enquanto a produtividade além de ter sofrido pouco crescimento, chegou a cair em determinados anos, indicando que está ocorrendo aumentos em sua fronteira agrícola, mas isso esta comprometendo a sua eficiência, já que esta crescendo a taxas média de 1,97% nos últimos anos.

Em Dianópolis apesar de sua produção e área colhida tem crescido, e mesmo mostrando que de 2000 a 20005 seu crescimento na área colhida e na produção foram a superiores a de Pedro Afonso. Indicando que Dianópolis vem investindo nessa cultura e utilizando de forma mais eficiente sua tecnologia, mas Pedro Afonso ainda supera a quantidade total obtida na cultura e em todo o período.

Pedro Afonso acaba apontando um problema, sua eficiência esta comprometida, pois sua produtividade esta crescendo de forma contida, enquanto a área colhida e a produção crescem a taxas consistentes, pois esta

Digitized by Google

aumentando a suas áreas produtivas enquanto utiliza de forma menos eficiente a sua tecnologia.

Com isso observamos que o crescimento desta cultura no município de Dianópolis, está caminhando sozinho, pois não existe nenhum tipo de investimento relacionado à soja, nem cooperativas que ajudem a interceder junto ao Governo para melhorar as condições na produção da cultura da soja quem sabe a implantação de um programa ajudaria no melhoramento da cultura no município.

5.2.2.– Pedro Afonso

O município de Pedro Afonso-To, até o ano de 1996, apresentava uma fraca produção de soja, Depois que foi implantada a terceira etapa do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER III) tornou-se o principal município produtor de soja do Estado, isso em vários anos seguidos.

O preço da soja no Brasil está relacionado diretamente com as cotações internacionais. Essa relação do preço com a Bolsa de Chicago proporciona uma maior inconstância do preço, devido à influência de fatores externos na cotação do produto.

Tabela 5.2.2: - Comparação da Quantidade Produzida da Soja em 2005.

Abrangência Geográfica	Quantidade Produzida (ton.)	Área Plantada (ha)	Produtividade (kg/ha)

Digitized by Google

Brasil	51.182.050	23.426.731	2,230
Região Norte	1.384.537	514,271	2,692
Tocantins	905,328	355,300	2,548
Pedro Afonso	54,410	44000	2,700
Dianópolis	23,826	18,500	2,700

Fonte – IBGE (2005)

No ano de 2005, conforme tabela 5.2.2, no município de Pedro Afonso, foram registrados 44.0000 hectares destinados para a produção de soja, com uma produção de 118.800 toneladas, é o maior produtor de soja do estado do Tocantins. A produtividade da soja no município é 2.700 kg/ha, e maior que a média brasileira 2.230 hg/ha e a estadual 2.548 kg/ha, enquanto Dianópolis apresenta uma quantidade produzida de 49.900 toneladas, área plantada de 18.500 hectares, no entanto apresenta a mesma produtividade no ano de 2005.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A soja no Brasil ganhou destaques, por vários motivos políticos e comerciais, porém um dos principais motivos é ser uma das principais commodities de exportação do país.

A partir do estudo, verificou-se que a produção de soja, é um fator importante para o desenvolvimento das exportações, tanto em nível de Brasil como para o Estado do Tocantins.

Digitized by Google

No caso da Cadeia Produtiva, nota-se que os principais problemas são os altos custos financeiros, e os de insumos. Verificou-se que neste setor pelo produto ser uma *commodities* o aumento dos custos advindo dos baixos níveis de cooperação com centros de pesquisas e universidades, pode comprometer a competitividade a nível internacional. Tais prejuízos se traduzem na falta de desenvolvimento de espécies de soja adaptadas ao meio e ainda ao não desenvolvimento de novas técnicas agrícolas e falta de mão de obra qualificada. Desta forma precisa-se trabalhar a infra-estrutura do Estado, desenvolvendo e implantando projetos que visem ampliar e custear a cadeia da soja, adensar a instalação dos elos faltantes como: centros de pesquisa, assistência técnica, indústria de adubos/defensivo-fertilizantes além de máquinas esmagadoras de soja, distribuidores de equipamentos e atacadista. No caso do Mato Grosso um grupo de pequenos e grandes produtores que influenciaram na política econômica e industrial do Estado, atraiu empresas modernas e mecanizadas multinacionais e grupos nacionais atuando tanto no montante quanto na produção agrícola além das políticas públicas que desenvolveram a infra-estrutura, o investimento na pesquisa e o financiamento da atividade agrícola.

Nos últimos anos o preço da soja vem caindo, desta forma tanto Tocantins e Mato Grosso quanto para Dianópolis e Pedro Afonso o preço cotado em 2006 foi o menor dos últimos 12 anos, mesmo que esse preço seja referente de janeiro a julho. O estudo indicou que o ano em que a cotação da soja foi alta para o Tocantins foi o de 2002, para Mato Grosso e Dianópolis foi 2003 enquanto que para Pedro Afonso foi o ano de 2004. Conforme estudo

Digitized by Google

isso é preocupante, pois os produtores produzem com referência nesses preços podendo comprometer a produção da próxima safra.

Segundo os dados do IBGE (2005) a produção, área colhida e produtividade do Tocantins nesses últimos 5 anos cresceram a taxas médias de 105,42%, 82,69%, 0,44% ao ano respectivamente, indicando que ocorre aumento das fronteiras agrícolas enquanto a tecnologia cresce a taxas contidas. Já Mato Grosso apresentou um crescimento na produção e área colhida a taxas média de 12,47%, 13,17% respectivamente enquanto que a produtividade caiu 0,61% ao ano. Indicando de forma clara o aumento das fronteiras agrícolas no Estado.

Por tanto a taxa de crescimento anual da produção área colhida e da produtividade pode ser o diferencial da competitividade do Tocantins em relação a Mato Grosso. O Tocantins pode vir a se tornar um grande concorrente ao longo dos anos, desde que invista em tecnologia e forme associações que possam comprar juntos os insumos e abaixar seu custo e a questão do diferencial a maior do frete deve se revolve com a chegada da Ferrovia Norte-Sul que já esta sendo construída no Estado. O aumento da fronteira agrícola tem um limite físico e ambiental por isso não pode-se contar em continuar competindo com esta estratégica.

Este estudo indicou que existe uma forte tendência dos produtores em aumento de quantidade de terras destinadas ao plantio da Soja, isto é, da fronteira agrícola em detrimento do investimento em tecnologia e de desenvolvimento de ciência e tecnologia. Tal informação preocupa, pois existem limites ambientais que devem ser respeitados, mas essa tendência pode prejudicar a safras futuras já que o crescimento baseado no aumento do

Digitized by Google

uso de recursos naturais tem limites e pode significar uma solução no curto prazo, mas no longo prazo ela não prospera porque cresce, mas não de forma sustentável porque o faz em detrimento da eficiência.

O custo de produção apresentado por Mato Grosso em 2005, comparado ao de 2004, mostrou-se menor em relação aos anos anteriores enquanto Tocantins e Dianópolis apresentaram crescimento, no caso de Mato Grosso que possui o menor custo de produção, a taxa média de -10,37% ao ano enquanto que o Tocantins sofreu aumento de 2,26% ao ano, e Dianópolis cresceu 3,09% ao ano, indicando que precisam rever os custos.

Pode-se concluir que tanto Tocantins tem muito que aprimorar em técnicas de plantio e na produção para concorrer de forma justa no mercado. Tanto Pedro Afonso quando Dianópolis, que neste estudo representou os municípios produtores de soja do TO, sendo a primeira mais antiga e com mais experiência e a segunda mais nova e ainda em pleno desenvolvimento, sofrem com a falta de infra-estrutura para escoamento do produto e os produtores precisam se organizarem em cooperativas ou associação de classe. Ao se organizarem poderiam se beneficiar de incentivo dado pelo governo e reivindicar de forma organizada um programa de desenvolvimento para a região. A organização dos produtores se faz necessária para poder competir de forma mais justa e igualitária, utilizando os mesmos instrumentos de incentivos fiscais e também de logística dentre outros utilizados pelos seus concorrentes.

O presente estudo ainda deixou alguns dados sem resposta como, transporte e dados técnicos científicos, qualidade da soja tanto no município

Digitized by Google

quanto no estado e da mão de obra da região, não foi feito por falta de dados, isso poderá ser realizado no futuro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, M. M., Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: Noções práticas. 3. ed. São Paulo: Atlas 1999.

ANDRADE, M. M, Introdução à metodologia do trabalho cientifico. 4. ed. São Paulo: Atlas 1999.

AZEVEDO, S. M., Artigo Cientifico: Preço Internacional e Produção da Soja no Brasil de 1995 a 2003. Centro Universitário de Goiás, 2004.

BACHA, C. J. C. Economia e política agrícola no Brasil. São Paulo, Altas: 2004.

BARBOSA, F G. Analise custo – Beneficio social da soja em áreas de expansão recente dos cerrados: O caso de Pedro Afonso – To. Palmas, 2006, 85p. (Trabalho de Conclusão de Curso, apresentada à Faculdade Federal do Tocantins – UFT – Campus de Palmas, para a obtenção de Bacharel em Ciências Econômicas).

BERTRANDS, P. J; CADIER, C.; GASQUÈS, G. J. Artigo Científico. O crédito: Fator essencial à expansão da soja no Mato Grosso. Caderno de Ciência & Tecnologia, Brasília, 2005.

Digitized by Google

BONELLI, R.; PESSÔA, P de E. O papel do Estado na pesquisa agrícola do Brasil. Rio de Janeiro, Julho de 1998.

CASTRO, de G. M. A. Artigo Científico: Analise da competitividade das cadeias produtivas. EMBRAPA, Manaus, 2000.

CASTRO, de G. M. A. Artigo Científico: Cadeia produtiva e prospecção tecnológica como ferramenta para gestão da competitividade. Manaus, 2002.

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento, Primeiro levantamento de intenção de plantio safras 2005/2006. Outubro de 2005.

COTRIEL - Cooperativa Tritícola de Espumoso Ltda. "Preço da soja nos últimos anos" in: http://www.cotriel.com.br/Site13.htm. Acesso em: 10/11/2006.

DANTAS, M, T.; FONTELES, V. L. Avanço da fonteira agrícola na Amazônia. Disponível in: http://www.sutentavel.inf.br/arquivos/publica/amazonia.tennyson.pdf. Acesso em 10/11/2006.

FIGUEREDO, de R D. A importância da produção de soja na economia do estado do Tocantins. Palmas, 2003, 52p. (Trabalho de Conclusão de Curso, apresentada à Faculdade Federal do Tocantins – UFT – Campus de Palmas, para a obtenção de Bacharel em Ciências Econômicas).

Digitized by Google

GARCIA F. F.; MEDANHA L. M.; SOBRINHO C. de P. R. Artigo Cientifico: A expansão da cultura das Soja (glycine max) no estado do Tocantins.

GIORDANO, S. R. Competitividade regional e globalização. São Paulo, 1999, 249p. (Tese apresentada a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – Departamento de Geografia, para a obtenção de Doutor em Geografia).

IBGE. Banco de dados agregados (SIDRA). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br> acesso em 15/10/2006.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Levantamento sistemático da produção agrícola - safra de 2005. Disponível in:<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticia/noticiaimpressao.php?idnoticia=34> Acesso em 11/11/2006.

JUNIOR, O. de B. L.; ALVIM. A. S. de I. M. Analise da competitividade da produção da soja no sistema de plantio direto no estado do Mato Grosso do Sul. RER. Rio de Janeiro, Vol. 43, n.º 3, p. 505 à 528.

MARTINS, B. N.; SERRA. R.; OKAMA, H. Artigo Científico: Custos: Sistema de custo de produção agrícola. IEA – Instituto de Economia Aplicada, CPNTIA/EMBRAPA, São Paulo, 1994.

Digitized by Google

RODRIGUES, W.; NOGUEIRA, J.; IMBROISI, D. Artigo Científico: Avaliação econômica da agricultura sustentável: O caso dos cerrados brasileiros. Caderno de Ciência & Tecnologia, Brasília, 2001.

SANTOS, dos L. M., e FIGUEIREDO, M. A. Evolução das vantagens comparativas do Brasil no comercio mundial de soja. Artigo in: Revista Político Agrícola, publicação Trimestral, ano XIV n° 01, Jan, Fev, e Mar. 2005.

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, Mercado comum do Oeste Mercoeste: Perfil competitivo do Estado do Tocantins. Projeto de Alavancagem do Mercoeste, Brasília, 2006.

Digitized by Google

Capítulo IV

Análise do Sistema Nacional de Emprego de Palmas (SINE/TO) como intermediador de mão-de-obra e fonte de renda.

Digitized by Google

Análise do Sistema Nacional de Emprego de Palmas como Intermediador de Mão-de-Obra e Fonte De Renda[8].

Clevson Almeida Gonçalves[9]

Yolanda Vieira de Abreu

RESUMO

Este trabalho busca avaliar o Sistema Nacional de Emprego como intermediador de mão-de-obra e criação de renda. Seu objetivo é pesquisar sua eficácia para tal função, conhecer as atribuições, competência e responsabilidades do SINE junto ao trabalhador, pesquisar os procedimentos utilizados para colocação e recolocação de mão-de-obra no mercado de trabalho e identificar junto ao trabalhador e aos empresários as deficiências encontradas nas atividades do SINE. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica para fundamentação teórica e de campo, através de pesquisas com funcionários do SINE e clientes tantos trabalhadores desempregados quanto empresários. Os resultados obtidos possibilitaram um aprofundamento sobre a atuação do órgão frente as suas proposições, bem como concluir que o SINE apresenta deficiências. Tais deficiências reforçam a necessidade de se remodelar ou mesmo de se elaborar novas práticas para a inserção e/ou recolocação do trabalhador no mercado de trabalho.

***Palavras-chave*: Emprego. Mercado de Trabalho, Intermediação de mão-de-obra.**

---

[8] Texto retirado e modificado da Monografia (TCC) defendida na Universidade Federal do Tocantins, Curso de Ciências Econômicas por GONÇALVES, Clevson Almeida Análise do Sistema Nacional de Emprego de Palmas (TO) como Intermediador de mão-de-obra e Fonte de Renda., Palmas-TO, 2008.

[9] Economista, formada pelo Curso de Ciências Econômicas da UFT/TO

Digitized by Google

1. INTRODUÇÃO

Desde o início dos tempos, o trabalho é um meio de transformar objetos e coisas em ferramentas ou alimentos para uso e desenvolvimento do ser humano e evoluir sua sociedade. Devido às mudanças na forma de exercer o trabalho e o crescente desenvolvimento tecnológico, principalmente nos meios de produções, ocorridas a partir da primeira revolução industrial na Inglaterra.

Nas últimas décadas como conseqüência da evolução tecnológica e mudanças no modo de comercialização e distribuição da produção, muitos dos trabalhadores perderam seus empregos para os robôs, computadores e outras máquinas e equipamentos criados para substituir a mão-de-obra em serviços repetitivos ou até inteligentes, os quais anteriormente necessitavam da intervenção direta dos trabalhadores.

Esses trabalhadores que foram substituídos por essas novas tecnologias, agora precisam ser treinados para usá-las e serem recolocados no mercado de trabalho. O governo atua no âmbito macroeconômico, envolvido direta e indiretamente para recolocar e qualificar o trabalhador para o uso destas e estabelece regras e programas para equilibrar oferta de mão-de-obra desempregada e as novas necessidades produtivas.

Para tanto, nos últimos vinte anos, o sistema nacional de emprego (SINE) tem sido o instrumento que o governo Federal e Estadual utiliza para realizar políticas públicas em relação a realocação e atualização do trabalhador brasileiro. Seu papel de destaque é a intermediação de mão-de-obra, principal vertente do sistema, desenvolvido continuamente nos últimos anos sob os auspícios do governo Federal, e que ainda hoje, embora com intensidade diversa faz-se presente em grande parte das unidades federativas.

No Brasil, “são 20 milhões de pessoas sem trabalho, mais de 12 % da população economicamente ativa” (IBGE, 2003). “No Estado do Tocantins registra-se 621.001

Digitized by Google

pessoas ativas e 323.997 não ativas e em Palmas 71.137 e 35.188, respectivamente". (IBGE 2000/2002).

O desemprego é considerado um fenômeno com forte impacto na vida das pessoas, constitui umas das mais importantes variáveis para se diagnosticar a performance de uma economia. Dentre os fatores que agravam a situação do desemprego, destacam-se a falta de qualificação do profissional e a baixa escolaridade da mão-de-obra.

Segundo Arruda 2000) a inovação tecnológica marca a atual globalização com sentido de ambigüidade. Do lado negativo, a reestruturação produtiva gerada por essas inovações, feita de forma acelerada e não planejada, está gerando a substituição maciça e progressiva da força de trabalho humano por máquinas inteligentes, bem como a precarização do trabalho daqueles que permanecem empregados, perdendo os direitos adquiridos durante décadas e o enfraquecimento das suas organizações sindicais e do seu poder de negociação com o capital. Pelo lado positivo, ressalta que estas inovações aumentam aceleradamente a produtividade do trabalho e libertam o ser humano de inúmeras tarefas árduas, poupando energia e liberando seu tempo de trabalho e criatividade para atividades de desenvolvimento dos seus potenciais.

> "Os efeitos do desemprego são indissociáveis daqueles resultantes do distanciamento entre os mais altos e mais baixos rendimentos, em função da ascensão do capital monetário e da destruição das relações salariais estabelecidas, sobretudo nos países capitalistas avançados entre 1950 e 1970".(CHESNAIS, 1996, p.37).

O Estado do Tocantins por se tratar de um Estado novo e ainda em formação e construção atraiu um grande contingente de pessoas em busca de oportunidades. A cidade de Palmas criada para ser a capital do Estado atraiu uma maior parcela desses

Digitized by Google

trabalhadores sem qualificação e sem emprego nas grandes cidades. Esses vieram em busca de novas oportunidades de emprego e renda.

Essa situação não é diferente do que aconteceu na maioria das cidades do Norte e Nordeste do país, que precisou absorver grandes quantidades de trabalhadores das grandes cidades que já não tinham como permanecer lá por falta de qualificação e nível de instrução e retornaram a sua cidade natal. O governo Federal em parceria com os Estados criou o Sistema Nacional de Emprego (SINE). Esse vem adotando a filosofia de integração de mão-de-obra no mercado de trabalho e de complementaridade entre os programas de políticas públicas e de capacitação por meio de parceria entre o Ministério do Trabalho e a Secretaria Estadual de Trabalho e seus órgãos específicos, onde o foco principal é a capacitação do cidadão para sua inserção ou reinserção na economia, com qualificação profissional e com intuito de diminuir o desemprego por falta de adequação ao mercado.

Além disso, o SINE-TO realiza pesquisas que visam conhecer a realidade do mercado de trabalho no Estado. Estes estudos são feitos com cruzamento de dados do SIGAE (Sistema de Gestão das Ações de Emprego) para fazer análise do mercado de trabalho em nossa região e contribuir para o direcionamento das políticas voltadas para o emprego e renda, conhecendo as causas e oportunamente apontar soluções.

O SINE tem como prioridade o atendimento ao trabalhador em busca de emprego ou de uma nova ocupação e oferece a intermediação de mão-de-obra que promove a colocação ou recolocação do trabalhador no mercado de trabalho. Esse serviço é de fundamental importância para que o trabalhador tenha acesso, de forma sistemática, as vagas disponíveis no mercado e atenda ao perfil requerido pela empresa demandante.

O papel de intermediação resume-se em cadastrar o trabalhador e as vagas oferecidas pelas empresas. Tal cruzamento permite mostrar ao trabalhador cadastrado se

Digitized by Google

ele tem as capacidades e perfil para ocupar a vaga de emprego segundo necessidades da empresa demandante de mão-de-obra e ainda realizar cursos profissionalizantes para aqueles que estão fora do mercado por não estarem tecnologicamente atualizados, a fim de qualificá-los para o mercado de trabalho. Busca-se dessa forma, a redução dos custos e do tempo de espera tanto para o trabalhador quanto para o empregador.

Para tanto, este trabalho se propõe a estudar e verificar se o SINE-TO tem tido sucesso em intermediar ou não a colocação de trabalhadores no mercado de Palmas, bem como propor políticas públicas de qualificação e capacitação profissional. Seu objetivo geral é o de analisar o resultado do processo de intermediação de mão-de-obra, ou seja, identificar a eficácia do SINE no papel de intermediador de mão-de-obra e de propositor de políticas públicas de qualificação e capacitação profissional em Palmas-TO. Para alcaçar os objetivo geral proposto procurou-se conhecer as atribuições, competências e responsabilidades do SINE/Palmas junto ao trabalhador, pesquisar os procedimentos utilizados pelo mesmo para colocação e recolocação de mão-de-obra no mercado de trabalho, identificar junto ao trabalhador e aos empresários as deficiências encontradas nas atividades do desta instituição e caracterizar o perfil do trabalhador que mais procura esse tipo de ajuda para ser colocado ou recolocado no mercado de trabalho em Palmas.

2 - Competência profissional e as fases da colocação de pessoal do SINE

No mundo complexo e competitivo de hoje é cada vez mais difícil encontrar profissionais com o nível de qualificação exigida pelas empresas. Pessoas selecionadas e bem posicionadas não somente contribuem para o adequado funcionamento da empresa como também constituem um significativo potencial para futuras substituições.

Digitized by Google

Para se destacar em um mercado de trabalho em constante evolução, somente aqueles com qualificação e treinamento e bom desempenho tanto em produtividade quanto em relacionamentos com os companheiros de trabalho, terão maiores probabilidades de mostrarem-se úteis a seus empregadores. “O profissional deve buscar sua adequação e capacitação constante e estar atento às mudanças, pois, no mercado competitivo, somente sobrevivem aqueles que atenderem a um mercado cada vez mais exigente” (MINARRELLI, 1995, p.54).

Vale ressaltar que competência é sinônimo de capacitação profissional e que é através dela que se compete no mercado. Essa “capacitação profissional” compreende todos os conhecimentos, habilidades físicas e mentais, o jeito de atuar e as experiências adquiridas ao longo da vida em treinamentos e práticas profissionais. “Hoje em dia as leis de mercado são duras e cruéis, onde as empresas de primeira só contratam profissionais igualmente de primeira” (MINARELLI, 1995, p.52,53).

Sempre é um desafio encontrar a pessoa certa para a organização. Os agentes envolvidos no processo produtivo ou em toda a atividade econômica, precisa estar em harmonia com o mercado. Devem ser qualificadas a ponto de na interação entre ambos haja competências suficientes para progredir o negócio e assim criar um ambiente mais favorável à incorporação de novos investimentos e força de trabalho. .

2.1 - Fases da colocação de Pessoal

Atualmente as empresas buscam pessoas capazes de enfrentar o novo cenário de negócios. Numa economia global, onde as empresas precisam estar preparadas em seu aspecto material e humano, é necessário a busca pela qualidade em seus métodos de produção, a preocupação com a satisfação de seus clientes se arrasta por um longo período nesse ambiente competitivo. Para melhorar os processos, é importante que haja

Digitized by Google

por partes das empresas flexibilidade, rapidez e disposição para mudar e melhorar sempre, caso contrário estará fatalmente perdendo competitividade. Além disso, as organizações necessitam de profissionais, também, com atuação mais global e não reducionista. E para isso, sem o envolvimento das pessoas nesse desafio torna-se impossível de vencer, pois os desafios impostos às empresas são na realidade impostos às pessoas que lá trabalham (PONTES, 1996, p 14,15).

O processo de seleção divide-se em:

- **Inscritos:** Todos os trabalhadores que buscam o SINE à procura de (re) colocação no mercado formal de trabalho. A inscrição do trabalhador não está restrita ao correto preenchimento do cadastro. O essencial é descobrir quem é a pessoa que está sendo atendida e sua verdadeira pretensão.
- **Vagas**: todo posto de trabalho oferecido ao SINE pelo mercado de trabalho
- **Encaminhados** - todos os candidatos selecionados, de acordo com o perfil das vagas existentes no mercado de trabalho, oriundos das inscrições realizadas pelo SINE que são encaminhados ao mercado de trabalho formal.
- **Colocados**: candidatos que foram admitidos nas vagas a que foram encaminhados por intermédio do SINE. Ou seja, é o resultado do processo de intermediação de mão-de-obra.

Todo o processo de seleção de pessoal baseia-se fundamentalmente na análise comparativa de dois campos:

Exigências do Cargo: São as características que o cargo exige do profissional em termos de conhecimentos, habilidades e atitudes para o bom desempenho das funções

Digitized by Google

Características do candidato: É o conjunto de conhecimentos, habilidades e atividades que cada candidato possui para desempenhar as suas tarefas.

2.2 - Legislação

O programa de intermediação da mão-de-obra foi instituído através de dispositivos legais como a Constituição Federal de 05/10/88–Título III–da organização do Estado-Cap. II–Da União Convenção nº 88 da OIT–Organização internacional do trabalho.Decreto nº 76.403 de 08/10/75. Sua formação é instituída pelo Ministério do Trabalho e Emprego, Secretaria Estadual de Trabalho e seus órgãos específicos, SINE - Sistema Nacional de Emprego com a finalidade de colocação e recolocação de mão-de-obra no setor formal da economia, e tem como objetivo:

- propiciar informação e orientação ao trabalhador quanto a escolha de emprego
- prestar informações ao mercado consumidor de mão-de-obra sobre a disponibilidade de recursos humanos.
- fornecer subsídios ao sistema educacional e ao sistema de formação de mão-de–obra para elaboração de suas programações.
- estabelecer condições para a adequação entre a demanda do mercado de trabalho e a força de trabalho em todos os níveis de capacitação.

Os beneficiários deste tipo de legislação são em geral trabalhadores desempregados ou em busca de nova ocupação, pessoas portadoras de deficiência, idosos e pessoas que buscam o primeiro emprego. Todos interessados podem participar fazendo o cadastramento em qualquer posto de atendimento ao trabalhador. Os recursos para este programa são Oriundos do FAT-Fundo de Amparo ao Trabalhador, através de Resoluções do CODEFAT-Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador.

O ministério do Trabalho e Emprego define intermediação de mão-de-obra como:

Digitized by Google

> Atividade que objetiva (re) colocar o trabalho no mercado de trabalho. Para isso, o Sistema Nacional de Emprego dispõe de informações acerca das exigências dos empregadores ao disponibilizarem suas vagas junto aos postos de atendimento do SINE. Intermediar é o ato de realizar cruzamento da necessidade de preenchimento de um posto de trabalho com a de um trabalhador que procura por uma colocação no mercado de trabalho. (www.mte.gov.br. Acesso em 20/12/2007)

As ações do SINE visam à inserção produtiva do trabalhador no mercado de trabalho, por meio das políticas públicas de emprego definidas pelo MTE. Os principais serviços prestados aos trabalhadores que estão a procura de um emprego é denominado como "Intermediação de Mão-de-Obra", esse como outros serviços prestados a comunidade são gratuitos. A intermediação ao emprego, também conhecida como intermediação de Mão-de-obra é denominada, nos convênios firmados, de captação de vagas e colocação de trabalhador no mercado de trabalho, e consiste em oferecer ao trabalhador que se cadastra no SINE (informando suas características profissionais, ocupações e salário pretendidos), vaga oferecida por empregadores que se cadastram no sistema. Mediante uma seleção prévia, os trabalhadores são encaminhados para as empresas que oferecem as vagas para ocupação.

Os dados sobre a intermediação de mão-de-obra são enviados mensalmente ao MTE e referem-se ao número de trabalhadores inscritos, vagas obtidas junto aos empregadores, trabalhadores selecionados e encaminhados às vagas, e número de trabalhadores admitidos (colocados) por meio do processo de intermediação.

A intermediação ao emprego reduz o tempo e o custo de procura, tanto do empregado quanto do trabalhador, pois melhora o fluxo e informações sobre o mercado de oferta de trabalho, inclusive evidenciando a necessidade de qualificação profissional,

Digitized by Google

além de apresentar as alternativas existentes sobre os programas de geração de renda. A intermediação, ao promover a integração entre oferta e demanda de mão-de-obra, reduz o custo da informação no mercado de trabalho, reduzindo o chamado desemprego por falta de qualificação ou por implantação de novas tecnologias.

Os que procuram a intermediação ao emprego têm características diversas e heterogêneas porque são trabalhadores em geral, desempregados ou em busca de uma nova ocupação e pessoas que buscam seu primeiro emprego. Podendo também ser pessoas idosas, ou portadoras de necessidades especiais. Pelo lado da oferta de empregos podem ser empresas de iniciativa privadas ou públicas que estejam buscando profissionais no mercado e que preferem passar essas vagas para que o SINE busque trabalhadores com o perfil desejado para ocupá-las.

Um dos procedimentos utilizados para intermediação de mão-de-obra é o SIGAE - Sistema de Gestão das Ações de Emprego, que por sua vez, é terceirizado pela Data Mec e, é padrão a nível nacional. A função desse procedimento é cadastrar os dados dos trabalhadores e as vagas oferecidas pelas empresas, na qual faz automaticamente o cruzamento das informações. Porém, por ser apenas um suporte técnico, é necessário que o funcionário que esteja atendendo, faça uma avaliação psicológica do perfil do candidato para a vaga a ser preenchida.

Também conta com dados do CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), para obter mais dados e informações, que serve como base para elaboração de estudos, pesquisas, projetos e programas ligados ao mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que subsidia a tomada de decisões para ações governamentais, ou seja, serve como parâmetros de estudo para medir a sazonalidade do mercado de trabalho. Para aumentar a oferta de empregados disponíveis no SIE é realizado visitas ás

Digitized by Google

empresas, a fim de divulgar o trabalho do SINE, para captação de vagas, sendo o primeiro passo dentro do cronograma do processo de intermediação de mão-de-obra.

Nessa atividade, também, foi necessário capacitar os servidores do SINE no atendimento ao público e em outras atividades, porque são os primeiros a terem contado com o cliente desempregado ou em busca de uma nova colocação. Esse setor de capacitação e qualificação do servidor do SINE foi criado, objetivando a melhoria em todos os setores da instituição. Para desenvolver a gestão de pessoas e de competências e habilidades específicas de assessoramento ao trabalhador desempregado e ao empresário garantido melhor aproveitamento dos cargos oferecidos ao SINE e facilitado à permanência do empregado em seu emprego.

O setor de capacitação e qualificação do servidor do SINE do Estado do Tocantins, foi implantado em outubro de 2003. Os setores e Programas oferecidos pelo SINE/Palmas são: O Programa Seguro - Desemprego e o do PLANTEQ, sendo este último de vital importância para o desempregado porque se baseia em um conjunto de políticas que se situam na fronteira do trabalho e da Educação, articulando-se e vinculando-as, intrinsecamente, a um projeto de desenvolvimento de caráter includente, voltado para a geração de trabalho, distribuição de renda e para redução das desigualdades regionais. A diversidade sócio-cultural do Estado do Tocantins e a constante migração de trabalhadores dos diversos estados da federação, como também, do campo para a cidade, fazem com que o SINE se empenhe em qualificar cada vez mais pessoas, para minimizar dessa realidade.

O setor de segurança e Saúde no Trabalho tem como objetivo contribuir com o desenvolvimento da cultura da segurança no trabalho e a explanação da importância do uso de equipamentos de segurança e de proteção da saúde nos locais de trabalho com

Digitized by Google

grande probabilidade de afetar a saúde e a integridade do trabalhador, como hospitais, empresas químicas e outras.

O setor do primeiro emprego tem como objetivo inserir no mercado de trabalho os jovens proporcionando a oportunidade de ter sua primeira oportunidade profissional adquirindo maior conhecimento, respeito, a dignidade e cidadania. Esse programa desenvolvido pelo Governo Federal, em parceria com o Governo do Estado do Tocantins que lançaram o Programa Primeiro Emprego.

O setor de orientação jurídico-trabalhista tem como objetivo orientar, informar, elaborar cálculos, conferir rescisões, esclarecer dúvidas, enfim, divulgar e democratizar o acesso à lei trabalhista tanto ao trabalhador como ao empregador, evitando conflitos. Instruindo os pequenos empresários sobre as leis trabalhistas e seus direitos e deveres perante a mesma. Este serviço é prestado por servidores/advogados e, apesar, da maioria das consultas se no âmbito trabalhista, constantemente há procura nos demais ramos do Direito, o que exige uma constante atualização, estudo e pesquisa por tratar-se de um serviço especializado.

O SINE possui nove postos de atendimento no Estado do Tocantins, localizados em Taquaralto, Palmas, Araguatins, Araguaína, Guaraí, Paraíso do Tocantins, Porto Nacional, Gurupi e Dianópolis. A média geral de vagas oferecidas no Tocantins é de 300 por dia.

3 Metodologia da pesquisa de campo

A pesquisa de campo foi realizada nas instalações do SINE, localizado na Avenida Teotônio Segurado 401 Sul Conj 01 LT 17, Prédio Centro Empresarial Mendonça em Palmas -TO. O desenvolvimento da pesquisa se dá através do trabalho científico que busca explicações práticas e teóricas sobre como é feita a intermediação da mão-de-obra no SINE/PALMAS para colocação/recolocação de trabalhador no mercado de trabalho,

Digitized by Google

bem como observa o resultado do seu papel com a comunidade de Palmas e a classe empresarial.

O trabalho proposto baseia-se na Tabela Determinante do Tamanho da Amostra, com nível de confiança de 95%, considerando um erro amostral de +/- 10% e um "split" de 80/20. Serão 20 (vinte) questionários destinados para preenchimento junto aos funcionários da organização em estudo e um total de 107(cento e sete) a ser aplicados aos clientes. Como clientes consideram-se trabalhadores e empresários. Serão entrevistados um total de cinqüenta e um trabalhadores, com base no número de pessoas atendidas por dia, que são em média 150 (cento e cinqüenta) e serão 56 (cinqüenta e seis) questionários para serem preenchidos pelos empresários que utilizam os serviços para buscar profissionais que possam atender as necessidades de suas organizações.

O "split" indica o nível de variação das respostas, ou seja, o grau de homogeneidade (semelhança) da população. Isso quer dizer que, quanto mais heterogênea (diferente) for a amostra, maior deverá ser o número de componentes considerados pela pesquisa. Quanto mais homogênea menor esse número.

Assim, um "split" de 50/50 deve ser usado quando há muita variação entre as respostas dos entrevistados (população mais homogênea, ou seja, grande parte dos entrevistados vê a questão da mesma forma. Sendo este o "split" que será utilizado neste projeto). Em referência à natureza do trabalho, este estudo foi desenvolvido através de pesquisa quantitativa com os funcionários, a fim de observar se estão preparados para desempenhar seu papel, e com os clientes, com o objetivo de avaliar os resultados do SINE como intermediador de mão-de-obra.

Os questionários desse estudo foram fornecidos para os funcionários e clientes, com o intuito de verificar não só o resultado do SINE como intermediador de mão-de-obra, mas suas atividades e acompanhamento do trabalhador no mercado de trabalho.

Digitized by Google

Após obter e tabular os resultados se fará a análise e interpretação dos gráficos e dados. Para tanto, esta etapa envolve:

1. Classificação e organização das informações;
2. Estabelecimento das relações existentes entre os dados coletados;
3. Tratamento estatístico dos dados

3.1. Variáveis de intermediação de mão-de-obra SINE/Palmas

Em média, o número de desempregados inseridos no mercado de trabalho através do SINE/Palmas em 2007, foi de 152 pessoas, ao passo que do número de vagas disponíveis 67,16% não foram preenchidas.

Segundo dados do Caged - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, do Ministério do Trabalho e Emprego, em termos percentuais, o Estado do Tocantins teve a maior taxa de crescimento do país. A ampliação de 7.105 postos foi o melhor saldo já alcançado pelo Estado e representou uma expansão de 8,14% no setor formal.

O SINE Tocantins, de janeiro a dezembro de 2007, em seus nove postos distribuídos pelo Estado captou 27.113 vagas e inseriu no mercado de trabalho 16.986 trabalhadores, representando um acréscimo de 22% no número de trabalhadores colocados com relação ao ano de 2006. Os dados são do Sigae–Sistema Integrado de Gestão das Ações de Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego. Conforme Tabela 3.1 verificar-se que existe muita demanda de mão-de-obra pelas empresas no núcleo do SINE/Palmas e a procura pelos trabalhadores segue o mesmo ritmo.

Porém, a quantidade de trabalhadores que conseguem inserir-se no mercado de trabalho não acompanha esse mesmo patamar porque é desigual e bem inferior. Em relação à meta atingida pelo SINE-Tocantins, que foi de 16.986 trabalhadores inseridos no mercado em 2007, o SINE/Palmas contribuiu de forma insignificante, pois, conforme

Digitized by Google

mostra a Tabela 4.1 houve apenas 1.832 pessoas colocadas no mercado de trabalho nesse ano, o que corresponde a 10,78 % do total de trabalhadores que foram inseridos em todo o Estado.

Tabela 4.1–Variáveis de Intermediação de Mão-de-Obra em 2007 SINE/Palmas

Meses	Inscritos	Vagas	Encaminhados	Colocados
Janeiro	724	547	826	102
Fevereiro	687	337	882	185
Março	749	387	891	106
Abril	591	314	855	90
Maio	696	479	1.085	140
Junho	510	448	975	149
Julho	499	588	1.024	158
Agosto	687	549	1.403	152
Setembro	632	496	1.019	148
Outubro	588	607	1.261	232
Novembro	538	456	1.116	212
Dezembro	382	370	754	158
Total	**7.283**	**5.578**	**12.091**	**1.832**

Fonte: SINE/Palmas

De acordo com informações da Diretoria de Monitoramento e Estatística do SINE Tocantins, esse crescimento se deu por conta do aumento da mão-de-obra principalmente na indústria de transformação e da construção civil e do incentivo do governo no desenvolvimento econômico e social para o Estado, ainda segundo a Diretoria, as ocupações que mais empregaram em 2007 foram serventes de obras, carpinteiros e pedreiros e os postos do SINE com mais desempenho em colocação foram o de Paraíso, seguido de Araguaína e Gurupi. De acordo com o gráfico 4.1 as categorias de ocupação em Palmas, podem ser divididas em trabalhador doméstico, empregado privado, empregado público, autônomo ou por conta própria e empregador

Digitized by Google

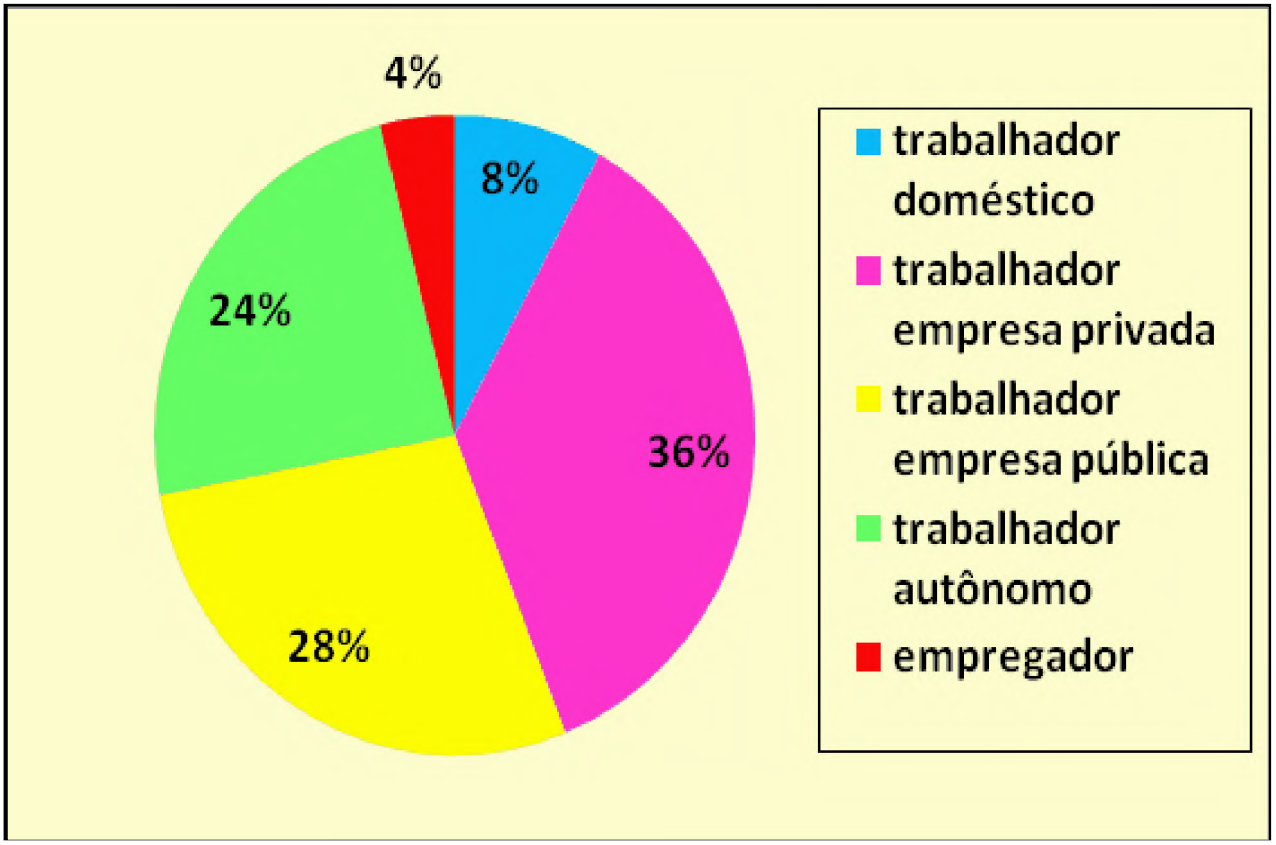

Gráfico 4.1 Categoria de ocupação do pessoal ocupado em Palmas (Agosto/2007)
Fonte: RODRIGUES-2007

Destas categorias pode-se constatar que 4% equivale ao empregador, 8% é composto pelos trabalhadores contratados para trabalhar em ambiente doméstico e de forma contínua, 24% corresponde aos trabalhadores que exercem habitualmente e por conta própria sua atividade profissional, 28% são os trabalhadores do serviço público e a grande maioria 36% são os trabalhadores privados.

Conforme pesquisa realizada pelo núcleo de Economia da UFT (2007) constatou-se, que em relação à renda média do pessoal ocupado por regiões da cidade de Palmas-TO, a população do Plano Diretor de Palmas possui uma renda média de R$ 1.182,39; a região Sul R$591, 18 (ver Gráfico 4.2), sendo que a média geral da cidade de Palmas é de aproximadamente R$ 858,53.

Digitized by Google

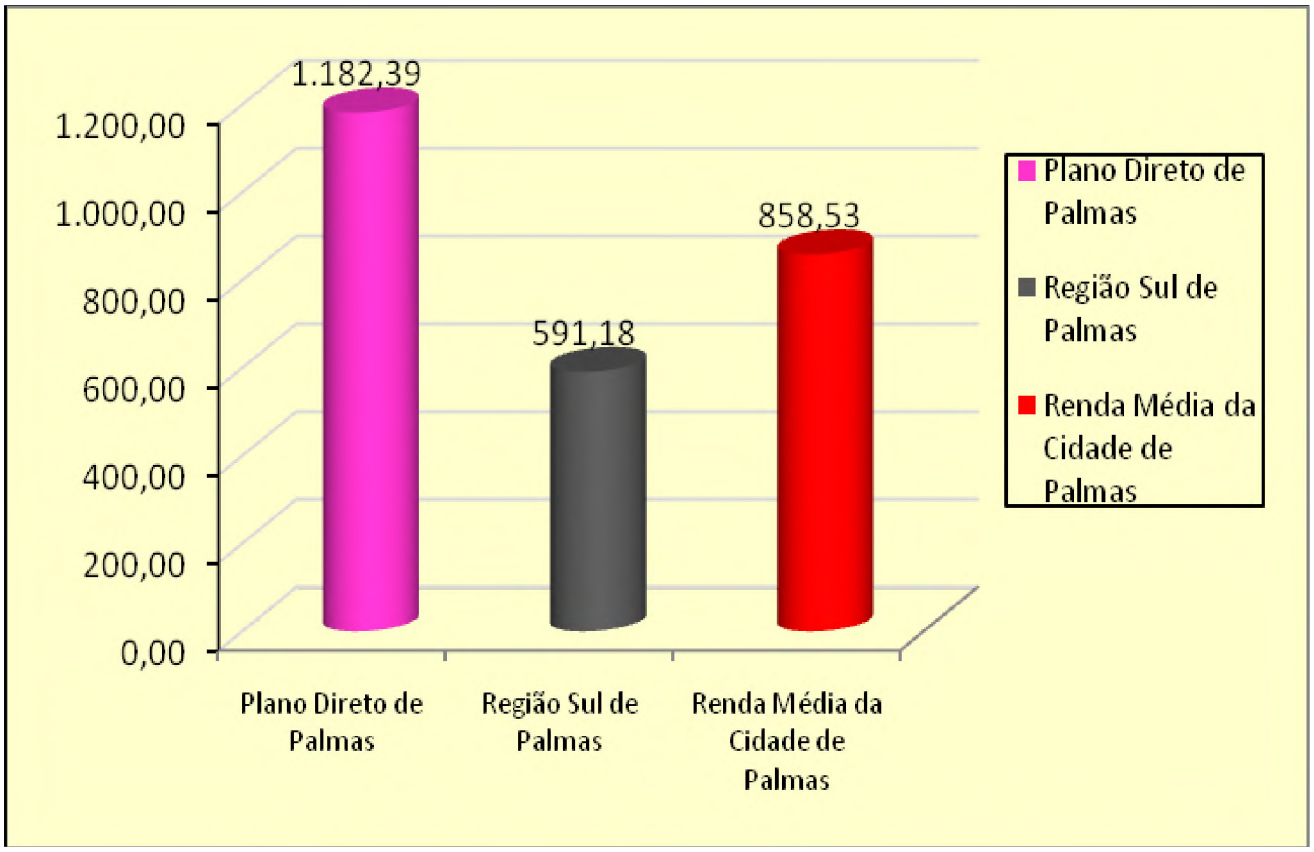

Gráfico 4.2–Renda Média do Pessoal Ocupado–Por Regiões da Cidade, 08/2007
Fonte: RODRIGUES-2007

De acordo com o Gráfico 4.3, constata-se que 10% da população ativa de Palmas possuem uma renda familiar de até 01 Salário Mínimo, 21% de 5 a 10 Salários Mínimos, e 7% da população gira em torno de 10 a 15 Salários Mínimos.

O Gráfico 4.4 mostra uma comparação entre a renda média dos brasileiros ocupados em relação a renda de Palmas (TO). Através do Gráfico 4.4 verifica-se que segundo Pesquisa de Estudo e Rendimento realizada pelo núcleo de Economia da Universidade Federal do Tocantins (2007) que a renda média do pessoal ocupado a nível nacional é de R$ 1.108,30 enquanto Palmas-TO fica em torno de aproximadamente R$ 858,53.

Digitized by Google

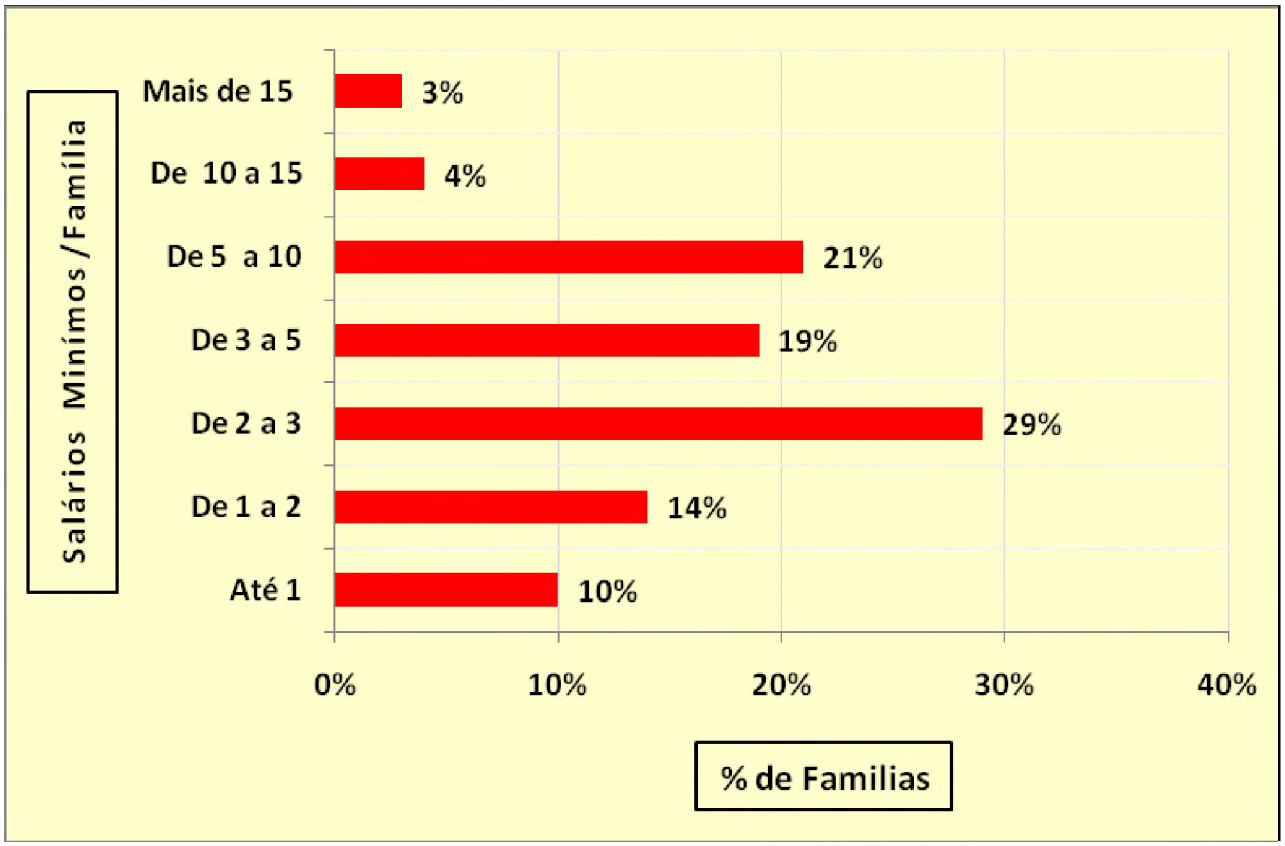

Gráfico 4.3– Renda familiar em Palmas em salários mínimos (Agosto/2007)
Fonte: - RODRIGUES-2007.

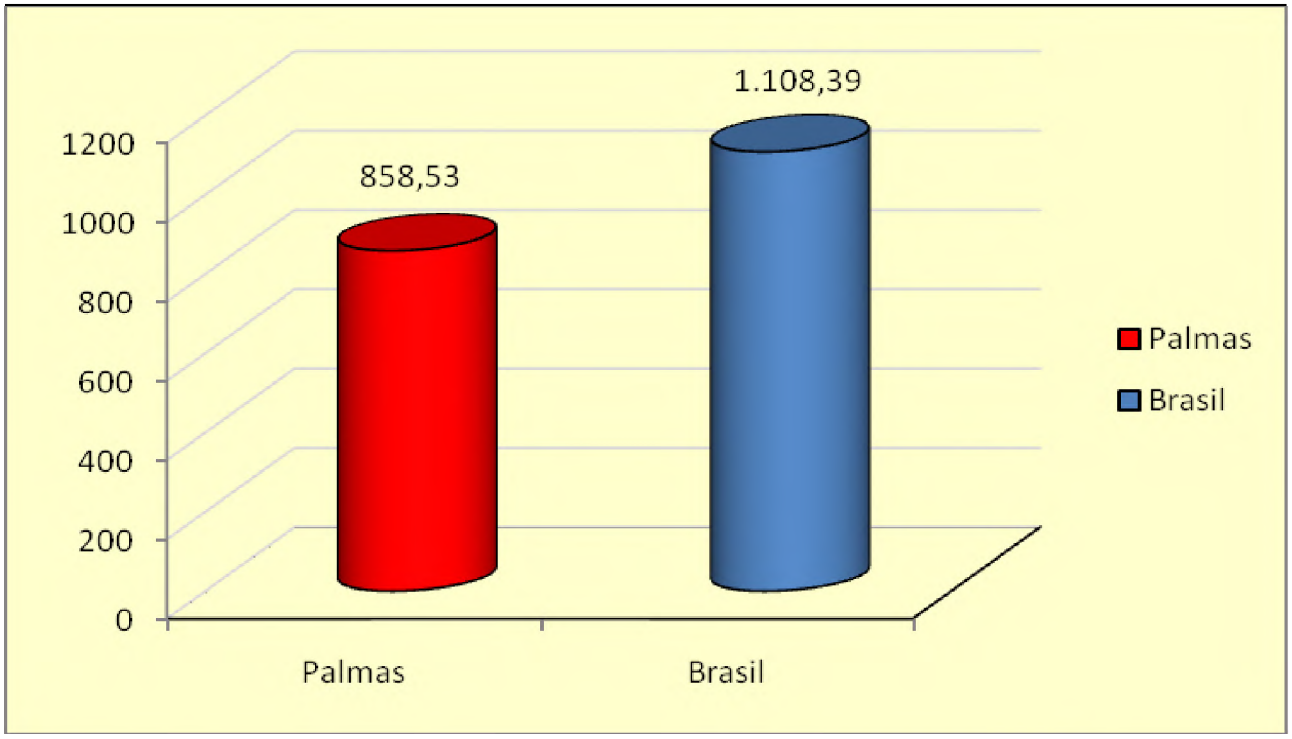

Gráfico 4.4–Renda Média do Pessoal Ocupado–Agosto 2007
Fonte: RODRIGUES-2007

Digitized by Google

Esse estudo identifica que Palmas, por se tratar de uma capital com apenas 19 ano, registra um bom nível na renda média da população comparando com a média do Brasil, ficando em torno de aproximadamente 77% da média nacional.

4 - Resultados da pesquisa realizada com os funcionários do SINE/Palmas

4.1. Analise dos resultados das perguntas dos questionários destinados aos funcionários

O questionário proposto aos funcionários do SINE/PALMAS, objetiva conhecer a organização, seu funcionamento, procedimentos, preparação do corpo funcional e a eficácia da organização em relação ao apoio ao trabalhador em sua colocação e recolocação no mercado de trabalho e cada tabela deste subitem corresponde a uma pergunta do questionário

Tabela 4.2: Sexo

Sexo	Quantidade	%
Masculino	05	25
Feminino	15	75
Total	20	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Pode-se constatar na tabela 4.2 que na unidade do SINE/Palmas, 75% dos funcionários entrevistados são do sexo feminino e 25 % do sexo masculino.

A Tabela 4.3, mostra que 55% dos entrevistados, tem idade acima de 36 anos, 25 % entre 30 e 35 anos e 20% da faixa etária entre 18 e 29 anos. Infere-se que a maioria são os que estão a mais tempo no órgão, possuem mais experiência e um maior

Digitized by Google

conhecimento do papel e função do SINE No entanto, a grande maioria dos funcionários não esteja conseguindo acompanhar o processo evolutivo do mercado de trabalho e suas inovações e tendências tecnológicas, chegando a ficar estagnados em seus postos de trabalho.

Tabela 4.3: Idade

Idade	Quantidade	%
18 a 23 anos	02	10
24 a 29 anos	02	10
30 a 35 anos	05	25
Acima de 36anos	11	55
Total	20	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Por esses fatores o SINE não consiga efetivar de fato suas políticas sob a forma e o víeis desejados por este órgão. Segundo (MINARELLI, 1995, p.23) "são raros os profissionais que, estando bem empregados, têm o cuidado de verificar, periodicamente, como estão seus conhecimentos, suas habilidades e experiências". Da amostra pesquisada, pode-se observar (Tabela 4.4) que a maioria, ou seja, 55% dos funcionários possuem ensino médio completo e 35% ensino superior incompleto.

Tabela 4.4: Escolaridade

Escolaridade	Quantidade	%
Ensino Fundamental Completo	00	00
Ensino Médio Incompleto	01	05
Ensino Médio Completo	11	55
Ensino Superior Incompleto	07	35
Ensino Superior Completo	01	05
Total	20	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Digitized by Google

Quanto ao fator escolaridade pode-se notar o desejo destes em obter um diploma universitário. Porém, ainda muito há que se investir pelo próprio profissional, pois buscar sempre educação continuada, novas habilidades e conhecimentos e melhor formação humana, contribui para o bom desempenho de suas funções e conseqüentemente, para o SINE alcançar suas proposições. A Tabela 4.5 mostra que 95 % dos funcionários acreditam está ajudando na questão da inserção e reinserção de trabalhadores no mercado de trabalho. Apenas 5% dizem não acreditar em sua função de intermediação de emprego. Isto talvez se deva ao fato de desconhecimento às funções que lhe foram atribuídas

Tabela 4.5: O funcionário acredita estar ajudando na colocação/recolocação

O funcionário acredita está ajudando na colocação/recolocação.	Quantidade	%
Sim	19	95
Não	01	05
Total	20	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Na análise Tabela 4.6 observa-se que 70% dos funcionários entrevistados apontam como ponto forte do SINE amplo contato com os empregadores e sensibilidade nas questões relativas ao mercado de trabalho.

Tabela 4.6: Ponto forte do SINE

Ponto forte do SINE	Quantidade	%
Estrutura física e material	03	15
Recursos Humanos	03	15
Amplo contato com os empresários	07	35
Sensibilidade nas questões relativas ao mercado do trabalho	07	35
Total	20	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Digitized by Google

Infere-se que estas questões condizem com o papel e função do SINE, inclusive com um forte vínculo de parceria com todas as classes empresariais, além de desenvolver pesquisas e informativos relacionados com o mercado de trabalho. Outros 15% apontam que os pontos forte são a estrutura física e material e recursos humanos, respectivamente, como aspectos importantes na atuação do SINE.

Tabela 4.7: Necessidade de Cursos

Necessidade de Cursos	Quantidade	%
Gestão	01	05
Economia/Globalização	02	10
Atendimento ao Público	03	15
Relações Humanas	05	35
Educação Profissional	09	45
Total	20	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Conforme Tabela 4.7, a maioria dos entrevistados acredita ter necessidade de cursos nas áreas de educação profissional e relações humanas, aspecto bastante coerente com a opção de cursos apontados por cada entrevistado. Entende-se que os funcionários têm intenção em qualificar-se para melhor contribuir com sua função, sendo de extrema importância para o órgão o reconhecimento dessa necessidade e o interesse dos mesmos.

Tabela 4.8: Houve treinamento e aperfeiçoamento profissional

Houve treinamento e aperfeiçoamento profissional	Quantidade	%
Sim	19	95
Não	01	05
Total	20	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

De acordo com a pesquisa realizada com os servidores do órgão em questão, a Tabela 4.8 mostra que 95% dos entrevistados afirmam ter recebido treinamento. Infere-

Digitized by Google

se que o treinamento oferece um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes para cada trabalhador aumentando seu potencial particular e contribuindo para o bom desempenho da unidade operativa. Tal fato é preocupante visto que aproximadamente 22 pessoas (15%) podem de certa forma serem encaminhados para uma vaga que não atenda ao seu perfil, ou pior, deixarem de ser encaminhados a uma vaga porque durante a entrevista o atendente não pode identificá-lo.

Tabela 4.9: O curso proporcionou condições de definir o perfil do profissional

O curso proporcionou condições de definir o perfil do profissional	Quantidade	%
Sim	20	100
Não	00	00
Total	20	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Na Tabela 4.9 demonstra como o treinamento pode trazer segurança ao funcionário devidamente treinado ao atender um trabalhador desempregado. Com relação aos resultados a pergunta da Tabela 4.8 é unânime a afirmação de que o treinamento proporcionou-lhe condições de definir o perfil do profissional. Infere-se que ter esta habilidade é fundamental para melhor atender o trabalhador na sua colocação/recolocação no mercado de trabalho, pois o SIGAE – que é o sistema utilizado para dar um suporte técnico, ou seja, fazer o cruzamento de dados – ajuda o funcionário fazer uma análise do perfil do candidato para avaliar se é adequado com a vaga a ser preenchida e sua utilização requer conhecimento e preparação contínua.

Pode-se observar que na Tabela 4.10, a maioria dos entrevistados (85%) afirmam que o tempo é suficiente par identificar o profissional adequado e 15 % não concordam. Infere-se que o atendimento *per capita* é de 6 usuários por atendente, ou seja, são 23

Digitized by Google

funcionários que trabalham seis horas corridas e atendem em média 150 pessoas por dia como apto a atender o perfil desejado para a vaga.

Tabela 4.10: O tempo é suficiente para identificar o profissional adequado

O tempo é suficiente para identificar o profissional adequado	Quantidade	%
Sim	17	85
Não	03	15
Total	20	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Tal fato é importante ser observado porque aproximadamente 22 pessoas (15%) podem de certa forma serem encaminhados para uma vaga que não atenda ao seu perfil, ou pior, deixarem de ser encaminhados a uma vaga porque durante a entrevista o atendente não pode identificá-lo

A Tabela 4.11 mostra que a algumas variáveis divide os trabalhadores do SINE em relação a infra-estrutura física do SINE e a influência deste item nos resultados finais obtidos

Tabela 4. 11: O ambiente oferece condições

O ambiente oferece condições	Quantidade	%
Sim	13	65
Não	07	35
Total	20	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Conforme a Tabela 4.11, grande parte dos entrevistados (65%) afirmam que o ambiente oferece condições para analisar um candidato e 35% não concordam com essa afirmação. Infere-se de que o SINE realmente tem toda uma estrutura funcional, material, física e pessoal, porém, poderia melhorar as condições de atendimento individual do

Digitized by Google

trabalhador. Por não ter a privacidade necessária durante a entrevista o trabalhador algumas vezes não se sente totalmente à vontade para responder todas as perguntas que lhes são feitas pelo servidor

Observa-se na Tabela 4.12 que 60% dos funcionários vêem o futuro dos candidatos em relação ao emprego como necessidade de apoio maciço tanto político como financeiro, 20% espera melhoria em breve espaço de tempo e 20 % aponta para dificuldades face à crise global. Constata-se que, com as transformações provocadas pela globalização, o mercado tornou-se ainda mais competitivo, exigindo profissionais com habilidades diferentes.

Tabela 4.12: O futuro dos candidatos

O futuro dos candidatos	Quantidade	%
Sem expectativa	00	00
Melhoria em breve espaço de tempo	04	20
Crise Global	04	20
Necessidade de apoio maciço tanto político como financeiro	12	60
Total	20	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Porém, além das pessoas procurarem qualificação para se adequarem aos novos tempos, é também papel do governo traçar diretrizes para sanar tal situação, fornecendo apoio tanto financeiro quanto parcerias com instituições que oferecem treinamentos, curso, capacitação e beneficiar a comunidade.

Tabela 4.13: O que pode ser melhorado no SINE

O que pode ser melhorado no SINE	Quantidade	%
Estrutura	02	10
Atendimento	03	15
Processos	00	00
Qualificação profissional	12	60
Aumento do seu quadro de funcionários	03	15
Total	20	100

Digitized by Google

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

A análise da Tabela 4.13 mostra que existe uma visão clara dos colaboradores do SINE, quanto às deficiências da instituição e suas respostas neste quesito são coerentes com as demais questões levantadas e afirmadas em outros momentos.

Neste sentido, 60% dos contatados afirmam que qualificação profissional é o principal fator para proporcionar melhorias dentro do SINE.

Enquanto outras 15% apontam que deve ser melhorado o atendimento e o aumento do seu quadro de funcionários. No entanto 10% ainda apontam que dever-se-ia melhorar a estrutura

Entende-se que profissionais qualificados são, de certa forma, um diferencial para qualquer empresa, da mesma forma que o é para o setor público e suas instituições e órgãos que compõem sua esfera.

Na Tabela 4.14 constata-se que 75% dos funcionários afirmam que sua maior satisfação como funcionário do SINE é se sentirem úteis e saber que está auxiliando a comunidade.

Tabela 4.14: Expectativa como profissional do SINE

Expectativa como profissional do SINE	Quantidade	%
Carreira Profissional	04	20
Satisfação Pessoal	01	05
Status	00	00
Auxiliar a comunidade	15	75
Total	20	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Outros 20% vê sua função e suas atividades como uma possibilidade de melhorar profissionalmente e ainda outros 5% tem uma satisfação pessoal ou se sentem realizados trabalhando nesta instituição. Infere-se que a maioria preocupa-se em atender bem a comunidade tocantinense na sua inserção ao mercado de trabalho e outros em crescer

Digitized by Google

profissionalmente. Porém, são duas opções importantes, mas como funcionário do SINE é preciso ter dois ideais ao mesmo tempo, ou seja, tanto profissional e pessoalmente, para, dessa forma, contribuir com o bom desempenho no atendimento ao público e o bem estar de cada funcionário.

5 Resultados da pesquisa realizada com o trabalhadores desempregados e com em empregadores do SINE/Palmas

5.1. Analise dos resultados das perguntas do questionário destinados aos trabalhadores desempregados que se candidataram a uma vaga no SINE/PALMAS.

O questionário que foi feito para ser respondido por trabalhadores que procuram os serviços do SINE/PALMAS para sua inserção/reinserção no mercado teve como objetivo conhecer suas expectativas em relação ao mercado de trabalho, identificar a qualificação e características do candidato e conhecer sua impressão/visão sobre a atuação da Instituição em estudo e cada tabela deste subitem corresponde a uma pergunta do questionário.

Tabela 5.1: Sexo

Sexo	Quantidade	%
Masculino	31	61
Feminino	20	39
Total	51	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Observa-se na Tabela 5.1 que do total dos entrevistados 61% são do sexo masculino e 39% do sexo feminino. Infere-se que os homens são maioria na procura de

Digitized by Google

colocação/recolocação no mercado de trabalho, em virtude da oferta de trabalho ser direcionada em maior parcela aos homens face às características das ofertas de vagas.

Na Tabela 5.2, observa-se a faixa etária dos clientes do SINE/Palmas que do total de entrevistados 72% são da faixa etária entre 18 e 29 anos, 16% entre 30 e 35 anos, 2% entre 36 e 41 anos e 10% entre 42 e 47anos.

Tabela 5.2: Idade

Idade	Quantidade	%
18 a 23	22	43
24 a 29	15	29
30 a 35	08	16
36 a 41	01	02
42 a 47	05	10
Acima de 48 anos	00	00
Total	51	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Observa-se que a maioria são jovens que estão a procura da primeira oportunidade de trabalho ou para se recolocarem, o que se enquadra no perfil atual do mercado de trabalho no Brasil. Porém, em Palmas por ser uma cidade nova, a maioria de sua população é composta de jovem, mulheres e homens adultos entre 18 e 41 anos. Quase não se tem idoso e adolescente ainda são poucos comparados com a maior parte da população.

A Tabela 5.3 mostra que 50% dos trabalhadores entrevistados possuem o ensino médio completo e 22% o nível fundamental completo ou incompleto e somente 6% possui o nível superior completo. Portanto, o trabalhador que procura o SINE tem baixo nível de escolaridade. A pouca procura pelo SINE por universitários ou profissionais com qualificação de nível superior é em parte pela concepção difundida pela sociedade de que o SINE é um intermediador de mão-de-obra para profissionais com baixa escolaridade e

Digitized by Google

pouca qualificação profissional (encanador, pedreiro, serviços gerais, etc), o que faz com que universitários e profissionais com nível superior procurem outros meios de encaminhamento ao mercado de trabalho.

Tabela 5.3: Escolaridade

Escolaridade	Quantidade	%
Fundamental completo	07	14
Fundamental incompleto	04	08
Médio completo	25	50
Médio Incompleto	06	12
Superior completo	03	18
Superior Incompleto	06	12
Total	51	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Na Tabela 5.4, observa-se que 57% dos trabalhadores que procuram o SINE são para recolocação profissional e 29% estão em busca de sua primeira oportunidade de trabalho e os demais para informações sobre o mercado e qualificação.

Tabela 5.4: Porque está procurando o SINE

Porque está procurando o SINE	Quantidade	%
Primeiro emprego	15	29
Recolocação profissional	29	57
Para qualificar-se	01	02
Para informações sobre o mercado de trabalho	06	12
Total	51	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

O SINE, além do seu papel institucional, visando aumentar a sua gama de serviço, oferece cursos de captação profissional, voltados a atender jovem a procura do primeiro emprego, desempregados, trabalhadores sobre risco de desemprego e outros públicos prioritários (quilombolas, indígenas, assentados, trabalhadores rurais e etc.). Essas

Digitized by Google

qualificações acontecem através do Plano Territorial de Qualificação - PLANTEQ, que disponibiliza recursos financeiros oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador para os governos estaduais, que executam o plano de qualificação nos Estados e suas regiões.

Tabela 5.5: Acredita no SINE

Acredita no SINE	Quantidade	%
Sim	43	84
Não	07	14
Não responderam	01	02
Total	51	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

A análise da Tabela 5.5 mostra que 84% dos entrevistados acreditam no SINE/Palmas e 14% não o vêem com credibilidade. Infere-se que o trabalhador quando procura esse órgão está bastante angustiado e depositam ali todas as suas esperanças, entendendo que o SINE é a sua única alternativa para resolver seu problema do desemprego.

Tabela 5.6: Atendimento ao Público

Atendimento ao Público	Quantidade	%
Sim	34	67
Não	15	29
Não responderam	02	04
Total	51	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Conforme a Tabela 5.6, observa-se que a maioria dos entrevistados que procuram o SINE, ou seja, 67% estão satisfeitos com o atendimento e 29 % se mostraram insatisfeitos. Entende-se que o órgão apesar das relevantes mudanças no quesito atendimento, ainda precisa melhorar, pois o índice de insatisfação é bastante expressivo.

A Tabela 5.7 mostra que 37 % afirmam que o SINE os auxiliou no cadastro de reserva, 27% diz que arruma um emprego, 18% que são orientados na colocação ao

Digitized by Google

mercado de trabalho, 12% faz apenas o atendimento sem retorno algum e para apenas 2% oferece cursos e treinamentos

Tabela 5.7: Auxílio do SINE (questionário - Jan/2008)

Auxílio do SINE	Quantidade	%
Arrumar um emprego	14	27
Orientar na colocação ao mercado de trabalho	09	18
Fazer cadastro de reserva	19	37
Fazer apenas atendimento sem retorno algum	06	12
Oferecer cursos/treinamento	01	02
Não responderam	02	04
Total	51	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Infere-se que a missão principal do SINE é inserir e reinserir o trabalhador no mercado de trabalho criando oportunidade de desenvolver suas habilidades, adquirir conhecimentos profissionais e assim garantir sua posição no mercado de trabalho e o sustento de sua família. Porém, se manifesta aqui em apenas 27% dos desempregados tiveram sua situação resolvida com acesso ao trabalho e renda e 73% em uma situação de instabilidade e expectativa uma possível colocação.

Tabela 5.8: No que o SINE deve melhorar

Em que o SINE deve melhorar	Quantidade	%
Atendimento	02	04
Acompanhamento ao trabalhador	12	24
Oferecer capacitação para o trabalhador	17	33
Indicá-lo para uma vaga de trabalho	16	31
Os processos	03	06
Não responderam	01	02
Total	51	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Digitized by Google

Na Tabela 5.8, observa-se que da maioria dos trabalhadores entrevistados 33% afirmam que o SINE deve se aprimorar mais em buscar capacitação para o trabalhador, 31% deve indicá-lo para uma vaga de trabalho e 24% que se deve ter um acompanhamento ao trabalhador

Está caracterizado que 57% precisam não só de emprego, mas também de capacitação e apoio para a manutenção ou para conquista do mesmo, aspectos estes, entre outros, que os entrevistados desejam que o SINE seja melhor.

Tabela 5.9: O que é mais importante no SINE

O que é mais importante no SINE	Quantidade	%
Captar vagas nas empresas	19	37
Colocação/recolocação no mercado de trabalho	20	39
Fonte para captação de emprego	4	8
Orientação em relação ao mercado de trabalho	8	16
Total	51	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Da Tabela 5.9, pode-se observar que do ponto de vista do trabalhador, 39% acham mais importante no SINE a colocação/recolocação no mercado de trabalho, 37% captar vagas nas empresas e 16% a orientação em relação ao mercado de trabalho.

Tabela 5.10: Condições de empregabilidade do SINE/Palmas

Condições de empregabilidade do SINE	Quantidade	%
Visitar as empresas continuamente para captar vagas e oferecer emprego	26	50
Conhecer a realidade pessoal profissional dos trabalhadores	09	18
Dar orientação coletiva (cursos, palestras, seminários)	10	20
Criar novos escritórios de atendimento nos bairros	06	12
Total	51	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Digitized by Google

Na Tabela 5.10, observa-se que dos entrevistados 50% pensam que para criar condições de empregar as pessoas o SINE deve visitar as empresas continuamente para captar vagas e oferecer emprego, 20% dar orientação coletiva, 18% conhecer a realidade pessoal e profissional dos trabalhadores e 12% criar novos escritórios de atendimento nos bairros. Está caracterizado que apesar das responsabilidades e o esforço do SINE é necessário uma atuação mais eficaz no que se refere ao trabalho de contato externo junto ao empresariado, mostrando-lhes tudo que o órgão tem a oferecer e estabelecendo parcerias.

Segundo a Tabela 5.11, observa-se que 80% dos entrevistados não foram colocados ou recolocados pelo SINE e 20 % já se inseriram no mercado. Pode-se entender que os 80% que aguardam, não caracteriza falha do SINE e sim que alguns adentraram agora no órgão, outros não possuem perfil, ou melhor, qualificação para as vagas existentes no momento, outros ainda estão aguardando ser encaminhado a uma vaga. No entanto, seria um risco dizer que poucos se inserem no mercado, seria necessária uma análise de multifatores

Tabela 5.11: Já foi colocado ou recolocado no mercado de trabalho

Já foi colocado ou recolocado no mercado de trabalho	Quantidade	%
Sim	10	20
Não	41	80
Total	51	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Conforme dados da tabela 5.12 os entrevistados que já foram colocados no mercado, 60% permaneceu de 1 a 6 meses na empresa e 40% de 6 meses em diante

Digitized by Google

Tabela 5.12: Quanto tempo permaneceu na empresa

Quanto tempo permaneceu na empresa	Quantidade	%
1 a 6 meses	06	60
Acima de 6 meses	02	20
1 ano	00	00
Acima de 1 ano	02	20
Total	10	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Nesta análise prevalece uma baixa permanência do empregado na empresa, ficando aqui caracterizado que a empresa não tem um bom sistema de seleção ou é muito vulnerável ao movimento do mercado externo, demitindo em períodos de curto tempo. Sendo neste fator o SINE pouco ou nada pode influenciar a não ser iniciar um processo de convencimento e visitas a empresas mais estáveis. Outro fator, é que grande parte dos trabalhadores desempregados que buscam o SINE/Palmas são demandantes de empregos sazonais como pedreiros, carpinteiros e outros.

6 Pesquisa com os empresários

O questionário que foi proposto aos empresários de Palmas que utilizam os serviços do SINE teve por objetivo obter informações sobre as empresas e o mercado em que atuam, a freqüência que utilizam estes serviços e sua eficiência, expectativas em relação a instituição e se os resultados dos serviços estão sendo satisfatórios e eficazes.

Segundo a amostra da Tabela 6.1, dos empresários entrevistados 87% são do ramo do comércio, 9% da prestação de serviços e 4% da indústria. Isto se deve ao fato do pesquisador aplicar a pesquisa principalmente na região do centro de Palmas, onde prevalece o comércio.

Digitized by Google

Tabela 6.1: Ramo de Atividade

Ramo de atividade	Quantidade	%
Comércio	49	87
Indústria	02	04
Prestação de Serviços	05	09
Serviço Público	00	00
Total	56	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

O público que o SINE atente é diversificado, por isso a captação de oferta de emprego também o é. Esta instituição busca atender tanto trabalhadores quanto empresários de todos os setores da economia

Tabela 6.2: Tempo de atuação

Tempo de Atuação	Quantidade	%
1 ano	09	16
2 a 4 anos	15	27
5 a 7 anos	15	27
Acima de 8 anos	17	30
Total	56	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Na Tabela 6.2, observa-se que 16% das empresas atuam no mercado há 1 ano, 54% entre 2 a 7 anos e 30% das empresas já atuam acima de 8 anos. Palmas é um mercado novo e muitas empresas foram e são abertas e outras estão criando filiais na Capital.

Porém, o poder aquisitivo da população local ainda fica a desejar e têm-se outros problemas de infraestrutura que levam a que muitos empresários palmenses possam ter problemas em manter suas empresas saudáveis. O tempo de atuação das empresas no mercado revela um indicador de vida, sobrevivência e comportamento econômico do mercado.

Digitized by Google

Tabela 6.3: Carência do Trabalhador

Carência do Trabalhador	Quantidade	%
Capacitação/Qualificação	42	75
Falta de interesse pelo trabalho	10	18
Baixo nível cultural	00	00
Versatilidade/dinâmica no trabalho	04	07
Total	56	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Na Tabela 6.3, constata-se que para os empresários as principais carências apresentadas pelos empregados são falta de capacitação/qualificação, falta de interesse pelo trabalho e falta de versatilidade/dinâmica. Quantificando as resposta tem-se que 75% dos empresários afirmam que a principal carência do trabalhador palmense é capacitação/qualificação, outros 18% apontam a falta de interesse pelo trabalho e ainda 7% gostaria que o trabalhador tivesse maior versatilidade/dinâmica ao desempenhar sua função.O que caracteriza a dificuldade que o mercado enfrenta para encontrar mão-de-obra adequada a suas necessidades, tornando assim, mais difícil o preenchimento das vagas disponibilizadas nos postos de trabalho do SIE.

Tabela 6.4: Freqüência em que utiliza o SINE

Freqüência em que utiliza o SINE	Quantidade	%
Semanalmente	01	02
Mensalmente	05	09
Semestralmente	29	51
Anualmente	21	38
Total	56	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Em conformidade com a Tabela 6.4, observa-se que 51% dos entrevistados utilizam os serviços do SINE semestralmente, 38% anualmente, 9% mensalmente e 2% semestralmente. Entende-se que as empresas têm um elevado grau de rotatividade de

Digitized by Google

funcionários ou o trabalhador não se adéqua ao perfil exigido pela vaga ou são empregos temporários.

Conforme a Tabela 6.5 observa-se que 60% dos empresários entrevistados com relação ao perfil do candidato encaminhado pelo SINE declaram que ficaram parcialmente satisfeitos, 16% pouco satisfeito, 13% não ficam satisfeitos e 11% totalmente satisfeitos. Estes dados mostram que o SINE ainda precisa melhorar seus procedimentos em relação à tática de relacionar a necessidade dos empresários (ofertantes) e a analise das capacidades dos trabalhadores desempregados (demandantes).

Tabela 6.5: Satisfação em relação ao candidato

Satisfação em relação ao candidato	Quantidade	%
Totalmente Satisfeito	06	11
Pouco Satisfeito	09	16
Parcialmente Satisfeito	34	60
Não fica satisfeito	17	13
Total	56	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

A análise da Tabela 6.6 mostra que para os empresários entrevistados, 47% acreditam que para melhorar o SINE e atendê-los de forma satisfatória é que esse tenha pessoal especializado com as necessidades do mercado de trabalho, 29% que ter um critério de seleção mais rigoroso, reduziria a rotatividade do trabalho, 11% apontam à necessidade de se intensificar as visitas as empresas, 9% informar com mais exatidão ao empresário das aptidões dos trabalhadores e apenas para 4% está ótimo.

O SINE/PALMAS é uma organização nova e em formação que ainda esta se aperfeiçoando e adaptando a sua realidade e demandas. É natural críticas sobre sua função e atividades porque quem usa o sistema, para ofertar oportunidades de emprego ou por quem procurar uma nova colocação no mercado de trabalho, por não poder

Digitized by Google

esperar essas adaptações que são normais em qualquer instituição. Por isso, para este tipo de serviço sempre haverá críticas e elogios, porque a escolha de um ou de outro vai depender das expectativas do entrevistado em relação a sua demanda e necessidade.

Tabela 6.6: O que deve ser melhorado

O que deve ser melhorado	Quantidade	%
Ter pessoal especializado com as necessidades do mercado de trabalho	27	47
Fazer visitas contínuas às empresas	6	11
Informar ao empresário das aptidões dos trabalhadores	5	9
Está ótimo	2	4
Ter um critério de seleção mais rigoroso	16	29
Os processos	0	0
Total	56	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

. Na Tabela 6.7, mostra-se que 89% dos entrevistados não recebem visitas periodicamente da equipe do SINE e apenas 11% confirmam que sim. Entende-se que o trabalho de divulgação do SINE não está atingindo seu alvo, fazendo-se necessárias uma revisão nos seus processos de relacionamento com as empresas

Tabela 6.7: O SINE visita as empresas periodicamente

O SINE visita as empresas periodicamente	Quantidade	%
Sim	06	11
Não	50	89
Total	56	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

.

A Tabela 6.8, mostra que 53 % pensam que o SINE pode ajudar o empresário na escolha de um trabalhador, relacionando suas necessidades com a descrição do profissional adequado para ocupar a vaga, 27% fazendo triagem de futuros funcionários e 20% visitando a empresa.

Digitized by Google

Tabela 6.8: Como o SINE pode ajudar o empresário

Como o SINE pode ajudar o empresário	Quantidade	%
Fazendo triagem de futuros funcionários	15	27
Verificando suas necessidades em mão-de-obra e traçando diretrizes para sanar tal situação	30	53
Visitando a empresa	11	20
Não pode ajudar	0	0
Total	56	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Na Tabela 6.9, observa-se que a maioria dos entrevistados (57%) tem como expectativa que o SINE deve oferecer bons funcionários, 27% desejam um local de pesquisa e informações sobre o perfil dos trabalhadores disponíveis, 14% um espaço para debates sobre a melhoria de mão-de-obra de Palmas e 7% esperam que o SINE seja um canal de interação entre governo e empresariado. Diante do exposto pode-se concluir que o empresariado se predispõe a participar das escolhas dos trabalhadores junto com o SINE e a realizar parcerias.

Tabela 6.9: Expectativas em relação ao SINE

Expectativas em relação ao SINE	Quantidade	%
Oferecer bons funcionários	29	52
Local de pesquisa e informações sobre mão-de-obra	15	27
Espaço para debater sobre a melhoria da mão-de-obra de Palmas	08	14
Canal de comunicação entre o governo e o empresariado	04	07
Total	56	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Na Tabela 6.10, observa-se que 69% dos empresários entrevistados pensa que o papel e a função do SINE é de auxílio ao empregador na hora da captação de mão-de-obra, 20% como órgão de desenvolvimento de mão-de-obra pra Palmas, 7% local de empregos públicos e 4% mais uma burocracia estatal. O papel do SINE é de intermediação de mão-de-obra, embora seus usuários tenham interpretação diferente

Digitized by Google

como mostra as respostas. Se relacionar esta resposta a outras já que realizada durante a entrevista pode-se afirmar que como intermediador de mão-de-obra o SINE é uma instituição respeitada pela classe empresarial palmense.

Tabela 6.10: Visão sobre o papel e função do SINE

Visão sobre o papel e função do SINE	Quantidade	%
Mais uma burocracia estatal	02	04
Local de empregos públicos	04	07
Auxílio ao emprego na hora da captação de mão-de-obra	39	69
Órgão de desenvolvimento de mão-de-obra para Palmas	11	20
Total	56	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

O SINE criou ultimamente o prêmio SINE – Empresário Amigo do Trabalhador–que é uma iniciativa desta instituição e Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, e tem como principal objetivo fortalecer a parceria entre empregadores e o SINE. A intenção deste prêmio é de ampliar a parceria entre empresas e o SINE, estimular a criação de emprego no Estado e reconhecer os dirigentes empresariais que buscam no SINE a intermediação de mão-de-obra. As empresas que se destacarem nesta parceria receberão um selo de empresário amigo do trabalhador e serão homenageadas publicamente.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O SINE é um órgão governamental, vinculado a Secretaria do Trabalho e Ação Social, que por sua vez é supervisionada pelo Ministério do Trabalho e Emprego através das políticas de emprego. Tem significativa importância social, haja vista o volume de força de trabalho que envolve em seus fluxos. No ano de 2007, por exemplo, o número de

Digitized by Google

atendimento anual foram de 12.901 encaminhados para entrevistas e 1.832 efetivamente colocados pelo SINE(Palmas - TO).

Em um processo de evolução para adequação a um melhor atendimento, o SINE-TO conta atualmente com um quadro de pessoal composto por 51 funcionários. Uma de suas prioridades é a inserção ou reinserção do trabalhador no mercado de trabalho, e para isso, oferece a intermediação de mão-de-obra formal e informal, através de um elo com a classe empresarial e o próprio mercado de trabalho, para captação de vagas a serem oferecidas aos trabalhadores e divulgação de seus serviços.

Paralelo a essa missão o SINE-TO executa outras ações, como, por exemplo, protocola e acompanha o seguro-desemprego, emissão de carteira de trabalho, qualificação profissional, orientação trabalhista, programa primeiro emprego, entre outros, sendo todas oferecidas gratuitamente à comunidade.

Os outros resultados desta pesquisa foram amplamente alcançados, tais como: conhecer as atribuições, competência e responsabilidade do SINE junto ao trabalhador, pesquisar os procedimentos utilizados para colocação e recolocação de mão-de-obra no mercado de trabalho, identificar junto ao trabalhador e aos empresários as deficiências encontradas nas atividades do SINE, sugerir ações voltadas para as práticas de colocação e recolocação no mercado de trabalho, além da ineficácia do SINE como intermediador de mão-de-obra no período estudado.

Como resposta ao tema desta monografia, com base nas pesquisas realizadas com os funcionários, trabalhadores e empresários pode-se concluir que o SINE precisa melhorar seus procedimentos em alguns aspectos para ser considerado totalmente eficaz como intermediador de mão-de-obra. No entanto conclui-se também que existe infra-estrutura suficiente, pessoal qualificado, equipes de captação, relacionamento amplo com a classe empresarial, instituições afins, cooperativas, associações e entidades e ainda

Digitized by Google

alto índice de atendimento diário 150/dia. Porém, o trabalhador não consegue resultado em muitos casos, tem uma percepção ruim do atendimento e a classe empresarial revela que está insatisfeita com a qualificação dos trabalhadores encaminhados e a deseja que sejam realizadas mais visitas nas empresas,por parte do SINE (Palmas) para propor orientação de como usar o sistema. Esta visão, entretanto, tem um viés do usuário que espera do SINE-TO um comportamento mais global daquele proposto institucionalmente.

Outra relevância do estudo foi à integração vivenciada entre o SINE e as empresas privadas, com intuito de captar vagas em suas organizações e melhorar a qualificação da mão-de-obra inserida ou não no mercado, sendo esta a base para o planejamento de ações futuras.

Verificou-se também que a baixa qualificação é evidente no contingente de pessoas que compõem o grupo de trabalhadores desempregados, principalmente das que procuram o SINE/PALMAS. Como justificam os próprios empresários entrevistados, ou seja, de 56 empreendedores, 89% acham que este fator deixa a desejar nos profissionais encaminhados. Esta situação é reconhecida pelo SINE (Palmas) e esta sendo desenvolvidas parcerias junto a outras instituições para melhorar a capacitação do trabalhador, como por exemplo, a implantação do PLANTEQ (Planos Territoriais de Qualificação).

Através da pesquisa de campo realizada com os funcionários, empresários e com os trabalhadores que procuram o auxílio do núcleo do SINE/Palmas, pode-se constatar alguns pontos fracos que precisam ser revistos por esta instituição para exercerem suas funções de forma mais eficaz tais como: 1) instituir melhorias na triagem inicial do trabalhador, aumentando seu tempo de atendimento, ou seja, investigar mais suas aptidões; habilidades e carências profissionais e para conseguir esse objetivo seria necessário criar uma sala com estrutura para treinamento/orientação nas entrevistas e

Digitized by Google

informações iniciais ao trabalho, tais como: mercado de trabalho/economia/ empresas/tendências/tecnologia/etiqueta e postura profissional; 2) instituir visitas periódicas para com os empresários, orientado-os em questões relativas ao próprio sistema e talvez consultorias, pois o Estado tem condições humanas para tal finalidade; 3) criar e desenvolver o balcão SINE/Móvel, nas principais localidades da cidade/região, cadastrando, captando vagas e relacionando-se com os problemas da comunidade dando soluções rápidas e precisas; 4) fazer divulgação do SINE nas instituições educacionais em todos os níveis, ou seja, além de melhorar a cultura em relação ao emprego, pode-se captar vagas, pois muitos dos estudantes são empresários e futuros empreendedores; 5) melhorar o relacionamento entre o SINE/PALMAS com outros Estados, pois o sistema é integrado, porém situações inovadoras em outras regiões podem ser estruturadas em Palmas, beneficiando o usuário; 6) Motivar o cliente/usuário com atenção e qualidade dos serviços prestados, pois quando este procura o sistema, sua situação já é bem delicada, e os colaboradores do SINE, devem ser sensibilizados continuamente com tal situação e é essencial a prática de incentivos psicológicos para os desempregados..

8. Referencias Bibliográficas

ARAÚJO, Carlos Roberto Vieira. **História do pensamento econômico: uma abordagem introdutória.** SP: Atlas, 1998.

ARRUDA, Marcos. **Globalização: desafios socioeconômicos, éticos e educativos:** Uma visão a partir do Sul/Rio de Janeiro: 2º edição, Vozes, 2000.

BECKER Gary.S; DRUCKER Peter F; LAHÒZ, André: **Tendências do mundo do Trabalho**. 2008. Disponível em <http: //www.senac.br/conheça/referencias/ref1.htm>. Acesso em 08/04/2008.

Digitized by Google

CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS. Ministério do Trabalho e Emprego, 2000. Disponível em <http:/www.mte.gov.br/caged>. Acesso em 04/04/2008.

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede: a era da informação. Economia, sociedade e cultura**. Vol.1 Ed. Paz e Terra: São Paulo,1999.

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Dados Macroeconômicos e Regionais**, 2000. Disponível em <http:/www.ipeadata.gov.br/>. Acesso em 04/04/2008.

KEYNES, John Maynard. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. SP: Atlas, 1992.

MANKIW, N. Greogory, **Introdução à economia, Princípios de Micro e Macroeconomia**; tradução da 2ª ed original Maria José Cyhlar Monteiro.-Rio de Janeiro: Campus, 2001.

MINARELLI, José Augusto, **Empregabilidade: O Caminho das pedras.** São Paulo: Editora Gente, 1995.

MARRAS, J.P. **Administração de Recursos Humanos:** Do operacional ao estratégico. 4.ed.São Paulo:Futura,2000.

NUNES, Ronivon Nepomuceno**, Estudo sobre o desemprego no mercado de trabalho formal de Palmas-TO - 2001 a 2005**, Palmas, 2006.

PAIVA, Vanilda.**Produção e qualificação para o trabalhador**: uma revista da bibliografia internacional. Rio de Janeiro: UFRJ/Instituto de Economia Industrial, 1989.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS. **História de Palmas.** Palmas, 2005. Disponível em <http://www.palmas.to.gov.br>. Acesso em 10/04/08.

Digitized by Google

RODRIGUES, WALDECY–**Pesquisa Trimestral de Emprego e Rendimento.** Agosto, UFT, 2007.

SACHS, J. **Macroeconomia**. SP:Makron Books, 2000.

SINE TOCANTINS**. Informativo do Sistema Nacional de Emprego**. Palmas: Vox, 2002.

SINOPSE PRELIMINAR DO CENSO DEMOGRÁFICO 2000. RJ: IBGE, Vol. 07, 2000, ISSN 0104-057X. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 27/03/08.

TOCANTINS (Estado): **Portal do cidadão**, 2007.Disponível em <http:/www.to.gov.br/Tocantins+tem+maior+taxa+de+emprego+em+2007/>. Acesso em 28/05/2008.

Digitized by Google

Capítulo V

Os Krahô: sua história, sua cultura e seu povo.

Digitized by Google

Os Krahô: sua história, sua cultura e seu povo.

Will Flávio Dias Gomes

Yolanda Vieira de Abreu

1. Formação e história resumida dos Krahô.

Nos seus dois séculos de contato com os brancos, os Krahô têm vivido reviravoltas e inversões de situação: ora aliados dos fazendeiros, ora por estes massacrados, em 1940. Nos anos 50, seguiram um profeta que prometia transformá-los em civilizados e, em 1986, empenharam-se em uma reivindicação que implicava justamente no oposto, na sua afirmação étnica: foram ao Museu Paulista em busca da recuperação do machado semilunar, caro a suas tradições. Assíduos viajantes às grandes cidades, cujas ruas e autoridades conhecem melhor que os sertanejos que os cercam, com freqüência telefonam a seus esquivos amigos urbanos a pedir miçangas, tecidos e reses para abate, indispensáveis à execução de seus ritos. (MELATTI, 1999)

Em 1930, os Krahô indagados pelo etnólogo Curt Nimuendajú[10] traduziram seu nome como "pêlo (hô) de paca (cra)". Três décadas depois, indivíduos dessa mesma etnia discordavam dessa tradução, afirmando que Krahô era nome de origem civilizada. A forma usual de grafar o nome deste povo, "Krahô", se deve a uma interpretação inadequada dos sinais diacríticos

[10] Um dos maiores indigenista que o país já teve, Nimuendajú nasceu em Jena, na Alemanha, em 1883. Seu sobrenome era Unkel. Veio para o Brasil em 1903 onde esteve em pesquisa de campo até 1942. Veio a falecer em 1945.

Digitized by Google

utilizados por Nimuendajú. Essa forma se difundiu nos textos etnológicos, está presente nos nomes pessoais dos indígenas para uso na sociedade envolvente e até nos títulos dos livros publicados pelos índios; por isso é adotada no presente texto.

Os Krahô chamam a si próprios de Mehim, um termo que no passado era provavelmente também aplicado aos membros dos demais povos falantes de sua língua e que viviam conforme a mesma cultura. A esse conjunto de povos se dá o nome de Timbira. Hoje, Mehim é aplicado a membros de qualquer grupo indígena. A esta ampliação correspondeu uma redução do sentido do termo oposto, Cupe(n), que, de não-Timbira, passou a significar civilizado. Os Krahô que vivem mais ao sul também se chamam de Mãkrare (mã = ema, kra = filho, re = diminutivo, "filhos da ema"), termo que pode variar para Mãcamekrá e que aparecia em textos do século XIX como "Macamecrans". O termo que Curt Nimuendajú ouviu aplicado aos do norte, Quenpokrare (quen = pedra, po = chata, "filhos da pedra chata"), não é tão antigo a ponto de aparecer nos textos do século XIX e também não parece ter perdurado até o presente. (FREITAS, 2001)

A língua dos Krahô é a mesma falada pelos demais Timbira que vivem a leste do rio Tocantins. Desta língua, o dialeto mais divergente (quiçá uma outra língua) é o dos Apinayé, os únicos Timbira que vivem a oeste do citado rio. A língua timbira faz parte da família Jê, por sua vez incluída no tronco Macro-jê. Dentro dessa família, a língua mais próxima à Timbira é a Kayapó.(BATISTA, 1992)

A língua timbira é a primeira que aprendem a falar, mas os rapazes logo dominam o português, pois são os indivíduos do sexo masculino que mais se

Digitized by Google

entrosam com os sertanejos e os que mais viajam. Poucas eram as mulheres adultas que falavam este idioma há quarenta anos atrás; mas um número crescente delas o vem fazendo.(BATISTA, 1992)

Os Krahô vivem no nordeste do Estado do Tocantins, na Terra Indígena Kraolândia (homologada pelo Decreto nº 99.062, de 7-3-90), com 302.533 ha, situada nos municípios de Goiatins e Itacajá. Fica entre os rios Manoel Alves Grande e Manoel Alves Pequeno, afluentes da margem direita do Tocantins. O cerrado predomina, cortado por estreitas florestas que acompanham os cursos d'água. É a mais larga floresta que acompanha o rio Vermelho, que faz o limite nordeste do território indígena.

No início do século XIX, os Krahô foram estimados em três ou quatro mil índios. Conforme o censo do missionário Rafael de Taggia, em 1852, tinham caído para 620, após as mortes causadas pelas epidemias de 1849-1850. Talvez sua população tenha chegado a seu ponto mais baixo por volta de 1930, quando Nimuendajú os estimou em 400. Mas, em 1948, Harald Schultz calculava que chegavam a 500. Julio Cezar Melatti contou 564 em 1962-3 e pelo menos 632 em 1971, números que incluem mestiços e índios de outras etnias que com eles viviam. Em 1989, os Krahô alcançavam o total de 1.198 pessoas. Em 1999, os próprios Krahô asseguraram ao pesquisador Hélder Ferreira de Sousa estarem chegando ao número de 2.000 indivíduos. É no final da segunda metade do século XX que sua população volta a crescer e, em 2002, ultrapassam a marca dos 2.500 habitantes. (SOUSA, 2000)

O número de aldeias também aumentou. No início do século XX elas eram três. Quando Nimuendajú visitou os Krahô, em 1930, uma delas já se havia dividido em duas: uma dirigida por Secundo e a outra por Bernardino. Em

Digitized by Google

1962, Julio Cezar Melatti contou seis aldeias e somente uma delas não tinha as casas dispostas em círculo: a do Morro do Boi, então conduzida pelos filhos do já falecido Bernardino, juntamente com os cônjuges e vizinhos regionais. Atualmente, elas são 18, conforme informação do já citado Hélder Ferreira de Sousa, que não visitou todas elas. Há uma divergência e ela se deve ao fato de alguns líderes ligados à Associação Kapey (ver adiante) terem estabelecido que um núcleo deve ter um mínimo de 70 habitantes para ser considerado aldeia, embora pelo menos um dos núcleos que eles tomam por aldeia não alcance esse número.(SOUSA, 2000)

Nos dois últimos séculos, os Krahô absorveram membros de várias outras etnias. Dentre os Timbira, incorporaram parte dos Põrekamekrá, que eles haviam combatido, em 1814; sobreviventes Kenkateyê da aldeia Chinela, do sul do Maranhão, destruída por fazendeiros em 1913; alguns migrantes Apinayé, depois de 1923; e alguns Apanyekrá, com cuja aldeia mantêm comunicação de longa data. Dentre os não-Timbira, alguns Xerente que procuraram abrigo junto aos Krahô devido a desavenças internas na primeira metade do século XX. Além disso, há indivíduos Krahô com ascendentes brancos ou negros.

Os Krahô começaram o contato com os civilizados no início do século XIX, entrando em conflito com as fazendas de gado que avançavam do Piauí para o Sul do Maranhão. Eles então viviam perto do rio Balsas, afluente do Parnaíba. Após atacarem uma grande fazenda em 1809, foram assaltados, em represália, por uma expedição dirigida por Manuel José de Assunção, que fez mais de 70 prisioneiros Krahô e os remeteu a São Luís. A partir de então, seu contato com os civilizados passa a ser pacífico, mas não com todas as etnias

Digitized by Google

indígenas vizinhas. Aproximando-se da margem do Tocantins, passam a ajudar o fundador de São Pedro de Alcântara (hoje Carolina, no Maranhão), apoiado pelos fazendeiros, a combater e escravizar grupos indígenas vizinhos, que eram vendidos para regiões mais ao norte. Livres dos outros grupos indígenas e agora incomodados pelo roubo de gado que os Krahô lhes faziam, antes atribuído só aos outros, os fazendeiros conseguiram que o missionário capuchinho Frei Rafael de Taggia os transferisse para Pedro Afonso, na confluência do rio do Sono com o Tocantins, em 1848. Neste local permaneceram, vizinhos aos Xerente, até começarem a deslocar-se, talvez pelo final do século XIX, na direção nordeste, para o lugar atual.

Neste lugar tiveram a princípio relações amistosas com um fazendeiro, o qual protegia contra rivais e também das onças que atacavam o gado. Crescendo a população sertaneja e fazendo-se sentir o furto de gado dos Krahô sobre os rebanhos, as relações foram se deteriorando, culminando num ataque de três fazendeiros a duas de suas aldeias, em 1940, no qual morreram cerca de 26 indígenas. Comunicado da ocorrência, o governo do Estado Novo pressionou as autoridades estaduais no sentido de se realizar o julgamento dos fazendeiros responsáveis. Apesar de terem cumprido sua pena em liberdade condicional, foi um dos raros casos em que perpetradores de massacres de índios foram condenados. Além disso, o interventor do Estado de Goiás delimitou através de decreto a terra dos Krahô (homologada em 1990 pelo governo federal). E o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) passou a atuar entre eles, com a criação de um posto.

A atuação do SPI junto aos Krahô foi praticamente inoperante: uma sucessão de encarregados de posto sem apoio moral e material, ausência de

Digitized by Google

medicamentos e escola sem professor a maior parte do tempo. Duas fazendas do SPI dentro da reserva não se prestavam ao suprimento regular de carne aos índios, dado o número irrisório de cabeças de gado que mantinham. Nem mesmo arrendamento o posto cobrava aos fazendeiros que punham gado a pastar nas terras indígenas com permissão ou não: entregava esse encargo aos chefes de aldeia, que recebiam uma rês, uma pequena parte da roça plantada com mandioca ou uma ferramenta como tal.

Esse estado de total abandono estimulou o aparecimento de um movimento messiânico entre os Krahô por volta de 1952. Um xamã, guiado pelas suas visões, afirmava que os Krahô tornar-se-iam civilizados e os civilizados tornar-se-iam índios. Para tanto os Krahô tinham de comportar-se de maneira a propiciar a transformação: abandonar as corridas de toras, as pinturas de corpo, fazer bailes como os dos sertanejos, consumir seus animais domésticos. Podiam abandonar o cultivo de suas roças porque seriam criadores e comerciantes, o gado lhes desceria do céu, as mercadorias lhes chegariam numa embarcação. Entretanto, nada do previsto aconteceu e o vidente caiu no descrédito (Melatti, 1972).

De outro meio se valiam os Krahô para superar o estado de abandono, mas era um recurso muito mais antigo, já aplicado no século XIX: a viagem às cidades grandes e longínquas, cujos moradores, seduzidos por sua aparência exótica e movidos por sentimentos de simpatia por uma minoria que não fazia parte de seu cotidiano, os cobriam de presentes. Viajando em grupos, com poucas ou nenhuma mulher a acompanhá-los, pediam auxílio a prefeitos das cidades pequenas para continuar o percurso, dormiam em quartéis de polícia ou corpo de bombeiros, procuravam igrejas, instituições de caridade,

Digitized by Google

governadores estaduais, gastando meses no trajeto. Assim iam a Belém, São Luís, Teresina, Natal, Recife, Salvador, Goiânia, Rio de Janeiro, São Paulo. Tecidos, ferramentas, miçangas e outros artigos com que voltavam lhes eram em grande parte tomados pelos parentes das esposas. Mas não usufruíam por muito tempo do que haviam conseguido. Como os viajantes haviam perdido alguma etapa importante do ciclo agrícola, tinham de se apoiar na produção de parentes. Desse modo os gêneros alimentícios não duravam até a safra seguinte, obrigando os habitantes da aldeia a trocarem os artigos provenientes das viagens pela mandioca plantada pelos sertanejos.(MELATTI, 1972)

Coincidindo com a substituição do SPI pela FUNAI em 1967, mas não exatamente por isso, a situação começa a mudar a partir de então. A pesquisadora Vilma Chiara obteve de uma instituição cerca de 250 cabeças de gado para dar início a uma atividade pecuária administrada pelos próprios Krahô. Alguns anos depois, a mesma pesquisadora conseguiu um técnico francês para introduzir técnicas que, sem muito dispêndio, poderiam aumentar a produção de subsistência dos Krahô. E mais tarde também um enfermeiro. Com exceção da atividade deste último, as outras iniciativas não foram bem sucedidas, dados os desencontros iniciais que essas inovações costumam desencadear. Entretanto, elas serviram como uma provocação ao novo órgão indigenista, que se viu na obrigação de mostrar mais efetivamente sua presença, criando um projeto de apoio às roças indígenas, acompanhado de perto por uma equipe. Novos postos foram criados na Terra Indígena. Posteriormente esta atividade foi ampliada pela atuação de uma organização não-governamental, o Centro de Trabalho Indigenista (CTI).

Digitized by Google

A Guarda Rural Indígena, criada nos primeiros anos de atuação da FUNAI, recrutou 28 jovens Krahô. Tendo de prestar serviço no posto, os guardas não podiam cuidar das atividades agrícolas. Em compensação, o salário mínimo que recebiam lhes permitia comprar víveres na cantina do posto, à qual compareciam também seus parentes, que debitavam os gastos nas suas contas. Os ritos de curta duração e as aberturas e encerramentos dos longos começaram a ser transferidos para os domingos, dia de folga dos guardas, que assim podiam ajudar nas corridas de toras. Por outro lado, os guardas, tendo pouco a fazer no posto, foram os primeiros a freqüentar com assiduidade a escola e, como dominavam o português, puderam compreender os professores não-indígenas, dando início ao processo de alfabetização dos Krahô. Quando a Guarda foi extinta, enfrentou-se o problema do reaproveitamento de parte de seus membros, que se viram repentinamente privados de seus soldos, como funcionários e professores.

Enfim, a situação mudou, pois, se em 1952 os Krahô faziam um movimento messiânico para deixarem de ser índios, em 1986 empenharam-se em uma reivindicação que implicava justamente no oposto, na sua afirmação étnica, que foi a exigência de terem de volta o machado de pedra de lâmina semilunar que haviam cedido ao Museu Paulista havia muitos anos. Depois de muita discussão com a direção da Universidade de São Paulo (sob cuja jurisdição está o Museu), debates pelos jornais e resolução de impasses jurídicos, o machado foi devolvido. Para aqueles Krahô aquele não era não era mais um dos muitos machados arqueológicos, que os índios encontravam no chão e colocavam-lhes novos cabos, ornamentos e pinturas, ele era o machado por excelência, aquele que no longínquo passado cantava, conforme

Digitized by Google

um de seus mitos. Este era o machado com que haviam matado o chefe dos Cokãmkiere, um povo mítico, conforme outra de suas narrativas.

2. Relações entre as Tribos

No que tange às relações intertribais, após terem ajudado os civilizados no combate e escravização de outros grupos, talvez todos Timbira, do Sul do Maranhão, na segunda década do século XIX, os Krahô foram cogitados como guarda avançada contra um povo mal conhecido imediatamente ao Sul, por vezes chamado de Xavante, mas que certamente já se tinha constituído como um ramo à parte, os Xerente. E esse foi outro dos motivos que levaram à sua já citada transferência para Pedro Afonso em 1848. Entretanto, nessa época, os Xerente, também objeto de ação missionária, já não eram mais hostis, e mantiveram relações amistosas com os Krahô. Assim, no começo do século XX, havia alguns indivíduos Xerente casados em aldeias Krahô e vice-versa. Por volta de 1926, desavenças entre índios Xerente, que envolviam acusações de feitiçaria, fizeram com que alguns deles migrassem para os Krahô. Esse conflito teve desdobramentos que levaram à morte de dois desses Xerente alguns anos mais tarde, nos quais se envolveram também os Krahô, fazendo estremecer as relações entre suas aldeias setentrionais de Pedra Branca e Pedra Furada. Mas foi entre os Krahô meridionais que parecem ter se concentrados esses Xerente.

Esse envolvimento com povos indígenas vizinhos acabou por permitir aos Krahô alguma forma de articulação política com eles. Mais recentemente, por exemplo, quando os Apinayé estavam com suas terras ameaçadas de

Digitized by Google

invasão pelos civilizados, índios Krahô e Xerente compareceram à região ameaçada para reforçar as posições daqueles.

3. Organização familiar

As aldeias Krahô seguem o ideal Timbira da disposição das casas ao longo de uma larga via circular, cada qual ligada por um caminho radial ao pátio central. (MELATTI, 1974)

Cada casa normalmente abriga as mulheres que ali nasceram e os homens que, deixando as moradas de suas mães, vêm com aquelas se casar. Geralmente, após a morte do sogro, um dos genros fica com a casa, enquanto os demais, acompanhados de suas esposas e filhos, constroem outras ao lado da mais antiga. Isso nos permite distinguir três tipos de grupos de residência, um encaixado no outro. O menor é a família elementar, constituída pelo marido, a esposa e os filhos. É bem visível na hora das refeições, quando se afasta dos demais habitantes da casa para comer, às vezes tirando o alimento de um mesmo prato ou cuia. Também é o grupo que detém um pedaço da roça. As famílias elementares abrigadas pelo mesmo teto constituem o grupo doméstico, coordenado pelo sogro. Alimentos que entram na casa, uma vez preparados, são distribuídos por todos os seus habitantes, não importa que mulher os tenha cozido. Finalmente, uma casa junto com as contíguas a que deu origem constitui um segmento residencial. Se por um lado não tem um líder bem definido, por outro o segmento tem duas marcas que o tornam bem visível: mantém sua posição segundo os pontos cardiais mesmo após a aldeia mudar de lugar e as pessoas que nascem em seu seio não se casam entre si.

Digitized by Google

Outros grupos são mais visíveis nas atividades rituais, no pátio, fora das casas. É o caso dos vários pares de metades em que podem se dividir os Krahô. A um deles podemos chamar de metades sazonais, pois uma está associada à estação seca (e também ao dia, ao leste, ao pátio central) e a outra à chuvosa (e também à noite, ao oeste, à periferia). As reuniões masculinas diárias realizadas no pátio central são coordenadas por dois "prefeitos", ambos pertencentes à metade sazonal correspondente à estação em curso. Diz-se que só essa metade toma decisões durante a estação. Cada uma dessas metades dispõe de um conjunto de nomes pessoais; homens e mulheres pertencerão a uma ou à outra de acordo com os nomes pessoais que receberem.

Logo ao deixar a meninice, os rapazinhos da aldeia nascidos mais ou menos na mesma época são reunidos numa classe de idade, sob um nome coletivo, e que é incluída na metade oriental ou ocidental de um outro par. Malgrado essa instituição estar um tanto desorganizada, nota-se que as classes são introduzidas alternadamente em metades opostas e colocadas ao Norte do pátio, sendo empurradas para o Sul à medida que outras novas são criadas. Essas metades, que podemos chamar de etárias, participam de vários ritos, e outrora também de um rito de iniciação não mais realizado, o Pembjê ou Ikrere. Os "prefeitos" que coordenam as reuniões numa mesma estação devem ser um da metade etária oriental e outro da ocidental.

As metades de um terceiro par reúnem, cada qual, quatro grupos masculinos, que se dispõem no pátio da seguinte forma, de Norte para Sul: na metade oriental, Corujas, Tatupebas, Urubus e Periquitos-estrela; na ocidental, Raposas, Gaviões, Periquitos e Cupe(n) (não-Timbira ou civilizado).

Digitized by Google

A inclusão em um desses grupos depende do nome pessoal. Eles atuam em um rito de iniciação chamado Ketwayê.

Há outros pares de metades que não têm membros permanentes. Atuam nas diferentes variedades do rito de Pembcahàk e de outros do ciclo da iniciação. A escolha dos membros se faz antes de cada realização do rito a que o par esteja associado. São seis pares. Em cada qual uma metade tem nome de animal alado ou peixe, e a outra de mamífero ou ave terrestre.

As mulheres só se incluem como membros, com o mesmo critério que os homens, nas metades sazonais. Nos outros pares, as solteiras ficam na metade do pai e as casadas, na do marido. Embora os homens sejam os participantes por excelência dos grandes ritos, as metades e o grupo de rapazes em iniciação quase sempre têm uma ou duas moças associadas.

Cada nome pessoal se constitui de uma série de palavras entre cujos significados nem sempre é possível encontrar uma relação imediata. O nome masculino é transmitido pelo tio materno, avós maternos e paternos ou outros homens chamados pelo mesmo termo de parentesco; o nome feminino, pela tia paterna, avós paternas e maternas e outras mulheres chamadas pelo mesmo termo de parentesco. Por exemplo, um homem chamado Hàká (jibóia) Ihocpej (pintura = ihoc, bonita = pej, isto é, pintura de jibóia) Harecaprec (brejo = hare, vermelho = caprec) deve pertencer à metade da estação das chuvas e ao grupo da praça Urubu; uma mulher chamada Xopê (xo = raposa, pê = gorda), Catxêkwôi (catxê = estrela, kwôi = sufixo de nomes femininos) Krôkari (areia) Tetikwôi (tetí = jatobá) deve pertencer à metade da estação seca. Além da afiliação a uma das metades sazonais e a um grupo do rito de Ketwayê, com o nome pessoal o indivíduo ganha o privilégio de encarnar

Digitized by Google

certos personagens rituais e ainda fica ligado por uma amizade altamente formalizada a outros indivíduos portadores de determinados nomes.

Por outro lado, o indivíduo está ligado ao pai, à mãe, irmãos, meio-irmãos e filhos por um laço corpóreo de tal natureza que determinados atos seus (sexo, matar cobra, fumar, falar alto) e o consumo de certos alimentos podem afetar um daqueles parentes que estiver passando por uma crise (período pós-natal, doença, picada de cobra).

Os termos de parentesco Krahô se distribuem sobre a rede genealógica conforme um determinado padrão, de tal modo que alguns deles podem figurar em mais de uma geração. É possível a um Krahô aplicar um termo de parentesco a cada outro, desde os parentes mais próximos até alcançar os limites de sua sociedade, seguindo esse padrão, o que não significa que tome a todos como parentes. É possível o casamento com os parentes afastados, o que leva a sobrepor, aos termos antes aplicados, os de afinidade. Outras instituições e costumes também perturbam o padrão terminológico: o chamar parentes distantes que tenham o mesmo nome de parentes próximos pelos termos aplicados a estes, a aplicação do termo especial para amigos formais, a mudança de comportamento para com certos parentes acompanhada do tratamento verbal correspondente.

4. Costumes e objetos tradicionais

A palha é onipresente no cotidiano Krahô. As casas, de duas águas, como as sertanejas, mas sem janelas e com poucas ou nenhuma divisão interna, são cobertas de folhas de palmeira, que também preenchem as

Digitized by Google

paredes quando não são de barrote (pau-a-pique). No seu interior, vêem-se, dependurados, grande número de cestos de folhas de buriti, de confecção rápida, usados para transporte assim como para guardar alimentos e objetos. Para miudezas há um outro tipo de cesto, feito com fitas da casca lustrosa do talo de buriti, de vários tamanhos, em forma de paralelepípedo com quinas arredondadas, fechado por uma seqüência de nós num cordel. Há também esteiras trançadas com fibras de buriti, com franjas que forram os estrados de troncos de açaí bravo que servem de leito. Para dormir no pátio central, os rapazes usam um outro tipo de esteira, mais simples.

Comum também é o uso da cabaça, como recipiente para água, cuia para servir ou guardar alimentos preparados, pequenas taças de uso ritual e na confecção de alguns instrumentos sonoros: a cabacinha com quatro furos; a buzina, na qual completa o gomo de taquara; no cinto de algodão, sob a forma de sininhos sem badalos que se chocam uns contra os outros, usado na cintura por corredores, amarrado abaixo do joelho ou socado contra o chão pelos cantores.

O principal instrumento sonoro, o maracá, não é feito de cabaça (planta rasteira cujos frutos se apóiam no chão) e sim de cuité (fruto de uma árvore). Com ele o cantor dirige o canto das mulheres. A música vocal é um dos aspectos mais elaborados da vida ritual e artística dos Krahô. Urucu, jenipapo e carvão fixado com pau-de-leite são utilizados na pintura de corpo, conforme os padrões relacionados à metade a que está afiliado. Jovens iniciados na fase final do rito, pessoas em fim de resguardo usam também penas, de periquito ou gavião, conforme a metade a que pertençam, coladas ao corpo com resina de almécega.

Digitized by Google

4.1 Ritos cotidianos e anuais

São muitos os ritos Krahô. Há os mais breves, relativos às crises individuais (fim de resguardo pelo nascimento do primeiro filho, fim de convalescença, última refeição do falecido), ou promovidas por iniciativas coletivas ocasionais, como trocas de alimentos e serviços. Há os relacionados ao ciclo anual e agrícola, como os que marcam a estação seca e a chuvosa, o plantio e a colheita do milho, a colheita da batata-doce. Há os que fazem parte de um ciclo mais longo que o anual, o da iniciação masculina, que deveriam se suceder numa certa ordem, hoje de difícil reconstituição, inclusive por causa do desaparecimento de um deles.

Vários dos ritos dos ciclos anuais e iniciático têm mitos que lhes contam a origem, mas não há uma correspondência integral entre a seqüência mítica e a ritual, embora, sem dúvida, haja pontos de aproximação.

Os mitos contam as transformações que os atos dos heróis Sol e Lua provocaram no mundo criado (aparecimento dos seres humanos, da menstruação, da morte, do trabalho, dos insetos que picam, das cobras); a obtenção das plantas agrícolas da mulher-estrela; a aquisição do fogo, tirado ao jaguar; a obtenção de ritos por homens que visitaram o céu, o fundo das águas, a roça em crescimento, enfim, como se toda a cultura Krahô tivesse vindo de fora. Mesmo o xamanismo vem de fora; o primeiro homem que conseguiu poderes mágicos foi o que subiu aos céus, levado pelos urubus, onde foi curado e recebeu poderes do gavião. Ao observador, é difícil encontrar sinais de transe nos curadores Krahô quando atuam, o que pode

Digitized by Google

levá-lo a negar que sejam propriamente xamãs. Mas o relato de cada um deles mostra que foi iniciado como que por um rito de passagem espontâneo, similar ao do homem que subiu ao céu: ficou doente, foi abandonado, foi socorrido por um animal (ou outro ser), foi curado por este, dele recebeu poderes mágicos, testou-os e foi mandado embora para os seus com os novos poderes.

A partir dos mitos e das opiniões dos Krahô, nem sempre unânimes, pode-se fazer uma idéia de como imaginam o universo: a terra, cercada de água, recoberta pelo céu, que tem seu sustentáculo a leste, onde está também o buraco que faz a comunicação com o mundo subterrâneo.

5. Organização econômica e saúde

Atualmente, as dezoito aldeias Krahô estão associadas à "Kapey — União das Aldeias Indígenas Krahô". Por sua vez, as aldeias Rio Vermelho, Bacuri e Aldeia Nova fazem parte da Wytycati, uma associação à qual estão afiliadas também aldeias de outros povos Timbira: Apinayé, Krinkati, Pykobjê e Apanyekra.

A sede da Kapey (Ka = pátio; pey = bom, bonito) está situada num local denominado Centro, próximo da aldeia de Água Branca, dentro da TI Kraolândia. A dificuldade de acesso ao local das reuniões, menos para aqueles líderes cujas aldeias estão mais próximas do Centro, também denominado Kapey, foi um dos determinantes para a compra, em 1998, de uma casa em Itacajá, cidade vizinha à Terra Indígena, dela apenas separada pelo rio Manoel Alves Pequeno. Nos fundos da casa, que é chamada de

Digitized by Google

escritório pelos índios, os Krahô pretendem construir uma espécie de abrigo para os estudantes índios que estejam morando na cidade.

Possuem também um terreno que chamam de Chácara, nos arredores da cidade de Alto Lindo, município vizinho ao de Itacajá. Os dirigentes da Kapey têm a intenção de construir neste terreno uma casa de hóspedes, onde os Krahô que estiverem em Itacajá ou Alto Lindo possam usar para pouso. A casa e o terreno foram comprados com o dinheiro proveniente do prêmio recebido pelos Krahô do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES), pelo projeto de preservação de sementes de uma das variedades de milho, cujo cultivo e uso em rituais os Krahô já haviam abandonado. Com o dinheiro do prêmio os Krahô também equiparam o escritório com um microcomputador, telefone e antena parabólica.

A Wytycati tem o seu nome inspirado numa instituição Timbira: chama-se wyty a menina ou menino associado respectivamente às mulheres ou aos homens de uma aldeia, e em cuja casa eles podem entrar livremente, principalmente durante os rituais, e que geralmente serve de ponto final das corridas de toras; cati significa "grande". Em suma, a Associação seria uma grande casa onde todos podem entrar. Ela tem sua sede junto à cidade de Carolina, no Maranhão. Conta com o apoio do Centro de Trabalho Indigenista (CTI), que colabora na formação de professores indígenas. A Wytycati também está relacionada, junto com algumas associações de produtores rurais do sul do Maranhão e norte do Tocantins, a um projeto que tem por objetivo explorar economicamente os recursos do cerrado, dando-lhe ao mesmo tempo proteção. Os participantes do projeto trabalham na coleta de frutos do cerrado (caju, juçara, bacuri, buriti, cajá, e futuramente araçá, murici, mangaba e

Digitized by Google

bacaba), cujas polpas são extraídas, congeladas e embaladas em Carolina, sendo distribuídas sob a marca FrutaSã. O mesmo projeto promove a formação de viveiros de mudas das fruteiras nativas, destinadas ao adensamento do cerrado.

Na aldeia de Pedra Branca, uma ONG, denominada ESAMACITO, desenvolve, com ajuda da Embaixada da Alemanha, um projeto de construção de barragem de pequeno porte para criação de peixes da região, com o objetivo de aumentar a oferta de alimentos. Com ajuda da Embaixada Britânica, a mesma ONG promoveu a construção em Pedra Branca de uma escola, com o nome Caxêkwôi (assim se chamava a mulher-estrela que, segundo o mito, mostrou as plantas que os Krahô deveriam cultivar). A escola recebeu microscópio, telescópio, televisão, videocassete e uma videoteca. Estes aparelhos são alimentados por energia solar, captada através de célula fotoelétrica acoplada a uma bateria. Cerca de seis escolas funcionam junto às aldeias, mantidas pelo governo do Estado do Tocantins.(ISA, 2002).ficos do projeto encaminhado a

5.1 Projeto de revitalização das práticas medicinais do povo Krahô.

Como resultado de um processo aberto pelo Ministério Público Federal (P.A. 1.36.000.000551/2002-35) contra a UNIFESP, pelo contrato de uso dos conhecimentos tradicionais do povo Khahô, realizado com a associação Wytycati, os Krahô elaboraram um Plano de revitalização de suas práticas medicinais, que foi proposto a UNIFESP, como condição para a continuidade da cooperação entre eles.

Digitized by Google

As atividades propostas foram elaboradas pelos próprios Krahô, fruto de diversas discussões presente há vários anos em suas assembléias. Este plano, ou "Projeto Wayaká", inclui a criação de dois "Pólos Indígena de Saúde", cada qual situado em uma área da terra Indígena Krahôlandia. Como esta terra está situada em dois municípios (Itacajá e Goiatins), cada um destes pólos irá atender às demandas de saúde das aldeias, localizadas na área de abrangência destes municípios.

Quatro construções comporão a estrutura física de cada um destes pólos: a primeira corresponderá a uma construção destinada à cozinha/refeitório/dormitório dos wayakás e a segunda será uma instalação da Farmácia Verde Krahô, contendo ainda um viveiro medicinal. As outras duas construções corresponderão, respectivamente, a uma casa destinada aos pacientes indígenas e outra destinada ao tratamento de pessoas não-indígenas interessadas em uma assistência terapêutica de tal natureza.

O projeto ainda prevê consultorias antropológicas para os procedimentos de articulação entre o sistema de saúde oferecido pelo Governo e o proposto no projeto. Para as questões de cultivo e plantio medicinal, o projeto prevê consultorias para a área ambiental e ainda uma assessoria para as questões de contabilidade. Estes profissionais deverão ser indicados pelo próprio projeto (PRTO/MPF, 2003).

Pretende-se, com esse projeto, possibilitar incentivos aos Krahô para utilizarem seu próprio sistema médico a partir de um programa destinado ao pagamento de serviço dos curandeiros Krahô (Wayakás).

Digitized by Google

Estimular o trabalho dos raizeiros Krahô para que, em um segundo momento possa disponibilizar medicamentos fitoterápicos nos postos de saúde já existentes em suas aldeias.

5.2. Contexto da Proposta encaminhada pela Kapey

Os Krahô possuem um sistema de cura médico-espiritual onde a figura central é representada pela categoria social Wayaká (pajés). Cada wayaká adquire seus conhecimentos e propriedades curativas através de contato com entidades não-humanas, sobretudo animais como o peixe, veado e outros. Esta experiência é a mesma vivenciada em tempos imemoriais pelo personagem mítico Türkren: o primeiro Wayaká Krahô.

Os wayakás devem cumprir um rigoroso número de restrições alimentares para o bom desempenho de seus procedimentos terapêuticos. Isto fica nitidamente evidenciado nos casos de picada de cobra, onde estes "resguardos" são bastante árduos. Todo este quadro cria um panorama singular característico do sistema médico tradicional Krahô, que singulariza toda iniciativa de desenvolvimento de um projeto de estímulo à continuidade de seus próprios métodos curativos, contribuindo para a continuidade e valorização de seus conhecimentos tradicionais relativos à utilização de plantas medicinais.

De acordo com seus padrões socioculturais, todo processo curativo é acompanhado de formas de pagamento e/ou retribuição por este serviço. No passado os wayakás solicitavam determinados bens aos enfermos e seus familiares, como produtos oriundos dos plantios nas roças, panelas e

Digitized by Google

artesanatos. Com o aumento do contato com segmentos da sociedade nacional e o surgimento de novas demandas, estes passaram a solicitar outros tipos de produtos, sobretudo industrializados. Tais bens vão desde espingardas para caça até cabeças de gado nos casos mais graves.

A situação encontrada entre os Krahô exige a obtenção de recursos financeiros por parte das pessoas e famílias para garantirem suas próprias necessidades de subsistência. A diminuição da caça em determinadas regiões da terra indígena; a pobreza material do solo arenoso presente na área; os equívocos passados do projeto de incentivo à monocultura do arroz em sistemas de roças coletivas, algo inexistente e alienígena à cultura deste povo, são alguns dos elementos que criam um difícil quadro de subsistência de diversas famílias Krahô. Esta dificuldade está intimamente relacionada com os conflitos entre as famílias e os wayakás, tendo em vista as dificuldades destas famílias em atender às demandas exigidas pelos wayakás para o tratamento dos doentes.

Pela impossibilidade de atender às demandas dos wayakás, diversas famílias estão tendo que renegar a utilização de seu próprio sistema médico para serem atendidas pelos órgãos governamentais, principalmente porque o atendimento nestas instâncias não necessita de nenhum gasto por parte do doente e de seus familiares. Este fato, aliado a óbitos ocorridos nos locais de assistência de Araguaína-TO, está estimulando uma situação conflituosa internamente no povo Krahô.

Os conflitos foram acentuados com o processo de inserção da assistência médica oferecida pelos órgãos governamentais e, atualmente, executada por uma entidade não governamental (FASAM). Iniciado em

Digitized by Google

décadas anteriores e com uma postura paternalista, este processo foi gradativamente minando aspectos do sistema médico indígena Krahô. O objetivo central do projeto é, portanto, minimizar este processo cobrindo as solicitações dos wayakás, através do envolvimento e participação ativa das organizações indígenas representativas do povo indígena Krahô.

5.3 Processos medicinais utilizados na cura

A maior parte dos fitoterápicos feitos pelos Krahô é administrada na forma de chás, feitos com uma ou várias partes das plantas, inteiras ou raladas. O xamã também pode aplicar topicamente, sobre o corpo dos pacientes, partes dos vegetais ou usá-las para preparar cigarros, banhos ou inalações. Em alguns casos, folhas e raízes de algumas plantas são consumidas pelos doentes, pois os índios acreditam que as propriedades terapêuticas estejam no sumo desses vegetais. Durante o exercício de sua função, os xamãs, denominados wajacas em timbira, fumam cachimbos recheados de tabaco, maconha ou outras plantas alucinógenas.

A fumaça é assoprada sobre os pacientes e dependendo do caso, o wajaca pode espalhá-la pelo corpo do doente, a fim de "visualizar" melhor o mal; ou concentrá-la num único ponto para poder "puxar" o mal, extraindo a enfermidade-feitiço do organismo em sofrimento. No dia seguinte a esse ritual, praticado geralmente à noite, os xamãs formulam a receita com as plantas que, em sua visão, vão ajudar o colega da aldeia.

Digitized by Google

Para acompanhar o efeito de seus preparados, passam a visitar a casa dos seus pacientes e se uma receita não funciona tentam outra. A morte é vista por eles como fruto de um acidente, feitiço ou doença.

5.4 . Os Krahôs e a UNIFESP

Os pesquisadores da Unifesp resolveram estudar o emprego de fitoterápicos entre os Krahô, presentes unicamente no Tocantins, porque esse povo foi o que mais se aproximou do perfil desejado: estava num bioma cuja flora é pouco estudada do ponto de vista etnofarmacológico.

Além disso, a etnia preenchia outros três requisitos fundamentais: valia-se de rituais e plantas alucinógenas durante suas práticas medicinais; tinha, entre seus membros, especialistas em práticas de cura e se encontrava numa área isolada geograficamente, sem acesso à rede pública de saúde. Uma das pesquisadoras comenta que muitos índios nem sabem o que é a Novalgina. A maior cidade próxima das aldeias Krahô é Carolina, no sul do Maranhão, com 24 mil habitantes, distante cerca de 12 horas de carro. A viagem, por estradas de terra, só pode ser feita em um veículo com tração nas quatro rodas, geralmente uma picape.

Esse contato com os pesquisadores da Unifesp, criou alguns problemas para a tribo. Segundo os caciques durante a realização da pesquisa, o atendimento aos índios com problemas de saúde piorou bastante. Como os pajés dessas aldeias estavam envolvidos na pesquisa, faltava tempo para atender os enfermos e como agora eles estavam recebendo um salário da UNIFESP, eles passaram também a cobrar em dinheiro (R$150,00) para

Digitized by Google

atender os índios com problemas de saúde. Valor que muitos integrantes não tinha e que antes era pago através de favores, animais, carne de caça, armas para caça e alimentos em geral. Vale lembrar que essa quantia era muito alta se levarmos em conta o poder aquisitivo dos Krahô.

Por essas e outras razões, os índios decidiram parar a pesquisa em todas as aldeias Krahô e ir para a mesa de negociação pedir maiores esclarecimentos sobre a pesquisa e o contrato, o que culminou na apresentação e elaboração do plano de vitalização da medicina Krahô, como condição única para a continuidade da relação entre eles.

6. Novos Desafios

Atualmente os Krahô enfrentam novos desafios, porém o mais importante é conseguir manter viva a sua cultura e seus costumes. Hoje muitos dos seus integrantes estudam na Universidade Federal do Tocantins, que destina parte de suas vagas do vestibular para os alunos indígenas do Estado. No Tocantins existem sete nações indígenas e todas podem enviar seus membros para disputar as vagas destinadas a eles ou não. Muitos estão fazendo Direito, Economia, Letras e outras especialidades, porém, ainda sobram vagas das destinada a eles.

Sua sociedade tem progredido econômicamente e muitos tem seu próprio negócio na cidade. Estão em constante contato com a sociedade capitalista, o que tende a influenciar seus costumes e valores.

Quanto ao conhecimento da biodiversidade, que está sob seu domínio, é a maior riqueza que possuem e que é passada de geração em geração, mas

Digitized by Google

tende a se perder caso os mais novos não se interessem em aprender os usos e costumes de seus antepassados.

Referências bibliográficas

BATISTA, Roselis M. A língua como veículo de resistência cultural: o caso krahô e a influência do português. Terra Indígena, Araraquara : Centro de Estudos Indígenas, v. 9, n. 63, p. 30-43, abr./jun. 1992.

CAPOBIANCO, João Paulo Ribeiro... [et. Al] / organizadores. Biodiversidade na Amazônia brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios. São Paulo: Estação Liberdade: Instituto Socioambiental, 2001. 540p.

CARVALHO, Jailton de. Suspeita de biopirataria. O Globo, Brasília, 09 de jun. 2002. p. 3.

DICKIE, Maria Amelia Schmidt. Indagações sobre a mensagem do messianismo Krahô. Anuário Antropológico, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, n. 88, p. 45-58, 1991.

FREITAS, Edinaldo Bezerra de. Ser ou não ser Mehin: a etno-história Krahô. Projeto História, São Paulo: PUC-SP, n. 23, p. 263-84, nov. 2001.

GOUVEIA, Jorge. Índios suspeitam de biopirataria em aldeias. Jornal do Tocantins, Palmas, 14 de jun. 2002. p. 9.

GOUVEIA, Jorge. Professor da Unifesp nega biopirataria. Jornal do Tocantins, Palmas, 15 de jun. 2002. p. 9.

MELATTI, Júlio César. Por que a aldeia Krahô é redonda? Informativo Funai, Brasília: Funai, n. 11/12, p. 34-41, 1974.

Digitized by Google

MELATTI, Júlio César.O messianismo Krahô. São Paulo: Herder/Edusp, 1972.

MELATTI, Júlio Cezar. Curt Numuendajú e os Jê, Série Antropologia, n. 49, Brasília: UnB, 1985.

MELATTI, Júlio Cezar. O Sistema de Parentesco dos Índios Krahô, 1973. Republicado em Dialectial Societies, org. por Maybury-Lewis, Cambridge: Harvard University Press, 1979: 46-79.

NINUENDAJÚ, Curt. A habitação dos Timbira. In: SCHADEN, Egon. Leituras de etnologia brasileira. São Paulo : Companhia Editora Nacional, 1976. p. 44-62.

PAVARINI, Marcos de F. Prospecção da diversidade biológica: perspectivas para o caso brasileiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000, 88p. (Dissertação de Mestrado).

RODRIGUES, E; Carlini,E. A. - As lições dos Krahô. Revista Pesquisa FAPESP, 70, p.:14-18, 2001.

SANCHES, Ana Maria Valente. Biopirataria: coletânea de jornais e revistas. Palmas – TO: PR/TO, 2002. V-01 e 02.

SHIVA, Vandana. Biopirataria: a pilhagem da natureza e do conhecimento / Vandana Shiva; tradução de Laura Cardellini B. de Oliveira; prefácio de Hugh Lacey e Marcos B. de Oliveira. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2001. 152p.

SOUSA, Helder Ferreira de. Os líderes Craôs no limiar do século XXI - Brasília : UnB, 2000. 103 p. (Dissertação de Mestrado).

Digitized by Google